



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUIZ CARLOS FERRAZ MANINI

EM BUSCA DA LIBERDADE:
CIPRIANO BARATA E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE NAÇÃO
NO BRASIL (1823 – 1831)

LUIZ CARLOS FERRAZ MANINI

EM BUSCA DA LIBERDADE:
CIPRIANO BARATA E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE NAÇÃO
NO BRASIL (1823 – 1831)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, em cumprimento as exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto.

Londrina
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M278e Manini, Luiz Carlos Ferraz.
Em busca da liberdade : Cipriano Barata e a construção da ideia de nação no Brasil (1823–1831) / Luiz Carlos Ferraz Manini. - Londrina, 2016.
102 f.: il.

Orientador: José Miguel Arias Neto.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Almeida, Cipriano José de, 1762-1838. - Teses. 2. Estado nacional. - Teses. 3. Imprensa - Brasil - Séc. XIX - Teses. 4. História social - Teses. I. Arias Neto, José Miguel. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 930.1

LUIZ CARLOS FERRAZ MANINI

EM BUSCA DA LIBERDADE:
CIPRIANO BARATA E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE NAÇÃO NO
BRASIL (1823 – 1831)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, em cumprimento as exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz
Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Silvia Cristina Martins de Souza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 13 de junho de 2016..

Dedico este trabalho a meus pais, que me deram a vida, e a Amanda, com quem a vida há de prosseguir.

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho acadêmico tal como o que agora se apresenta se faz na solidão. Por mais que em variados momentos o pesquisador precise e de fato se isole, nunca está realmente sozinho, pois a compreensão de seus entes e amigos se faz presente, mesmo que à distância.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me prover a capacidade e os meios para que este trabalho pudesse se desenvolver. Ele sabe quantas vezes, em meio à desilusão e ao cansaço, me voltei ao Seu consolo para poder continuar.

Agradeço também a meu orientador, José Miguel, por sua paciência, confiança e perseverança. Sua atuação neste trabalho foi fundamental, ao servir de guia aos passos trôpegos deste pesquisador desde a primeira vez que me arrisquei em um mergulho mais profundo na História. Sua orientação e sua amizade foram, são e sempre serão fundamentais para mim.

Às professoras Silvia Martins e Tânia Bessone, como ilustres membros da minha banca, agradeço pela leitura cuidadosa, pelos aconselhamentos e pelos incentivos que fizeram esta dissertação sair de seu processo embrionário e se tornar uma realidade. Muito há por ser feito ainda, e sei que poderei contar com vosso auxílio.

Agradeço imensamente a meus pais: Luiz, que há muito partiu, mas que deixou em mim plantada a semente da honestidade e do caráter, atributos que se fazem essenciais ao pesquisador, e Ignêz, minha mãe, que não sei como enumerar as diversas vezes em que procurei e encontrei abrigo em seus gestos, palavras e carinho. Por vocês, o meu mais profundo e sincero amor.

Aos meus amigos Daniel, Vinícius, Carlos Henrique, Fábio, Valéria, Alessandra, Luiz Antônio, entre tantos outros, que sempre me apoiaram e acreditaram que isto seria possível. Em especial, agradeço a Jane, por sua crença e auxílio inestimáveis em momentos no quais este trabalho estava a ser construído.

Agradeço, sem citar nomes para não cometer injustiças, a todos os professores e colegas do Programa de Mestrado em História Social, por seus ensinamentos e por sua ajuda no trilhar deste caminho.

Agradeço ao amigo Laurentino Gomes, que em meio a tantas tarefas e afazeres de um escritor já consagrado, conseguiu separar um tempo para ler e comentar esta dissertação. Seus conselhos me ajudaram a prosseguir e querer cada vez mais.

Agradeço imensamente a todos os meus alunos, que foram parte constante deste processo. Quantos não me ouviram falar de Cipriano Barata, ou do jornalismo do século XIX, tendo que compartilhar comigo a paixão que este trabalho me despertou.

Também aos colegas do karatê (sensei Oguido, Beto, Jorge, Clara, Juliana, Douglas, Gabriel, Rodrigo, Carlinhos, Luciano, Haroldo, Marcos), agradeço profundamente pela companhia nestes momentos finais da escrita da dissertação. Os bons momentos compartilhados, no tatame ou fora dele, foram essenciais para trazer paz a meu coração. Oss!

Por fim, agradeço a pessoa que talvez mais tenha sentido minha falta em meio a este processo, em minhas tardes e noites, quando estava confinado ao escritório; que tolerou meu mal humor, tão característico; que torceu, incentivou e cobrou que isto logo terminasse, não apenas para que ficássemos mais tempo juntos, mas para que um novo passo pudesse ser dado. Amanda, eu amo você e preciso, cada dia mais, que construamos uma vida juntos. Muito obrigado.

“A nação é sempre uma obra em construção”

(Bernardo Ricupero, *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil*)

MANINI, Luiz Carlos Ferraz. **Em busca da liberdade:** Cipriano Barata e a construção da ideia de nação no Brasil (1823 – 1831). 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar a construção da ideia de nação no discurso do jornalista baiano Cipriano Barata. Parte-se da premissa que, no início do século XIX, ao construir sua independência, o Brasil não edificou de imediato a sua concepção de nação. Esta noção foi trabalhada em meio a um turbulento processo no qual a imprensa desenvolveu papel fundamental, ao trazer para o público as discussões políticas antes restritas ao âmbito privado. Desta maneira, em meio à construção da opinião pública, a nação foi formulada, discutida, as ideias para sua conformação foram contestadas ou apoiadas, em especial pelos jornalistas. Cipriano Barata se insere neste contexto em idade já avançada, mas com ideias plenamente amadurecidas que trazem à tona uma concepção cívica da nação, apoiada por outros jornalistas também de caráter liberal, mas combatido por adversários que viam na concentração de poderes a chave para a organização e funcionamento do país.

Palavras-chave: Brasil. Nação. Cipriano Barata. Século XIX. Jornalismo.

MANINI, Luiz Carlos Ferraz. **Seeking for freedom:** Cipriano Barata and the building of the idea of nation in Brazil (1823 – 1831). 2016. 102 p. Dissertation (Master's Degree in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

This study aims to present the construction of the idea of nation in the works of the Bahian journalist Cipriano Barata. It starts with the premise that, in the early nineteenth century, in despite of its independence, the idea of nation in Brazil was not immediately designed. This notion was crafted amidst a turbulent process, in which the press has developed a key role, when it brought to the public some policy discussions previously restricted to the private sphere. In this way, through the construction of public opinion, the nation was formulated, discussed, ideas to their conformation were challenged or supported, especially by journalists. Cipriano Barata was included in this context in an already advanced age, but with fully matured ideas which brought out a civic conception of the nation, supported by other journalists, also with liberal character but opposed by opponents who saw the concentration of power the key to organization and functioning of the country.

Keywords: Brazil. Nation. Cipriano Barata. 19th century. Journalism

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1	A IMPRENSA E AS REDES DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX	15
2.1	A origem da imprensa no Brasil	15
2.2	Os primeiros jornais brasileiros	24
2.3	A Sentinela da Liberdade	29
2.4	Os jornais e as redes de comunicação	33
3	A TRAJETÓRIA DE CIPRIANO BARATA	39
3.1	Biografia e história	39
3.2	A Universidade de Coimbra e sua reforma	43
3.3	Da Conjuração dos Alfaiates às cortes de Lisboa	47
3.4	Nas Cortes de Lisboa	55
3.5	A fundação da Sentinela da Liberdade	58
4	A IDEIA DE NAÇÃO EM CIPRIANO BARATA	61
4.1	A imprensa na discussão sobre a nação	61
4.2	A construção do Estado	62
4.3	Definir a nação	70
4.4	A Nação de Cipriano Barata	76
4.4.1	O território	81
4.4.2	O povo	85
4.4.3	A história	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

1 INTRODUÇÃO

No dizer de Isabel Lustosa (2001), o Brasil viveu, entre os anos 1820 e 1823, uma “guerra de jornalistas”. Era o momento dos “insultos impressos”, por meio dos quais se digladiavam inúmeros escritores, ou redatores, cujas posições políticas foram classificadas desde “áulicos”, defensores da concentração de poderes nas mãos do imperador, passando pelos moderados ou conciliadores, cujas ideias baseavam-se na limitação do poder do imperador por via constitucional, já que a soberania residia no povo e dele emanavam as leis que deveriam organizar o país, chegando até os mais radicais, que muitas vezes foram tachados de “republicanos”. Tal como apontou Marco Morel (1986), nestes jornais, “privilegiava-se o doutrinário, em prejuízo do factual” (p. 69), caracterizando-se tais panfletos pela discussão ideológica inflamada acerca dos variados temas candentes da época.

Era um momento de grande efervescência política, motivada por alguns elementos em particular: em primeiro lugar, a Revolução do Porto, em 1820, havia deflagrado um movimento liberal que iria se materializar na convocação das Cortes. Estas, fugindo à tradição portuguesa, não reuniram apenas membros do clero, da nobreza e do povo, mas contariam também com a presença de deputados eleitos no Brasil. Reunidos em Lisboa, estes congressistas tiveram a missão de decidir, em meio a um ambiente de reformas liberais, quais seriam os rumos de Portugal a partir daquele momento e, por extensão, qual papel caberia ao Brasil nesta união. Este lugar do Brasil no conjunto do Império Português já havia sido alvo de outros projetos, tal como o de Rodrigo de Sousa Coutinho, ao pensar as reformas que deveriam regenerar o país ibérico em meio a crise que vivenciava, ou, antes ainda, na época do Marquês de Pombal, quando se engendrou uma vertente portuguesa do Iluminismo.

Junto a este contexto de mudanças, um decreto de março de 1821 lançava por terra a lei de censura dos impressos, o que provocou uma explosão de periódicos no Brasil, auxiliando na construção de uma esfera pública de poder, que passava a se descolar dos antigos padrões do Absolutismo, no qual tais questões eram discutidas apenas em âmbito privado. A imprensa foi um veículo privilegiado para estas discussões, estando presente no país desde 1808, quando houve a transferência da família real portuguesa ao Brasil, no contexto das guerras napoleônicas. Com o intuito e a necessidade de transformar o país na sede da monarquia, D. João VI autoriza, por meio de um decreto, que se crie a Imprensa Régia, de onde sairá, em setembro de 1808, o primeiro periódico produzido no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Este, entretanto, disputou com o *Correio Braziliense* o lugar de primeiro

periódico do Brasil, embora o *Correio* fosse editado em Londres por Hipólito José da Costa, mas estivesse a circular por aqui desde junho daquele mesmo ano.

Estes foram os dois principais jornais que circularam no país até 1821, quando a lei de censura foi derrubada. A partir daquele momento, um novo grupo de redatores começou a tomar conta da cena pública, por meio de suas publicações. Cipriano Barata foi um dos que, a partir de 1823, se inseriu neste contexto. Lançou seu jornal *Sentinela da Liberdade* a partir de Pernambuco, local onde se instalara desde seu retorno de Portugal, para onde fora participar das Cortes.

Deputado de participação ativa e defensor, desde sua chegada nas Cortes, da “causa brasileira”, mesmo que esta fosse vista no contexto de pertencimento ao Império Português, Cipriano inaugura-se como jornalista já em idade avançada, quase sexagenário. Havia nascido na Bahia em 1763, estudado em Coimbra no final do século XVIII e retornado ao país em 1790. Não foi enquanto jornalista, entretanto, que Cipriano foi visualizado pela primeira vez: já havia sido preso sob a acusação de ser um dos participantes da Conjuração Baiana, embora tenha sido solto em virtude da ausência de provas de seu envolvimento. Novamente, em 1817, indicam alguns de seus biógrafos que teria se envolvido na Revolução Pernambucana, do que não se tem provas ou registros documentais. Sabe-se, no entanto, que o mesmo continuara neste ínterim a estar em contato com o povo, em especial por sua atuação como cirurgião aprovado e pela denúncia que se faz do mesmo de divulgar entre os “rústicos povos” as “depravadas paixões” que naquele tempo se difundiam, do que se supõe serem as próprias discussões da Ilustração a respeito do papel do governo e dos direitos dos homens.

Estas foram ideias que permearam as páginas de seu jornal e que o colocam enquanto personagem fundamental do período de crise do sistema colonial e da formação do Brasil como nação. Cipriano foi um combatente bastante ativo em seu tempo, trazendo para as páginas de seu periódico as questões mais prementes daquele momento, no sentido de iluminar os povos, formando-os enquanto cidadãos para exercerem seu papel na nova nação que se construía e que era edificada pelas páginas dos jornais.

Compreender qual ideia de nação foi formulada pelo jornalista, no princípio do século XIX, enquanto o Brasil ainda se edificava enquanto país independente, é o objetivo fundamental deste trabalho. Para atingir a tal escopo, algumas etapas foram seguidas e se fazem necessárias algumas considerações.

Em primeiro lugar, foram selecionados como fonte os exemplares conhecidos do jornal *Sentinela da Liberdade*, que existiu entre 1823 e 1835, e que foram reunidos em um volume, junto a outros escritos de Cipriano, organizado pelo historiador Marco Morel, no ano

de 2008. Estes jornais foram referenciados, ao longo da dissertação, com base nesta publicação, havendo o cuidado de se indicar, no corpo do texto, a qual edição pertencia cada citação. Quando isto não foi possível, as referências localizaram os jornais por meio das notas constantes no rodapé das páginas. Este corpo documental é a fonte primária na qual nos baseamos para elaborar esta pesquisa, o que insere nosso trabalho em um conjunto que vem se desenvolvendo com força nos últimos anos, o de se escrever a história do país a partir daquilo que se publicou na imprensa. Esta tem sido fonte para diversos trabalhos de cunho monográfico que, embora não demonstrem um panorama geral da importância da imprensa na história do Brasil, ao menos colaboram para que diversos personagens também possam ser conhecidos e que episódios já bastante trabalhados da trajetória do país possam ser relidos em uma nova perspectiva.

Neste sentido, Marialva Barbosa faz uma importante afirmação ao dizer que

“a imprensa é fonte de singular interpretação. Deixando traços significativos da sociedade cujos passos e acontecimentos mais representativos pretendeu retratar, a imprensa também é pródiga em autorreferenciação. Produz textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre suas relações com as instâncias do poder” (2010, p. 11)

Desta forma, a autora nos mostra que o estudo da história por meio da imprensa se realiza por meio da conjunção de dois campos em especial: o cultural e o político. Trabalha-se no campo cultural ao se perceber as relações que os sujeitos estabelecem entre si e que se materializam nas páginas dos jornais, por meio da eleição daquilo que se considera enquanto digno de ser publicado. São as práticas sociais e culturais dos sujeitos históricos que permeiam as páginas dos periódicos. É também política tal história pois a imprensa, enquanto veículo de comunicação, se insere em determinadas relações de poder, ora se submetendo e sofrendo os efeitos deste, ora colaborando para as transformações que se operam no campo político. São também, ou principalmente, posições políticas que os redatores defendem e querem fazer valer quando seus escritos tomam as ruas e passam a ser discutidos em meio ao público. Assim, “o que se procura estabelecer são conexões entre a cultura e o universo social, interpretando as representações que forjam as práticas existentes no cotidiano, em suas múltiplas relações com o econômico, o político e o social” (BARBOSA, 2010, p. 17).

Em termos práticos, toda esta discussão foi organizada neste trabalho em três capítulos distintos. O primeiro capítulo versa sobre a importância da imprensa no Brasil no princípio do século XIX e de como seu surgimento fez com que houvesse uma alteração na divulgação das

informações naquele momento. Robert Darnton, em seu *Poesia e Polícia* (2014), fez uma análise a respeito das redes de comunicação existentes na Paris do século XVIII, mostrando que toda sociedade, a seu modo, foi uma sociedade da informação. Para tanto, mostra o autor como as informações circulavam naquele local e naquela época a partir de um caso em particular, o chamado Caso dos Catorze. Tomamos sua obra como base para compreender que, embora a imprensa tenha se constituído enquanto uma importante novidade no princípio do século XIX, ela não aparece em um mundo vazio de informações. Pelo contrário, esta imprensa se apropriou e se integrou a estas redes de informação, trazendo as vozes das ruas para as páginas e levando para as ruas as discussões que se faziam importantes no momento de sua publicação. Nesta circulação, por meio de tais redes, é que se formou a chamada “opinião pública” no país, um espaço de críticas e discussões sobre o que deveria ser o Brasil naquele instante, sobre qual deveria ser, entre outras, a forma da nação.

O segundo capítulo traz um esboço biográfico de Cipriano Barata, procurando mostrar quais as experiências que o forjaram enquanto ator político daquele momento. Para tanto, pensa-se no ambiente onde nasceu e viveu, a Bahia de finais do século XVIII; analisa-se a situação da Universidade de Coimbra no momento em que Barata ali estudou, pois a mesma havia passado por um conjunto de reformas dentro do espírito ilustrado da época; em seu retorno ao país, busca-se compreender qual a participação de Cipriano na Conjuração Baiana e em particular pode-se conhecer, por meio dos autos da devassa empreendida contra este movimento, o que Barata possuía em sua biblioteca, o que nos fornece alguns indícios a respeito de sua formação intelectual. Posteriormente, é apresentada sua participação nas Cortes de Lisboa, que contou com episódios de profundas discussões políticas ou mesmo de embates físicos, quando o deputado agrediu Luís Paulino Pinto da França, arremessando-o escada abaixo dentro do Congresso. Por fim, o seu retorno marca o início de uma nova fase em sua vida, quando, ao se instalar em Pernambuco, passa a produzir o jornal *Sentinela da Liberdade*. É neste periódico que suas ideias a respeito da nação, moldadas pelas suas experiências e aprendizagens, aparecerão com maior intensidade.

O terceiro capítulo encerra nosso trabalho ao apresentar e discutir qual a ideia de nação que estava presente nas páginas do periódico de Cipriano Barata. Herdeiro da filosofia da Ilustração, Cipriano construiu uma concepção cívica de nação, enquanto um conjunto de cidadãos que estavam sob a proteção de um mesmo conjunto de direitos. Assim, pode-se inferir que, para o jornalista, a construção do Estado, dos seus limites e deveres, seria um ponto fulcral para a consolidação da nação. Este Estado, naquele momento, foi pensado enquanto uma monarquia, por diversas razões apresentadas por vários historiadores, como

Kenneth Maxwell (1999) ou Maria de Lourdes Viana Lyra (1994). Esta monarquia, para Cipriano Barata, deveria ser regulamentada pela existência de uma Constituição, fruto da soberania popular, que deveria limitar a atuação do governante. Somente assim seria possível a garantia dos direitos dos homens, vistos e repetidamente nomeados por Barata enquanto inalienáveis e imprescritíveis.

Construir-se-ia assim, de acordo com o projeto do jornalista, uma verdadeira nação, embasada pela racionalidade herdada do Iluminismo. Porém, a esta concepção cívico-iluminista, tradicionalmente se opôs uma outra visão, construída principalmente a partir do final da década de 1830, balizada pelo Romantismo. Dicotomizar tais visões, entretanto, é um falseamento da realidade, pois ambas as concepções carregavam em si elementos comuns, tais como uma noção de território, de povo ou mesmo de história. Todos estes elementos, em maior ou menor medida, foram discutidos por Cipriano nas páginas de seu jornal.

Assim, percebe-se que o século XIX em geral, tal como a vida de Cipriano Barata em particular, foram plenos de discussões, projetos, ideias e conflitos. Buscava-se, por diversos meios, construir um país, amalgamar tantos elementos diversos em uma liga consistente de modo a fazer do Brasil, Brasil. Pensou-se, discutiu-se e o projeto, talvez, ainda permaneça em aberto. Imaginou-se a nação, mas realiza-la é tarefa que ainda se busca até hoje.

2 A IMPRENSA E AS REDES DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

2.1 A origem da imprensa no Brasil

Em 10 de Maio de 1823, Cipriano Barata publica o número 11 de seu jornal *Sentinela da Liberdade*, que havia sido lançado pouco mais de um mês antes, e, ao discutir o “negócio da liberdade de imprensa”, apresenta o seguinte juízo: “É, pois, o dote da palavra rigorosamente que dá distinção ao homem sobre todos os animais, que dilata a esfera de seu ser, é que faz verdadeiramente social, que lhe dá aumento nas ideias, perfeição no juízo e no raciocínio, fundamento na virtude, &c. &c.” (2008, p. 222).

Cipriano propõe, a partir do excerto apresentado, a vital importância que toma a comunicação em meio à humanidade, que segundo o autor, geraria mesmo a civilização, em um argumento hiperbólico. Sem a palavra, “o homem era uma espécie de bruto, que nunca se poderia melhorar, civilizar e alcançar a verdadeira felicidade” (2008, p.222). A capacidade de expressão retirou, portanto o homem de sua sujeição à natureza e o tornou ser social, apto a pensar a realidade que o circunda.

Pensando deste modo, Barata defende que a liberdade de expressão, materializada na liberdade de imprensa seria, senão o principal, um dos mais importantes direitos a serem defendidos na feitura da Constituição que então se discutia em 1823, já que

“A imprensa faz dilatar o espírito por via da multiplicação dos escritos que, excitando a emulação, desenvolvem o gênio, as descobertas úteis e tudo o que diz respeito ao bem particular e público, donde se conclui que ela nos aperfeiçoa com velocidade os costumes, nos dá segurança e nos encaminha para os verdadeiros bens da vida civil” (2008, p. 223).

A partir desta passagem, nota-se, tal como em diversas outras ocasiões presentes nos escritos de Barata, o valor que o mesmo atribui a ambas as liberdades, focando-se primordialmente na necessidade de serem livres as comunicações de pensamento por via dos papéis impressos. Somente com a imprensa livre poder-se-ia publicamente discutir, com base em argumentos racionais, os melhores destinos possíveis para o povo e, conseqüentemente, para a nação. O povo tornar-se-ia civilizado mediante o exercício público da razão através das palavras impressas. Assim, de acordo com o jornalista, o espaço público é o nascedouro das decisões que se tomam no governo, o qual deve permitir tal circulação de ideias, pois

“Prender ou reprimir a imprensa é querer obrigar os Cidadãos a não pensarem, raciocinarem, combinarem, adiantarem e comunicarem suas ideias. É promover do modo mais insolente a ignorância, é cegar a sociedade, auxiliar os erros e os enganos dos indivíduos e dos Governos” (2008, p.223).

Todavia, para que se possa prosseguir em meio a esta discussão, é necessário que, primeiramente, se situe o contexto no qual o baiano Cipriano Barata passa a defender suas ideias, expostas por meio da *Sentinela da Liberdade*, periódico fruto da então recente criação da imprensa no Brasil.

O nascimento desta imprensa se dá em virtude da vinda da família real portuguesa e da trasladação da Corte, o que promoveu inúmeras alterações no cenário brasileiro, em particular no Rio de Janeiro. Tal como aponta José Marques de Melo (2003), o surgimento da imprensa não se dá enquanto uma iniciativa isolada, mas junto um grande conjunto de transformações que se destinavam a transformar o Brasil em sede da Corte e em centro do poder do Império Português. Assim, a necessidade de produção de impressos oficiais, além de outros que poderiam interessar ao país, estão expressos no decreto de 13 de Maio de 1808, que cria a Impressão Régia como o local “onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras obras;”.

Desta forma, o surgimento e estabelecimento da imprensa no Brasil se dão por via da decisão real, uma vez que as demais tentativas anteriores, as quais são apresentadas por Marques de Melo (2003) e Molina (2015), haviam naufragado perante o controle estabelecido pela Coroa portuguesa.

Para além disto, é necessário também que se clarifique uma discussão que, constantemente, é retomada pela historiografia acerca deste assunto: a questão do atraso na criação das letras impressas no Brasil. Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense* e contemporâneo do processo, já alertava, naquele momento mesmo, o aspecto que mais marcaria as discussões a esse respeito no país: “Tarde, desgraçadamente tarde, mas enfim aparecem tipos no Brasil” (apud MOLINA, p. 109)

Matías Molina faz em *História dos Jornais no Brasil* (2015) uma longa discussão a respeito deste tópico, cruzando informações provenientes de diversas fontes e estudos. Para tanto, retorna ao ano de 1500 e busca traçar um histórico do desenvolvimento da palavra impressa no Brasil e em Portugal. Sua análise se centra nas discussões concernentes, em primeiro lugar, ao uso dos impressos pelos jesuítas. O autor postula, baseando-se em uma

ampla discussão bibliográfica e documental, que os jesuítas, ao contrário de outras missões instaladas no mundo colonial português, não estabeleceram aqui suas tipografias, embora não apresente as razões para esta diferença de postura. Poder-se-ia sugerir, de acordo com o próprio autor, que tais prelos não fossem necessários, haja vista a própria condição deste local:

“Na verdade, o Brasil não era um terreno fértil no qual podiam germinar facilmente as artes gráficas nos primeiros tempos da colônia. O território era enorme, a população era escassa e pouco alfabetizada e tinha poucos incentivos para aprender a ler e escrever. De pouca utilidade poderia ser a impressão local de qualquer obra. A documentação a respeito é muito escassa. Mas não foi encontrado nenhum documento nos arquivos de Lisboa proibindo a instalação de tipografias no Brasil no início do período colonial. Se não foram instaladas, isso não se deveu a restrições impostas pela Coroa, mas à falta de iniciativa ou, talvez, necessidade” (2015, p. 36).

Assim, a tese do atraso ou da carência no que diz respeito à instalação dos prelos para a produção de material impresso poderia ser pensada pela própria apropriação, por parte dos jesuítas, da cultura oral indígena, o que dispensou a utilização de grandes quantidades de impressos que justificassem a instalação de uma imprensa. Isto não quer dizer, entretanto, que a Coroa não estivesse vigilante no que se refere a esta circulação e produção de impressos. Em 1747, uma carta régia chamava de volta a Portugal o impressor António Isidoro da Fonseca com todo o seu aparato material, desmantelando, desta forma, a possível primeira iniciativa de impressão que ocorrera no país. Esta atitude poderia ser motivada tanto pela concorrência com a indústria gráfica que se desenvolvia em Portugal quanto pela necessidade de um controle mais próximo do governo português no que diz respeito aos elementos da censura.

Em uma obra clássica e bastante ampla sobre a imprensa no Brasil, lançada originalmente em 1966, Nelson Werneck Sodré também aponta, de acordo com a sua perspectiva, a razão pela qual teria ocorrido tal atraso na criação da imprensa no Brasil. O autor estabelece, neste momento, uma comparação entre o caso da América portuguesa e aquelas outras porções dominadas pelos espanhóis. Partindo deste parâmetro, Sodré postula que a relação se dá em virtude dos níveis de complexidade dos povos anteriormente presentes nas duas porções da América. Segundo Sodré,

“Onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil, que não conheceu, por isso, nem a Universidade nem a imprensa, no período colonial. Na zona espanhola, uma e outra surgiram logo: tinham larga tarefa a desempenhar, e fundamental. A dualidade de culturas, nela, representava sérios riscos ao domínio. Aqui, não tinha existência prática, não representava risco algum” (1999, p. 11).

De acordo com este autor, a necessidade prática, decorrente do avanço colonial, combinado ao estágio de desenvolvimento de uma e outra civilização, teria colaborado para a não instalação da imprensa. Os poucos livros existentes na colônia não estavam nas mãos de particulares, mas apenas nos mosteiros, tornando sua circulação restrita ao corpo eclesiástico, o qual inclusive era, em Portugal, responsável pela censura, controlando assim quais obras poderiam vir a público. Também reforça o autor que, em última instância, a demora na implantação da imprensa poderia ser explicada pelo viés econômico: “ausência de capitalismo, ausência de burguesia” (1999, p. 28), construindo um argumento que ligou o surgimento das letras impressas ao desenvolvimento da burguesia e de suas necessidades e capacidades materiais.

Estabelecendo um diálogo com outras publicações de sua época, José Marques de Melo fez um estudo de suma importância na época de sua elaboração, em 1973, buscando conhecer quais teriam sido os fatores socioculturais que retardaram o aparecimento da imprensa no país. Em sua obra, o autor busca de forma bastante intensa dialogar com a *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré, reforçando alguns dos argumentos do mesmo, embora também rebata e critique algumas das análises que Sodré estabeleceu.

De acordo com Marques de Melo, a natureza feitorial da colonização, o atraso das populações indígenas, a predominância do analfabetismo, a ausência de urbanização, a precariedade da burocracia estatal, a incipiência das atividades comerciais e industriais, junto à censura e ao obscurantismo metropolitanos, seriam os fatores que teriam inviabilizado e tornado desnecessária a presença da imprensa no território brasileiro. Conquanto muitos dos aspectos que arrola como suporte para sua ideia estejam em clara defasagem após mais de quarenta anos de elaboração de sua obra, há de se perceber que a tese central que busca defender se alinha com vários outros autores do mesmo tema

Há, assim, com relação a este ponto, certo consenso entre os estudiosos com relação ao atraso da instalação da imprensa no Brasil, não tanto em comparação ao cenário europeu, mas em particular quando se observam as demais colônias do continente, as quais já possuíam

mesmo centros universitários no século XVI (ANDERSON, 2008, p. 102). Entretanto, mais do que se focar nos possíveis motivos que conduziram a esta demora, interessa-nos perceber quais transformações a imprensa causou, mesmo que, durante seus primeiros anos de existência, pouco se tenha produzido dentro da oficina tipográfica instalada pela Corte quando de sua chegada ao país e tenha havido sobre tais escritos uma pesada censura.

Marco Morel, em parceria com Mariana Barros (2003), afirma que, a partir da circulação de impressos permitida com a instalação da imprensa, a grande e principal modificação ocorrida no país foi a criação de uma opinião pública, um espaço de críticas e discussões políticas que começa a se descolar do governo e das falas oficiais. Esta alteração criou uma “fonte de crítica ao poder e de consolidação de uma nova legitimidade política” (p. 22), que seria dada por meio da discussão e do consentimento. Esta discussão crítica e pública das novas ideias políticas deu origem ao que se chamou de “opinião pública”, que foi chamada, naquele momento, de a “rainha da mundo”, tal como expõe o próprio Cipriano Barata em 2 de julho de 1823:

“Quem fez tudo foi a boa vontade do povo, a disposição geral ou a opinião pública, essa Rainha do Mundo, que tudo [ilegível], que estabeleceu muitos Reinos sobre as ruínas de Roma, que tem destruído as pretensões dos Papas, que tem combatido o despotismo e feito as revoluções das Américas do Norte e do Sul, que derrubou Bonaparte, que salvou Espanha e Portugal por meio de Novas Constituições, que fez a Independência do Brasil e que criou o seu novo Império” (2008, p. 302)

Para Cipriano, a opinião pública apresenta-se com uma importância imensa, capaz de preservar (tal como Espanha e Portugal) ou mesmo destruir governos (como no caso de Bonaparte). A opinião seria a expressão da força pública, da construção de críticas e discussões em muito distantes da antiga prática política absolutista, que encapsulava as questões políticas ao âmbito da discussão privada. A opinião pública teria a força para expressar a soberania popular, sinal dos novos tempos de liberalismo, questionador da antiga ordem.

Para tanto, seria necessário instruir e educar o povo, o que se tornou o papel primordialmente assumido pelos jornalistas que surgiam neste período. Como afirma Isabel Lustosa,

“nesse contexto, cabia ao jornalista o importante papel de suprir as deficiências que a carência de livros e de informações especializadas acarretava. Quase todo jornal começava com uma carta de intenções. Os redatores estavam conscientes da importância de seu papel naquele momento” (2001, p. 30)

Se conscientes de sua importância ou se criadores de tal importância, o fato concreto a que se refere a autora é a ideia, disseminada entre os diversos jornais, da necessidade de se educar o povo para a sua atuação enquanto participantes do agora aberto espaço público de discussão política. Era a construção desta nova legitimidade que se daria por meio da discussão, da construção de “leis morais, abstratas e gerais”, para a qual os jornais colaborariam de forma significativa. Andrea Slemian também ressalta a contribuição do jornalismo para este embate, já que

“A novidade era que as centenas de panfletos e periódicos então surgidos forneciam materialidade para um debate político, anteriormente muito incipiente, visivelmente incrementado pelas transformações vividas no período, em especial o crescente interesse pelas questões de governo” (2006, p. 138)

Se, de acordo com a autora, o cenário anterior à criação da imprensa fora marcado pela ausência ou pela pouca quantidade de discussões políticas, a cena pública que agora se construía caminhava em sentido absolutamente diverso, materializando-se as questões públicas nas páginas de jornais das mais variadas vertentes políticas.

Cipriano Barata, de maneira sintonizada com as necessidades de seu tempo, publicou, no primeiro número de seu jornal, em 9 de abril de 1823, uma carta de intenções, na qual dizia que

“Têm aparecido em público dúzias de gazeteiros no Brasil e eu já estou cansado de ler coisas que pouco ou nada podem concorrer para a ilustração dos povos livres e bem da Pátria. Persuado-me que um gazeteiro é escritor que pode ensinar, edificar e fixar a opinião pública e até moralizar os homens: meus desejos são estes” (2008, p. 161)

Barata apresenta também esta imposição do conhecimento quando, em 23 de agosto de 1823, publica carta de seus leitores na Paraíba, que agradeciam por suas discussões e notícias, pois as mesmas

“seriam capazes de levantar do deplorável estado de ignorância e lamentável abatimento em que pouco antes jazia a maior parte dos habitantes desta Província à falta do conhecimento dos seus

invioláveis direitos, que no coração humano gravara o Autor da Natureza” (2008, p. 404).

Tomava para si, desta forma, a missão de iluminar e esclarecer as mentes de seus compatriotas, no sentido de leva-los ao conhecimento de seus direitos dados como “invioláveis”, em uma clara defesa dos princípios liberais. Era, também, reconhecido por seus leitores enquanto alguém que se colocava na dianteira de tais problemáticas e que, por isso, ganhava uma notoriedade que passaria a marcar os homens de letras daquele momento, tal como apontado por Isabel Lustosa: “O jornalismo, como gênero, e os jornalistas, como escritores, informa Maria Lúcia Pallares-Burke, adquiriam, durante o século XVIII, ‘uma dignidade que havia sido prerrogativa dos livros e de seus autores’” (2001, p. 28)

Estes escritores tornaram-se famosos pelos epítetos característicos pelos quais ficaram conhecidos: redatores ou gazeteiros. Em geral, eram estes homens que, sozinhos, elaboravam toda a estrutura do jornal. Mais do que informar, pretendiam trazer a público suas opiniões e ideias a respeito dos rumos que tomava o país naquele momento. Segundo Morel, no princípio do século XIX, “surgia este homem de letras, em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. É o tipo de escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates, que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações” (2003, p. 15).

Estes gazeteiros, via de regra, compunham seus jornais sozinhos, enviando-os às tipografias que, além de imprimi-los, também serviam como ponto de venda dos mesmos. Em suas publicações, os redatores apresentavam uma estrutura que em muito se diferencia do que se conhece hoje enquanto jornalismo. Sodré (1999) apresenta estes periódicos sob a denominação de pasquins, uma vez que se voltavam à discussão e não à informação. É necessário, porém, que se frise que tal divisão é bastante arbitrária, pois os impressos que circularam no Brasil naquele momento noticiavam ao mesmo tempo em que discutiam e tomavam posições políticas, mesmo sendo esta parte muito mais presente nas páginas dos mesmos. Em uma época de grande fermentação política, a imprensa “privilegiava o *doutrinário*, o propagandístico, em detrimento do *factual* e descritivo” (MOREL; BARROS, 2003, p. 49).

Outro fator que também poderia pesar no privilégio dado ao aspecto formativo dos jornais em detrimento ao seu caráter informativo seria a grande demora na publicação das notícias, seja pela dificuldade de comunicação entre as províncias, seja pela própria composição e impressão dos jornais. Em um caso específico, pode-se citar a deposição do

ministério formado pelos irmãos Andrada, que ocorre em 17 de Julho de 1823, e que acaba sendo noticiado por Barata em sua edição de número 38, a qual circula no dia 13 de Agosto, ou seja, com quase um mês de diferença separando o acontecimento de seu relato. Entretanto, deve-se notar que a posição de Barata, tal como a dos demais jornalistas de seu tempo, não se resume apenas a noticiar o fato, mas apresentar suas ponderações a respeito dos mesmos, uma vez que relata: “A mudança do Ministério no Rio de Janeiro oferece à nossa pena humana encadeação de reflexões tão sérias como importantes” (2008, p. 379)

Junto a isto, deve-se compreender que o próprio conceito de notícia existente no princípio do século XIX difere fundamentalmente do que se pode compreender na atualidade. Inserindo-se em um mundo de comunicação predominantemente oral ou com práticas comunicacionais oriundas do Antigo Regime, tal como proclamações lida em voz alta nas ruas ou trocas de manuscritos (MOREL; BARROS, 2003, p. 24), os jornais tiveram de se apropriar de tais elementos como fontes de suas notícias. Como ensina Marialva Barbosa, “as notícias impressas no início do século XIX são, quase sempre, de quarta ou quinta natureza” (2010, p. 29).

Em vários momentos, é possível identificar essas fontes variadas de notícias nos escritos de Cipriano Barata, tal como na sua edição de 21 de maio de 1823, quando afirma que “Têm chegado notícias da Bahia que, apesar de não serem oficiais, merecem algum crédito” (2008, p. 239). Prática comum na difusão de ideias no Antigo Regime, o boato acabou sendo incorporado pela imprensa nos seus primórdios no Brasil como fonte de informação em especial pela possibilidade que aventam, ou seja, a de se tecerem comentários a respeito das mesmas.

Outra passagem, de 10 de setembro de 1823, deixa claro esta absorção das vozes públicas pelos periódicos quando publica Barata: “Não faltam novidades neste Recife. Uma boas e outras más. Entre elas há diversos rumores sobre objetos de que não temos certeza, mas que oferecem alguma probabilidade” (2008, p. 432). Assim, mesmo que o fato não possuísse a certificação de veracidade, era utilizado enquanto mote para a discussão que vinha a seguir. Esta, inclusive, reforça a ideia da circularidade de informações quando escreve o jornalista que “Dizem que certas pessoas pouco patriotas andam raivosas por não ter ficado na terra essa Marinheirada do Madeira manchada com o nosso sangue, que esteve aqui prisioneira” (2008, p. 432).

O dizer das pessoas, os rumores das ruas, os boatos, vão se constituindo enquanto fontes de informação, embora não sejam as únicas. Os próprios jornais servem, uns aos outros, enquanto instrumentos para a confecção de matérias, seja no sentido de corroborar-las e

marcar uma posição de aliança política, seja no sentido de contradizê-las e combater-las. Assim, compreende-se a escrita de Cipriano Barata quando afirma, em 18 de junho de 1823, que “têm chegado do Rio de Janeiro o *Diário do Governo* e o *Espelho*, cada qual pior. O primeiro é papel ministerial, e o segundo, indiretamente, também o é.” (2008, p. 287). Desta forma, fica evidente a crítica de Barata ao ministério e suas ações, assim como àqueles que os apoiam. Esta autorreferenciação da imprensa, na qual os jornalistas escrevem também para seus iguais, vai criando posições políticas e blocos de aliança, mesmo que muitas vezes o adversário seja alvejado por adjetivos e qualificações muito pouco educadas. Mas é necessário compreender que o sentido de tais insultos vai para além da ofensa.

“Evidentemente que esses xingamentos, chacotas, bravatas e outras formas textuais que inundavam as publicações devem ser percebidos como parte de um mundo particular, cujos significados tinham sentido naquele mundo. Assim, podiam não apenas insultar, como também entreter e divertir” (BARBOSA, 2010, p. 50)

Este foi, inclusive, um recurso bastante utilizado por Barata em seus escritos, o que, somado à possível intenção do jornalista de que seu jornal fosse lido em voz alta e em público, traz a ideia do divertimento e da chacota enquanto possibilidade de se conquistar a adesão de parcelas da população, ao mesmo tempo em que se desqualificava o adversário.

Vê-se tal intenção quando, ao se dirigir a um de seus maiores opositores, o ministro José Bonifácio, Cipriano Barata afirma que o mesmo havia sido criado “em uma pequena Chácara ou Sítio de terras plantando café e abóboras” e, em pouco tempo, havia dado “o salto mortal para Primeiro-ministro da Nação Brasileira” (2008, p. 295)¹. Assim, procura desqualificar as atitudes e ideias do ministro, pois o mesmo possuía uma origem de “Naturalista roceiro”. Em outra ocasião, seria ainda mais incisivo ao afirmar que os irmãos Andrada “têm as mãos banhadas em sangue humano” (2008, p. 368)², ao se referir ao ataque desferido contra Luís Augusto May, redator do jornal *Malagueta*.

Em outro episódio, ao se referir ao Padre José Joaquim Xavier Sobreira, Barata o enxovalha e insulta, ao descrevê-lo como “homem de meia idade, cabeça pequena, magro e de feia catadura” (2008, p. 290-291)³. Suas intenções, ao assim caracteriza-lo, caminham no sentido da desqualificação, uma vez que o mesmo possuía opiniões políticas divergentes. E

¹ *Sentinela da Liberdade*, n. 25, 22 jun 1823

² *Sentinela da Liberdade*, n. 36, 06 ago 1823

³ *Ibidem*, n. 33, 26 jul 1823

ainda completa que tais ideias seriam decorrência de sua própria anatomia, pois “cabeça pequena tem pequeno miolo e mau juízo” (p. 291).

Desta forma, absorvendo as vozes públicas, inserindo-se no circuito de comunicação perpassado pela oralidade e pelos manuscritos, provocando discussões políticas nas quais os xingamentos e insultos faziam parte do cotidiano dos impressos, surge a imprensa brasileira. Ela é carregada pelas marcas de seu tempo e é necessário vincula-la ao seu contexto de surgimento, para que se possa ter o entendimento dos escritos que a partir dela surgem.

2.2 Os primeiros jornais brasileiros

Quando se trata de apurar a origem e o desenvolvimento do mundo dos jornais no Brasil a partir do século XIX, há, por razões óbvias, uma intensa discussão acerca do papel desempenhado pela *Gazeta do Rio de Janeiro* e pelo *Correio Braziliense*. São estes os dois primeiros veículos de comunicação que circulam no país, o que ocorre a partir da instalação da Corte em 1808. Há, entretanto, algumas dicotomias ou oposições entre estes periódicos, cuja discussão se faz necessária.

A primeira destas problemáticas diz respeito à primazia do aparecimento dos periódicos no Brasil. Esta é uma discussão cujo resultado será sempre conflitante, uma vez que o *Correio Braziliense* passa a circular a partir de junho de 1808, sendo que o mesmo era editado e impresso em Londres, onde vivia Hipólito da Costa, seu redator. Por seu lado, a *Gazeta* vem a público a partir de setembro deste mesmo ano, sendo, no entanto, impressa na Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. Assim, a primazia entre qual teria sido o primeiro jornal brasileiro não chega a um bom termo, o que não invalida a importância que ambos obtiveram no cenário político e cultural daquele momento.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou, conforme citado, seu primeiro exemplar no dia 10 de setembro de 1808. Iniciando sua tiragem como semanal, logo se tornou bissetimanal, ampliou-se posteriormente para trissemanal e foi um dos principais veículos de comunicação do país até o ano de 1821, quando a lei de censura foi derrubada, enquanto consequência da Revolução do Porto.

Impressa em formato in-quarto, sua publicação fora delegada aos oficiais da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, tal como, cinquenta anos antes, havia ocorrido com a *Gazeta de Lisboa* (MOLINA, 2015, p. 114). Mais do que outros jornais que surgiriam posteriormente, a *Gazeta do Rio de Janeiro* se caracterizou pela grande divulgação das notícias oficiais, através da publicação principalmente de atos de governo, embora não

descuidasse de outras notícias, mas sem o mesmo interesse do que a divulgação da política de governo. Existiu esta publicação até o ano de 1822 quando, após a troca de nome para *Gazeta do Rio*, deixou de circular ao tornar-se *Diário do Governo*.

Tal como outros jornais de sua época, a *Gazeta* contava com apenas um redator, o qual foi trocado duas vezes: inicialmente, fora composta pelo frei Tibúrcio José da Rocha, passando ao comando de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (que posteriormente escreveria *O Patriota* e também o *Espelho*) e encerrando suas atividades com o cónego Vieira Goulart.

Matías Molina afirma que “poucos jornais foram tão criticados no Brasil como a *Gazeta do Rio de Janeiro*” (2015, p. 117). O autor, ao fazer o balanço das análises empreendidas a respeito do periódico, afirma que esta tradição de depreciação da *Gazeta* começou com John Armitage, comerciante e escritor inglês que viveu no Rio de Janeiro na época da presença da Corte portuguesa e, que em sua *História do Brasil*, publicada originalmente em 1836, deixa impressões pouco favoráveis do jornal.

Estas críticas foram endossadas, ainda na época de circulação do jornal, por Hipólito da Costa, redator do *Correio Braziliense*, para quem a publicação oficial não prestava serviço de relevância, ao não promover discussões que pudessem auxiliar na instrução do povo.

No clássico *História da Imprensa no Brasil*, Sodré não apenas reafirma a postura, mas cita literalmente Armitage para comprovar a pouca utilidade do jornal, ao afirmar: “jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam” (1999, p. 20). Da mesma forma, ao citar John Armitage, para quem o periódico criava a ilusão de ser o Brasil um paraíso terrestre, Nelson Werneck Sodré parece buscar o reforço da ideia de uma imprensa alienante e alienada, sem contato com o povo e pesadamente controlada pela censura.

Contra este reducionismo analítico, outros autores buscaram valorizar os aspectos que positivamente podem ser encontrados nas páginas do jornal, como referências a respeito da sociedade e da vida brasileira daquele momento. Tal como informa Barbosa, “o fato de ser impresso sob a égide da Coroa Portuguesa não faz da *Gazeta* menos jornal” (2010, p. 22). A autora insiste que o caráter oficial do jornal gerou uma série de críticas que fizeram os historiadores subestimarem outros aspectos existentes no periódico. Segundo ela,

“Ao lado das notícias da guerra napoleônica e de outras informações d’além mar, as que têm primazia, figuram informações cotidianas, impressões de leitores, mostrando inclusive as formas de divulgação e a rede de informações que existiam nas cidades” (2010, p. 22).

Assim, pode-se encontrar nas páginas da Gazeta um retrato da vida no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XIX. Conquanto não fosse o país o “paraíso terrestre” ironicamente citado por Armitage, podia-se encontrar ali, além de decretos e éditos reais, anúncios sobre venda de casa, fuga e desaparecimento de escravos, notícias que chegavam da Europa, enfim, um conjunto de informações que justificam um interesse genuíno pela publicação.

Junto a esta publicação, o periódico lançado a partir de Londres por Hipólito da Costa e batizado de *Correio Braziliense*, também conquistou o público brasileiro, mas trabalhando em uma perspectiva diversa da *Gazeta*. Circulou este periódico a partir de junho de 1808, e o mesmo foi lembrado por Nelson Werneck Sodré como o primeiro jornal brasileiro, tanto em razão de sua precedência no que diz respeito a data de chegada ao país, quanto por sua posição política, que em relação à *Gazeta* “chegava quase ao antagonismo” (1999, p. 22). Desta forma, podemos compreender o *Correio*, do ponto de vista de Sodré, como um órgão de combate aos veículos “áulicos” de comunicação, que se dedicavam à informação e não a doutrinação do povo, no sentido de iluminar suas mentes. No entanto, o mesmo autor faz uma ressalva ao papel desempenhado por Hipólito da Costa na análise das problemáticas de seu tempo, pois o mesmo via a situação do Brasil “muito mais segundo as condições internacionais do que nacionais” (1999, p. 21).

Era uma publicação de formato pequeno, de 14 por 22 centímetros, e tinha um número de páginas que varia entre as 80 e as 150. Além disso, possuía outro sistema de numeração, que permitia aos leitores tomar os seus exemplares em conjunto, tal qual uma enciclopédia. Trazia o subtítulo de Armazém Literário pela enorme quantidade de informações que oferecia ao público. Foi o primeiro periódico a informar de maneira sistemática sobre os acontecimentos do Brasil, assim como sobre o panorama europeu, o que interessava sobremaneira aos habitantes desta porção do Império. No entanto, com o fim dos conflitos causados por Napoleão Bonaparte, houve uma predominância de notícias e discussões relativas ao Brasil. Esta postura teria, de acordo com Molina, feito “transparecer um racionalismo raro no Brasil e fizeram de Hipólito um escritor sempre atual” (2015, p. 124). Além disto, suas análises, nas quais criticava o governo absolutista e “alertava sobre os perigos a extrema submissão às opiniões do governo” (2015, p. 124) fizeram com que suas posições fossem colocadas, tal como apontado por Sodré, em um ângulo diametralmente oposto ao da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Desta maneira, um jornal, a serviço do governo, apenas informaria e deixaria passar ao largo as questões importantes que marcavam a vida dos brasileiros naquele momento. O

outro, por sua vez, seria um jornal formativo, no qual seu autor “desejando aclarar os meus compatriotas sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa” (apud MOLINA, 2015, p. 123) teria empreendido tal projeto.

Essa dicotomia, no entanto, é retomada e criticada por Marco Morel em ensaio presente na *História da Imprensa no Brasil*, coletânea organizada por Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca em 2008, tendo sua segunda edição em 2011. Segundo Morel, tal oposição não é absoluta, havendo inclusive diversos pontos de convergência entre os periódicos.

“Tanto a Gazeta quanto o Correio defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração” (2011, p. 31)

O que busca explicitar o autor é que a dicotomização entre as publicações é muito mais fruto de análises históricas do que presente na realidade dos jornais. Inclusive, mesmo em relação à defesa do liberalismo e da independência do Brasil, os jornais chegaram a se aproximar conforme houve a passagem do tempo, fato este explicável pois “os dois faziam parte do mesmo contexto político e mental e, ainda que com diferenças, partilhavam um universo de referências comuns” (MOREL, 2011, p. 32)

Estes dois são os jornais que ganharam maior destaque durante os primeiros anos da existência da imprensa no Brasil, embora outras publicações também tenham surgido em meio a este processo. Quanto a isto, cabe destacar o surgimento do periódico *Idade d’ouro do Brasil*, aparecido na Bahia em 1811, sob a direção de Manuel Antônio da Silva Serva, o qual trabalhou em sua publicação até 1823. Defendeu este jornal uma linha editorial que apregoava a união entre Brasil e Portugal sob a fórmula do Reino Unido, mas a derrota das forças do general Madeira de Melo e sua consequente expulsão da Bahia tornaram a independência um fato consumado, levando ao fim do periódico.

Ao lado deste, circulou também no Rio de Janeiro, a partir de 1813, a publicação *O Patriota*, escrita por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, e cujo subtítulo dá uma boa ideia de seus objetivos: jornal literário, político e mercantil. Foi, ao contrário de seus contemporâneos, uma publicação científica, sendo “um reflexo do Iluminismo francês no Brasil na sua preocupação em difundir o conhecimento, embora não fosse político” (MOLINA, 2015, p. 173). Buscou tratar de conhecimentos práticos aplicados à agricultura,

assim como da botânica, zoologia, história, ou seja, uma revista de variedades bastante original para sua época. Durou pouco, entretanto, vindo a desaparecer em 1814, mas deixando a marca de uma razão prática engendrada a partir da Ilustração. Este jornal, tal como outros de seu tempo, acabou marcado pela rápida existência, ao que Isabel Lustosa se refere ao dizer

“A maioria não durou mais que alguns meses. Apareciam uma ou duas vezes por semana e suas tiragens eram reduzidas. As dificuldades de comunicação impediam a divulgação pelas províncias. Muitos não deviam atingir senão o público das cidades onde eram publicados” (LUSTOSA, 2001, p. 28)

Marcado por dificuldades técnicas, seja no que diz respeito à publicação, seja no que informa ao seu transporte e distribuição, muitos dos jornais surgidos no Brasil acabaram com a mesma rapidez com que surgiram. Pode-se argumentar ainda que, apesar da novidade, o surgimento da imprensa e das primeiras publicações nas terras brasileiras não teve maior alcance em virtude, também, da forte presença da censura régia que, no dizer de Marques de Melo, limitava a difusão “de informações e conhecimentos convenientes aos detentores do poder” (2003, p. 138). Isso não significa que não houvesse a circulação clandestina de impressos considerados perigosos por parte das autoridades. A devassa realizada por ocasião da Conjuração Baiana encontrou, conforme já foi frisado, diversas obras em posse de Cipriano Barata que poderiam conter os “abomináveis princípios franceses”. Da mesma forma, regredindo um pouco mais, as próprias apreensões por conta da devassa ordenada em vista da Inconfidência Mineira revelam a presença maciça de impressos proibidos, tais como os encontrados na casa do cônego Vieira, cuja biblioteca ultrapassava os 600 volumes (MENDES; RABELO, 2011).

Desta forma, havia uma situação conflitante, na qual o poder central buscava controlar as iniciativas de impressão, assim como controlar o que se lia, mas tal situação não atingia, em termos práticos, o fim desejado pela Coroa. Foi, assim, apenas após a Revolução do Porto que o mundo dos impressos no império português ganhou maior liberdade, uma vez que a aquela, em defesa do constitucionalismo e das liberdades básicas dos cidadãos, instaurou a liberdade de imprensa em Portugal, o que se refletiu no Brasil com o decreto de março de 1821. A partir de então, iniciou-se um período não apenas de liberdade na comunicação de ideias, mas uma explosão de opiniões, veiculadas por meio de inúmeros periódicos que se atribuem a missão de educar o povo para a nova vida política. É em meio a esta “guerra de jornalistas” (LUSTOSA, 2000) que se situa a obra de Cipriano Barata.

2.3 A Sentinela da Liberdade

Cipriano Barata inaugura-se enquanto jornalista logo após seu retorno clandestino de Portugal, o qual fora motivado pelas inúmeras desavenças que cultivara durante sua atuação enquanto deputado nas Cortes de Lisboa. Conforme já apontado, colocou-se enquanto defensor da causa brasileira, embora tenha, ainda que a princípio, defendido a ideia de um Reino Unido, pois afirmava que “nós não somos franceses, somos portugueses; por isso devemos procurar o bem da Nação” (2008, p. 76). Esta sua fala na Assembleia, em 13 de Fevereiro de 1822, mostra uma posição ainda conciliadora, que atrela a Nação à manutenção do Império Português, já que todos são portugueses, não demonstrando claramente uma cisão entre europeus e americanos.

Esta visão persiste durante certo período de sua permanência na capital portuguesa, pois ainda em Julho de 1822, reclamando a respeito do fato de a representação brasileira não estar plenamente constituída, afirmava que não se podia tratar “aquela parte da nação como passiva” (2008, p. 85), deixando que os deputados portugueses tomassem todas as decisões a respeito da Constituição, o que encaminhava a situação do Brasil para o retorno à sua antiga posição de colônia de fato. No entanto, vemos em sua última fala, de 20 de setembro de 1822, um vaticínio que, em termos de fato, de acordo com o que foi consagrado pela história e pela historiografia, já havia se consumado: a separação entre Brasil e Portugal. Tal dito fica claro quando afirma o então deputado que o Congresso nada mais fazia, com suas medidas, do que “acelerar uma fatal independência para o Brasil” (2008, p. 116).

Em virtude destas desavenças é que Cipriano, acompanhado de um grupo de outros deputados, parte de Lisboa clandestinamente rumo ao Brasil, passando em primeiro lugar pela Inglaterra. Em sua chegada ao Brasil, não pode o agora ex-deputado desembarcar na Bahia, que se encontrava em conflito contra o general Madeira de Melo em virtude da adesão da província ao comando do Rio de Janeiro, no processo de independência que se desenrolava. Desta forma, Barata acabou por se estabelecer em Recife, local a partir do qual inicia a nova fase de sua biografia, a de jornalista, também chamado naquele momento de redator ou gazeteiro.

Sua primeira aparição enquanto membro da imprensa se dá em sua colaboração para a *Gazeta Pernambucana*, a qual teve alguns de seus números também reunidos por Marco Morel na coletânea de obras escritas por Cipriano Barata e que veio a público no ano de 2008. Nesta *Gazeta*, na qual o autor colabora ainda durante o ano de 1823, Barata já começava a mostrar o estilo de escrita que iria caracterizar todas as suas publicações: uma mistura de

sarcasmo com críticas ferinas, partindo para as agressões verbais diretas quando os seus adversários no campo das ideias lhe criticavam ou discordavam de suas posições. Ao mesmo tempo, era profundamente amável com seus admiradores e parceiros de contenda na defesa do liberalismo no Brasil. Tal como escreveu Marco Morel, na introdução ao volume com os escritos do jornalista, estes jornais de Barata, em meio às duras discussões políticas, “narram também o cotidiano da vida urbana e trazem estilo humorístico em alguns trechos e com frequência a escrita amplia-se para a transmissão oral, seja recebendo e registrando ‘vozes públicas’ seja buscando propagar-se por estilo próximo ao da oralidade” (2008, p. 15).

O lançamento de seu jornal, a *Sentinela da Liberdade*, se dá em 9 de abril de 1823, inserindo-se esta publicação em meio a uma enorme miríade de periódicos que discutiam os rumos da nação e a maneira como o Brasil, construindo ainda a sua independência, deveria se organizar política, econômica e mesmo socialmente.

O jornal tinha um formato que hoje se poderia considerar pequeno, produzido in-quarto, com dimensões de 19 centímetros de altura por 13 centímetros de largura, o que tornava sua posse e transporte bastante ágeis, em comparação ao formato dos periódicos atuais. Tinha periodicidade bissemanal, sendo publicado às quartas-feiras e sábados, e ordinariamente custava 40 réis. Podia vir acompanhado, dependendo da necessidade de mais páginas para publicação, de um suplemento, o qual acrescia 20 réis a seu preço. Para efeito de comparação, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves aponta, em artigo publicado em 1995, que, na mesma época do lançamento do jornal de Barata “uma empada de recheio de ave custava 100 réis; um arrátel de linguiça, 280; a aguardente de cana, 80 réis a garrafa; um sabão inglês, 120 réis a libra” (p. 131).

Tal comparação torna-se valiosa no momento em que se busca conhecer quem poderia ser o leitor de Cipriano Barata, e esta indicação mostra um possível acesso de camadas mais populares à publicação. Para efeito de comparação, Matías Molina cita que o jornal *Correio Braziliense* custava, no Rio de Janeiro, cerca de 1280 réis quando de seu lançamento, em outubro de 1808 (MOLINA, 2015, p. 123). Em que se pese a sua própria periodicidade mensal, além do próprio volume do jornal, que possuía entre 80 e 150 páginas, não foi “um jornal lido pelas massas, em sua enorme maioria analfabetas e sem recursos para pagar o elevado preço do exemplar, mas era lido com atenção na Corte e entre a pequena elite culta e os comerciantes” (2015, p. 132).

Já no caso da *Sentinela da Liberdade*, pode-se assim inferir que o público ao qual se destinava e entre o qual de fato circulava era de extração mais popular. Mas outro fator que ainda pesava contrariamente à sua disseminação, mesmo entre as classes mais populares, é o

apontado por Molina, o analfabetismo. No entanto, a questão da grande presença de pessoas sem capacidade de ler e escrever não é impeditivo de acesso ao texto do jornal, se se pensa que a prática de leitura existente naquele momento divergia bastante do que hoje se entende por este hábito. A esse respeito, Andrea Slemian, postula que

“Não se deve ignorar a tradição da comunicação oral como outro fator importante para a difusão de informações e ideias contidas nos periódicos. Segundo um folheto da época, que informava o governo sobre a agitação dos povos no Rio de Janeiro, muitas obras eram lidas ‘diante de um auditório já predisposto’ a ‘passagens mais infestadas do espírito revolucionário das obras francesas’, não apenas em reuniões secretas mas ‘no salão dourado, na humilde loja e mesmo na praça pública’” (2006, p. 141)

Imagina-se, por este caminho, que as tiragens do jornal, às quais não tivemos acesso, não representariam a realidade acerca do alcance das palavras ali colocadas, uma vez que um leitor poderia atender a diversos ouvintes, nos diversos locais que, mediante esta prática, tornaram-se espaços de uma nova sociabilidade, marcada pela comunhão das ideias presentes em cada texto lido.

Algo que também poderia nos dar algum direcionamento no que diz respeito ao público que o jornalista pretendia atingir seria a própria linguagem utilizada no periódico. É bastante característico da escrita de Cipriano Barata o uso de expressões populares e provérbios na feitura de seu jornal, tal como se vê ao escrever “quando todos os Frades andam gordos e corados, benza-os Deus” (2008, p. 226)⁴. Também, ao discutir sobre a instalação de lampiões nas ruas de Pernambuco, reflete a respeito de seu funcionamento ao dizer que “é preciso acautelar que os atiçadores não tenham Moura encantada que lhes apague os lampiões” (2008, p. 228)⁵. Utilizando uma antiga figura das tradições portuguesas, apela o escritor ao imaginário popular para discutir uma questão de utilidade pública, qual seja, a iluminação das ruas. Isso também pode ser reforçado ao se verificar o uso do provérbio ao dizer que “quem não quer ser lobo não lhe veste a pele” (2008, p. 229), discorrendo a respeito de disputas judiciais que tomavam lugar em Pernambuco, ou ao afirmar que se o trabalho de elaboração da Constituição não obtivesse efeitos práticos, “lá vai tudo quanto Marta fiou” (2008, p. 285)⁶. Deve-se notar, entretanto, que o uso de tais expressões não pode ser tomado como indicativo de que se dirigia o jornalista a estratos mais baixos da população, uma vez

⁴ *Sentinela da Liberdade*, n. 11, 10 maio 1823

⁵ *Ibidem*, n.12, 14 maio 1823

⁶ *Ibidem*, n. 22, 18 jun 1823

que a maior parte da população é composta de pessoas com baixo ou nenhum letramento. Pode-se inclusive reforçar esta situação ao se pensar que os estudantes que iam à Europa para conseguir uma formação universitária eram tomados enquanto uma “elite letrada”, diferenciada do restante da população pelo domínio que tinham de certos conhecimentos. Assim, tomar a linguagem do jornal enquanto indicativo do grupo social ao qual se dirige torna-se um tatear no escuro.

Elemento também bastante marcante, a repetição de assuntos ao longo das páginas da *Sentinela da Liberdade* foi elemento inclusive notado pelos contemporâneos e leitores de Cipriano Barata. Desta maneira, quando o redator cita que “Amigos dos meus leitores têm reparado que eu repito às vezes as mesmas matérias de que já tenha falado” (2008, p. 247), pode-se inferir que a ideia da repetição de matérias ou de discussões nas páginas dos jornais traz a tona outra característica fundamental dos periódicos daquele momento no Brasil: mais do que informativos, pode-se afirmar que tais publicações tinham caráter formativo, no sentido de moldar a opinião pública a respeito dos acontecimentos e das disputas políticas que tomavam lugar no Brasil. É o que frisa Cipriano na própria continuação de sua explicação ao dizer: “Eu repiso algumas as matérias mais essenciais e faço isso e propósito, para as fazer recordar. Este é o melhor meio de obrigar a conservar as ideias das coisas importantes” (2008, p. 247)⁷.

Poder-se-ia também teorizar sobre este fato ao se pensar que talvez a repetição de assuntos já discutidos se devesse ao dificultado acesso a informações, em vista das poucas linhas de comunicação presentes entre as províncias ou mesmo da demora para que a notícia sobre um fato chegasse ao local de trabalho e residência do jornalista. Entretanto, pode-se rebater tal argumento em virtude da própria utilização dos boatos ou das “vozes da rua” enquanto fontes de informação, o que gerava material bastante amplo para as publicações. Desta maneira, o caráter didático da repetição ganha mais força, neste contexto, no sentido de um convencimento da população sobre as causas defendidas pelo redator.

Sendo um jornal de custo acessível, com uma linguagem voltada para um público amplo, discutindo e sempre reatualizando os assuntos mais essenciais, a *Sentinela da Liberdade* tornou-se um jornal de grande alcance, sendo o “jornal de província que mais repercussão teve no Rio de Janeiro daquele período” (LUSTOSA, 2001, p. 317). De tal forma promoveu polêmicas, ao discutir os mais variados assuntos, como a questão do trabalho, da construção da nacionalidade, dos abusos dos ministérios, que Cipriano acabou por ser o civil

⁷ Ibidem, n. 15, 24 maio 1823

que mais tempo passou em prisões militares, ao despender cerca de onze anos por detrás das grades. É significativo, nestes momentos, que o jornalista baiano não tenha deixado de escrever, mas sempre alertando a seus leitores onde se encontrava. Assim, o título original de seu periódico, *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, vai se alterar conforme suas prisões ou transferências: *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida* (1823); *Sentinela da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel-general de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos* (1831); até chegar ao seu paroxismo em janeiro de 1834, quando escreve a *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-general de Pirajá, Mudada Despoticamente para o Rio de Janeiro e, de lá, para o Forte do Mar da Bahia, Depois para a Presiganga, e Logo para o Forte do Barbalho e de Novo para o Forte do Mar, Segunda Vez para a Presiganga, por Fim para o Hospital, donde bradou Alerta, Agora Rendida e Substituída por um Camarada que Vigia na Cidade, e Corajosamente Brada: Alerta!*

Utilizando-se deste artifício, Barata desejava deixar seus leitores alertas para o fato de estar preso e ser transferido inúmeras vezes, com o objetivo de que não fosse calada sua voz pelas prisões que considerava arbitrárias e despóticas. Pretendia que suas lições continuassem a circular por meio da população, reanimando e realimentando as redes de comunicação que existiam naquela época no Brasil.

2.4 Os jornais e as redes de comunicação

Pensar a comunicação no Brasil no princípio do século XIX é tarefa árdua, em especial pelas diversas formas de transmissão de informações cujos registros são poucos ou mesmo inexistentes, tal como a comunicação oral. Há, na bibliografia que se dedica ao tema, uma grande relevância atribuída ao surgimento da imprensa e de seu possível impacto sobre a sociedade daquela época. Encerrava-se, neste ponto de vista, um período de obscurantismo e atraso cultural, que na visão de José Marques de Melo caracterizava a cultura portuguesa (2003, pp. 138 – 141) e abria-se um novo tempo, uma era na qual a informação passava a circular e era publicamente discutida.

É necessário compreender que o estudo da imprensa no Brasil daquele momento não pode ser fechado apenas em si mesmo, ou seja, buscando-o compreender a partir de sua autorreferenciação, ou mesmo, em uma perspectiva mais frankfurtiana, a partir da ideia de uma emissão de informações que perpassaria as mentes e o imaginário da população leitora. É preciso, neste estudo, partir de uma compreensão a respeito das redes de comunicação

existentes no Brasil naquele íterim, percebendo-se que, mais do que tomar um lugar privilegiado ou determinante neste cenário comunicacional, a imprensa vai, paulatinamente, integrar-se a um conjunto já pré-existente de trocas informacionais.

Robert Darnton, em seu livro *Poesia e Política* (2014), realiza um estudo aprofundado do tema, ao se centrar no Caso dos Catorze, episódio de prisões ocorrido na França em 1747 e que ilustra de maneira exemplar o que se propõe a analisar aqui. Este episódio, trabalhado já em uma obra anterior do autor (*Os Dentes Falsos de George Washington*, 2005), mostra uma saga de prisões e investigações, que se inicia com a descoberta de um poema contra o rei, o que já constituía em si um crime. Seguindo uma ordem do governo, a notícia se espalha por entre uma rede de espiões, que leva a prisão de François Bonis, estudante de medicina, que em seu interrogatório aponta já para uma importante questão: havia copiado o poema em um encontro com dois padres, os quais discutiam notícias políticas encontradas nos jornais. Uma série de delações levou a prisão de mais treze culpados do crime de disseminar poemas infames, mas jamais se chegou ao autor do poema. Como supõe o próprio historiador, talvez nem mesmo houvesse um autor original, uma vez que a circulação não apenas transmitia, mas também criava novas informações, uma vez que os receptores recriavam e acrescentavam novos dados a tudo o que ouviam e copiavam antes de repassar estes conteúdos adiante.

O que pretende mostrar o autor é que, mesmo em uma época na qual o controle da política e das discussões sobre as mesmas estivesse sob o controle do rei e da cúpula mais próxima ao mesmo, as informações circulavam, não dependendo de meios impressos e/ou oficiais para chegarem ao conhecimento do público. Este, por sua vez, reinterpretava e repassava as informações entre si, compondo uma rede de informações que se tornava pública em alguns lugares, mas que se disseminava forma capilar, sendo impossível o seu controle por partes das autoridades. Portanto, a ideia de “a comunicação se tornou a atividade mais importante da vida moderna” (DARNTON, 2014, p. 7) e que se vive em uma “sociedade da informação” é derrubada pela análise das formas de comunicação presentes em outras sociedades e em outras épocas, pois cada sociedade foi, a seu modo, uma “sociedade da informação”. O que diferencia o estudo do Caso dos Catorze, e que pode ser aplicado em grande medida ao Brasil do início do século XIX, é que “podemos descobrir uma complexa rede de comunicação e estudar a maneira como a informação circulava numa sociedade semianalfabeta” (DARNTON, 2014, p. 9)

Voltando-se para o caso do Brasil em particular, Marialva Barbosa aponta para a presença desta rede ao pontuar que

“A teia de notícias é construída, sobretudo, pela rede de informações verbais, que pode ter origem nas letras impressas, as quais são retransmitidas oralmente a outros ou diretamente pela conversa oriunda dos ambientes privados. Ao mesmo tempo, as letras impressas passam a se nutrir do jogo das práticas orais” (2010, p. 21)

Ou seja, não se pode pensar em uma preeminência da letra impressa sobre as demais formas de comunicação, uma vez que estes impressos eram alimentados pelas vozes das ruas, tomavam materialidade nas páginas dos periódicos, eram lidos em ambientes públicos e esta leitura fazia voltar ao mundo da oralidade as ideias que dali haviam se originado, mas agora com novas informações e interpretações.

Percebe-se esta circulação de informações em vários momentos na *Sentinela da Liberdade* quando, por exemplo, em 03 de setembro de 1823, Cipriano faz a seguinte análise: “Nas duas gazetas n. 40 e 42, analisei tão-somente as instruções dos Governadores das armas que vêm no *Diário do Rio* de 1 de Abril, e nesta vou analisar ligeiramente as que vêm no *Diário* de 24 do dito mês” (2008, p. 419). Esta pode ser considerada uma primeira etapa ou primeiro momento no que se refere ao pensamento sobre as redes de comunicação: os comentários nas páginas de um jornal sobre o que se publicava ou comentava em outros jornais. A esta prática de escreverem os jornalistas uns para os outros é que se nomeia de autorreferenciação, ou seja, a imprensa tomando como referência de análise aquilo que a mesma produz.

Isto diz pouco, entretanto, sobre os níveis de ligação deste veículo de comunicação com a sociedade na qual está inserido. Outra instância desta ligação em meio às redes de comunicação diz respeito ao que escrevem os leitores para os redatores. Esta manifestação se dá por meio de cartas, as quais vinham de regiões diversas, como a própria província de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, entre outras. Da Paraíba, toma-se um exemplo, publicado em 23 de Agosto de 1823, na qual dizem os leitores: “contemplamos em Vossa Excelência (o Protótipo do mais liberal Patriotismo) o nosso libertador, o nosso Apóstolo ou Missionário Celeste, encarregado de nos dizer as verdades” (2008, p. 404).

Esta resposta dos leitores da Paraíba apresenta, mesmo que parcialmente, a forma como estes compreendiam o que dizia o jornalista: são capazes de compreender que as ideias veiculadas pelo jornal vão de encontro ao ideário liberal e ao patriotismo, com os quais, muito provavelmente, se identificam os leitores. Participam, portanto, os leitores da construção de um sentido para o que é veiculado pelo periódico.

Poder-se-ia, em uma outra direção, problematizar a questão das cartas recebidas e publicadas pelos jornais da época, ao se supor que os próprios redatores fossem os responsáveis por sua feitura. Escrevendo e publicando uma missiva sobre um assunto em particular, o jornalista poderia arrogar para si a concordância de supostos leitores com as suas ideias. Tal premissa é uma possibilidade em aberto, que as fontes conhecidas até o momento não respondem satisfatoriamente, mas que não pode ser desprezada, particularmente se pensamos que tais redatores buscavam conquistar mais adeptos para as ideias que defendiam. Publicando cartas de outros supostos leitores, poder-se-ia assim dar sustentação aos argumentos defendidos e mostrar o alcance de tais teorias.

Ao teorizar sobre este tema, da circulação dos textos, Roger Chartier coloca que não se deve pensar tais escritos enquanto um fim em si, ou como idênticos a si próprios em qualquer momento, mas lembrar que, para estas obras, “as formas como são lidas, ouvidas ou vistas também participam da construção de seu significado” (2010, p. 36).

Também aponta o autor para a necessidade de se historicizar o leitor, uma vez que simplesmente pensar sobre a “recepção” ou “resposta” aos textos pode fazer com que se generalize esta categoria, lembrando que “o significado dos textos depende das capacidades, das convenções e das práticas de leitura próprias das comunidades que constituem, na sincronia ou na diacronia, seus diferentes públicos” (2010, p. 37). Ou seja, ao analisarmos o conteúdo da carta enviada pelos leitores ao jornalista, percebemos que o periódico ganha espaço no circuito de comunicação ao ser o seu discurso apropriado pelo público.

Outro nível de comunicação se refere à interrelação entre o jornal impresso e o mundo da oralidade, patamar de análise de mais difícil compreensão, em especial pela carência de fontes a este respeito. Pode-se, porém, fazer algumas inferências sobre esta ligação a partir de elementos presentes nos próprios impressos. É possível imaginar que o texto de Cipriano Barata fosse voltado a uma leitura pública, uma vez que alguns signos de seu texto permitem tal suposição. O próprio cabeçalho do jornal já traz a inscrição “Alerta!”, que, acompanhada de outros sujeitos, também figura no final de cada edição.

Tal forma imperativa supõe que a leitura pública possa terminar com a invocação do cuidado, com o estímulo ao público para que se tenha atenção e que se vigie a ação dos governantes em particular. Tal se vê em expressões como “Ó do Governo, alerta!” (2008, p.

270)⁸, “Ó das Províncias, alerta!” (2008, p. 383)⁹, chegando mesmo o jornalista a se referir a D. Pedro I invocando “Ó do Imperador, alerta!” (2008, p. 430)¹⁰.

Ao lado da expressão mais característica de seu jornal, outras construções permitem que se infira a inserção do jornal no mundo da oralidade, quando, buscando dar ênfase, pode-se imaginar o leitor na praça dizendo em tom de ordem “Morra o governo absoluto, morra, morra!” (p. 383). Mais do que defender o fim e o esquecimento de práticas políticas que não mais teriam lugar em seu tempo, Cipriano parece incitar a população à discussão e à ação contra tal política.

Desta maneira, a interpretação de Barbosa sobre a leitura dos textos deixa ainda mais claro que a leitura dos mesmos não era um fim em si, fechado na privacidade e no silêncio, mas ia ainda além:

“Em princípio, o texto impresso é dotado de uma imobilidade e de uma estabilidade. Esse mesmo texto, em um jornal, evidentemente foi produzido para um leitor que pode lê-lo de várias formas: silenciosamente na biblioteca, ruidosamente no momento de descanso no lar, para alguém que tem dificuldades com as letras impressas, nos lugares públicos, entre uma enorme gama e possibilidades. Mas a leitura é sempre um trabalho que pressupõe a interpretação, a procura de sentido, enfim, a busca de significados” (2010, p. 45)

Os periódicos impressos inseriam-se, pois, em meio a outras formas de transmissão de informações em um processo comunicacional que, para a atualidade, talvez seja pouco usual. Trazia em suas páginas as vozes das ruas, ao reproduzir o que “dizem por aí”. Apropriava-se dos conteúdos de outras fontes, como as cartas, vindas seja da localidade mesmo onde circulava o jornal, seja de locais bastante afastados, tal como Lisboa. Reproduziam e atacavam ideias presentes em outros periódicos, tanto para conseguir ou mostrar-lhes adesão no plano das ideias, quanto para demonstrar sua oposição e, assim, marcar seu lugar em meio à discussão política. Eram lidos em altas vozes, nas praças, nos cafés, nas tipografias e todo o universo que lhes havia servido de base era reinterpretado e devolvido ao mesmo, para que novas conversas acontecessem, novas ideias fossem divulgadas, novos rumores e boatos circulassem e assim realimentassem a rede de informações.

Foi neste contexto que começou a ser discutir quais os rumos que o Brasil, agora independente, deveria tomar, no plano político, econômico ou social. Pensava-se nos modelos

⁸ *Sentinela da Liberdade*, n. 19, 07 jun 1823

⁹ *Ibidem*, n. 38, 13 ago 1823

¹⁰ *Ibidem*, n. 45, 06 set 1823

de Estado, de nação, no conjunto de direitos, na concepção de povo que deveriam guiar o desenvolvimento do país. Cipriano foi um, entre vários, que pensou a respeito de tais problemáticas, oferecendo respostas a estas situações com base nas diversas vivências e experiências que tivera ao longo de uma vida marcada por notáveis acontecimentos sociais e políticos. É no sentido de compreender quais foram, por um lado, os parâmetros fornecidos pela sociedade da época e, por outro lado, as escolhas feitas por Barata, que se empreende agora uma breve biografia do jornalista baiano.

3 A TRAJETÓRIA DE CIPRIANO BARATA

3.1 Biografia e história

Escrever uma biografia, mesmo que de forma breve, é uma questão historiográfica bastante complexa, pois envolve diversos riscos dos quais o historiador deve buscar se distanciar. Giovanni Levi, em seu texto “Usos da biografia”, presente na coletânea *Usos e Abusos da História Oral* (2006), aponta que nos últimos tempos a biografia acabou ganhando força renovada, voltando a valorizar o sujeito enquanto agente histórico, mas em uma perspectiva diferente daquela metódico-positivista, que apresentava uma função pedagógica para o relato biográfico, de retratar vidas exemplares enquanto modelos de comportamento, descoladas de um contexto particular. Desta forma, escrevia-se sobre toda uma vida sem atentar, ou nem mesmo se importar, com o contexto, transmitindo a noção que as ações e decisões individuais poderiam se desenvolver apenas com base no arbítrio próprio, sem se atentar para certas forças que, em maior ou menor medida, influenciariam neste processo.

A biografia ganhou, neste contexto de renovação, uma importância que a interpretação marxista em particular havia lhe retirado, em décadas passadas, ao privilegiar grandes processos e estruturas, que apareciam por sua vez como descolados das vontades particulares e individuais. No entanto, o novo impulso conquistado pela biografia não a isentou de dificuldades em sua feitura.

Em meio aos diversos problemas que, para Levi, atingem a escrita biográfica, o primeiro seria a pretensão do historiador em enxergar uma determinada coerência nas ações dos indivíduos que, muitas vezes, são ambíguas e problemáticas. A biografia, ao ser utilizada enquanto narrativa linear, acabaria por ordenar de forma inequívoca elementos que não necessariamente se comportaram assim na existência do biografado, “relegando a um segundo plano aspectos ambíguos e irresolutos” (2006, p. 173). Isto, no dizer de Pierre Bourdieu, que também escreve para a mesma coletânea, seria a utilização do “designador rígido” (2006, p. 186), ou seja, a concatenação, *a posteriori*, de uma sequência de eventos que necessariamente não seguiam uma lógica, a qual, por seu lado, o historiador quer encontrar, pois se situam todas estas atitudes sob a égide de um mesmo nome, no conjunto de decisões que um indivíduo tomou em sua vida. Sob o designador do nome, colocam-se questões que, vistas ao longe, já parecem suficientemente claras, mas que podiam e deviam de fato ter múltiplos significados para o biografado. Desta maneira, acaba o biógrafo muitas vezes por colocar na mente de seu sujeito estudado uma racionalidade que não existia naquele instante de decisão,

ou ainda pior, uma racionalidade anacrônica, que responde ao intento do biógrafo, mas não do seu personagem de pesquisa, já que para o historiador os resultados daquela ação já estão bem delineados. Tal como ensina Levi, ao se fazer a biografia, corre-se então o risco de se construírem “modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (2006, p. 169). Isso também foi apontado por Lilia Moritz Schwarcz, ao postular que “não é raro cobrarmos que eles digam o que insistem em não dizer nos documentos; que nos decepcionemos com eles e que muitas vezes eles sejam objeto de orgulho pessoal e privativo” (2013, p. 53)

Isto não coloca, porém, a escrita da biografia como uma impossibilidade, mas como um gênero histórico que deve atentar a determinados cuidados. Para tanto, Levi faz um levantamento dos problemas presentes em diversos gêneros biográficos (modal, biografia e contexto, biografia de casos extremos, biografia hermenêutica, psicobiografia), buscando demonstrar os limites presentes em cada caso. De uma forma bastante ampla, pode-se compreender que, ao se retomar a biografia, dentro das novas perspectivas e estudos que tem surgido nos últimos anos, pretende se desfazer

“a falsa oposição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não existe só. Ele existe ‘numa rede de relações sociais diversificadas’. Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence” (DEL PRYORE, 2009, p. 10)

Desta maneira, pode-se pensar a biografia de Cipriano José Barata de Almeida (1763 – 1838), médico e jornalista, nascido na Bahia, mas com grande atuação no cenário jornalístico a partir de Pernambuco. Este é o local onde se instala o baiano após seu retorno de Portugal e de sua conturbada participação nas Cortes, convocadas após o movimento liberal do Porto, em 1820. Conhecido por sua publicação mais importante, o jornal *Sentinela da Liberdade*, editado entre 1823 e 1835, a vida de Cipriano insere-se em um contexto de grandes transformações no Brasil, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Época de intensas discussões a respeito do que deveria ser o Brasil, em especial em termos políticos e sociais, este período foi marcado por projetos e ideias conflitantes, produtos das relações dos homens que nasceram e viveram naquele momento, em virtude das condições que lhes eram oferecidas e sobre as quais pretenderam atuar. Muitas vezes, encontrar-se-ão disposições e pensamentos que, vistos com dois séculos de distância, dão a impressão de profundas contradições no pensamento dos personagens da época, mas que devem ser problematizados e, mais do que isso, contextualizados. Era a época da crise do sistema colonial, e todas as suas

disposições, seja no campo político, econômico ou social, estavam em processo de revisão, em muito influenciado pelas ideias que eram formuladas na Europa e apropriadas e repensadas pelos indivíduos nas áreas coloniais.

Talvez se busque, aqui como em outros trabalhos, aquilo que Jenkins, em seu *A história repensada* (2001, p. 68), colocou como uma impossibilidade da disciplina: a empatia, a compreensão do ponto de vista do próprio Cipriano a respeito do mundo em que vivia e das conquistas e vicissitudes que vivenciou. Não se possui a pretensão de recriar o mundo em que o mesmo viveu e experimentar suas próprias sensações, o que poderíamos chamar de “empatia radical”, cujo alcance talvez fosse um objetivo metódico por demais, mas sim tecer uma certa trama que, a partir dos indícios que possuímos, dê conta concepções políticas presentes na obra de Cipriano Barata, em especial no tocante ao seu projeto de nação. Tal como coloca Darnton, em seu livro *Poesia e Polícia* (2014), trabalha-se como os detetives, os quais “interpretam pistas, seguem fios condutores e montam um caso até chegar a uma convicção, - a sua própria e frequentemente a de um júri” (p. 146), sem a pretensão de objetividade, mas de verossimilhança.

Luiz Henrique Dias Tavares (2003), em obra que reúne diversos ensaios sobre o período vivido por Barata, apresenta um debate a respeito da biografia e atuação de Cipriano. Este embate de ideias introduzido por Tavares se situa na formulação de uma imagem que, por um lado, apresenta o Cipriano Barata “histórico”, com sua biografia a ser mais e mais esmiuçada e problematizada pelos historiadores, conquanto pesem as dificuldades relativas à carência de dados biográficos sobre vários períodos de sua vida. Por outro lado, existe uma representação do Cipriano “estereotipado”, taxado de “agitador liberal”, tal como no título do breve texto biográfico que Octávio Tarquínio de Sousa escreve a seu respeito em 1957, “revolucionário”, nas palavras de Caio Prado Júnior, em 1953, “agitador popular”, tal como o definiu Hélio Vianna (1946), “sans-culotte”, ou de diversos outros títulos de que se valeram seus antagonistas políticos, em especial o governo absolutista de Dom Pedro I e seus ministros, além de vários outros jornalistas contemporâneos seus, ou mesmo historiadores mais interessados na legitimação de lutas políticas do que em problematizar os aspectos eventualmente contraditórios de seus pensamentos e obras.

Marco Morel (2001), na mais importante biografia escrita até o momento sobre o jornalista, destaca a figura de Cipriano enquanto um herói, que por suas qualidades carismáticas despertou a admiração e o respeito do povo. No entanto, pela defesa radical de suas posições, em muitas ocasiões contrárias ao poder estabelecido, Barata acabou relegado a um segundo plano, seja na memória, seja na historiografia, embora muitos breves ensaios, de

pesquisadores renomados, tenham tentado reabilitá-lo enquanto figura de destaque nas disputas políticas e sociais estabelecidas no princípio do século XIX.

Sobre sua infância e juventude, não há registros que nos informem acerca de suas atividades. Não conhecemos, por um lado, o modo pelo qual aprendeu as primeiras letras nem outras experiências que possam ser dignas de nota. Sabemos, por outro lado, que o período de seus anos iniciais é marcado por acontecimentos de relevância para a própria história do país. Neste sentido, veja-se o próprio ano de seu nascimento: há dois registros para esse momento, podendo o mesmo ter acontecido em 1762 ou 1763. Este é o momento no qual o governo português, com vistas a melhor controlar o fluxo de ouro e diamantes da colônia, transfere a capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Entenda-se nesse fato dois elementos fundamentais: em primeiro lugar, a perda da importância política da região Nordeste, em virtude da própria decadência econômica da mineração, que levou o governo metropolitano a apertar a fiscalização, redundando na mudança do centro administrativo. Em segundo lugar, pode-se visualizar uma alteração importante no tocante a questão dos empregos públicos, bastante diminuídos com a transferência da sede administrativa. Em ambas as situações, deve-se perceber que um clima de insatisfação e mal estar percorreu a capital baiana, atingindo em maior ou menor escala os diversos grupos populacionais.

Não se deve imaginar, entretanto, que Salvador empobrecera de uma hora para outra: continuava a ser grande exportador de açúcar, com uma produção próxima a de Pernambuco, além de produzir tabaco e iniciar, naquele momento, uma lavoura de algodão, que seria movimentado pela demanda inglesa de tal matéria prima. Assim, o capital ainda estava presente e circulante no cenário soteropolitano em particular e na Bahia em geral, lado a lado com “verdadeiros restos da sociedade escravista: marinheiros velhos ou aleijados, prostitutas, mulatos e negros ex-escravos abandonados pelos senhores na velhice, índios desgarrados das aldeias, negros fugidos do eito, brancos e mestiços pobres com trabalho irregular, ciganos, degredados europeus” (MOREL, 2001, p. 30), constituindo um ambiente de tensão social constante, no qual as desigualdades acumulavam-se, fossem estas de renda ou étnicas.

Sabe-se que, depois de haver crescido e formado suas primeiras noções de realidade a partir de um ambiente colonial pleno de contrastes, Cipriano Barata matricula-se em 1786 na Universidade de Coimbra, na qual estudou Filosofia, Matemática e também Medicina, embora se saiba que o mesmo não completou sua formação nesta área, mesmo tendo atuado, durante boa parte de sua vida, enquanto “cirurgião aprovado”. Filho de Raimundo Nunes Barata, tenente português que comandava tropas sediadas na Bahia, e da brasileira Luísa Josefa, fica

também em questão a forma pela qual teria adquirido recursos que possibilitassem sua ida e permanência na universidade portuguesa. Pode-se imaginar que tenha sido agraciado por algum “mecenas”, mas tal informação permanece enquanto especulação. A possibilidade que tenha ido e permanecido na Europa com recursos próprios também pode ser encarada enquanto suposição.

Para além disto, é importante notar como sua trajetória intelectual vai de encontro ao ambiente novo que vigora em Portugal, uma vez que todos os cursos nos quais se matriculou surgiram ou foram reformulados após as reformas de 1772. O que importa saber, em um primeiro momento, é qual ambiente intelectual encontrou Barata em Coimbra quando de seus estudos, no sentido de se perceber quais foram suas primeiras referências intelectuais que formariam, em parte, o jornalista atuante durante o Primeiro Reinado e a Regência.

3.2 A Universidade de Coimbra e sua reforma

A Universidade de Coimbra surgiu em 1290, no reinado de D. Dinis I, sendo uma das instituições de ensino mais antigas em funcionamento até a atualidade. Localizou-se em primeiro lugar em Lisboa, passando por um intenso trânsito entre a capital e Coimbra até o ano de 1537, quando se fixou em definitivo nesta última. Sua criação deu-se por bula do papa Nicolau IV, formando-se a partir dos cursos de Artes, Direito Canônico, Direito Civil e Medicina, dominada por um ensino calcado na perspectiva da escolástica e que teve, inclusive, papel acentuado no projeto de colonização das áreas ultramarinas portuguesas. Neste sentido, argumentam Costa e Rosolen que a instituição “formou, produziu, selecionou e legitimou a camada de dirigentes da administração central da Coroa, não apenas na metrópole, como também no ultramar” (2013, p. 9), garantindo a formação de um corpo administrativo capaz de disseminar os padrões de civilidade sob os quais buscava moldar as populações submetidas ao poder português. Para tanto, garantiu a educação tanto de pessoas da metrópole quanto de membros das elites locais, os quais seriam capazes de aplicar as leis em conformidade com as particularidades locais, dentro do grande arcabouço jurídico estabelecido na organização colonial.

Este cenário torna-se bastante claro quando se faz a correlação entre os estudantes que se matricularam na universidade ao longo do tempo e suas atuações posteriores. Luana Melo e Silva (2011), ao estudar a formação da elite colonial mineira, demonstrou que mais de 50% dos representantes de Minas Gerais nas Cortes de Lisboa, convocadas por ocasião da Revolução do Porto, haviam adquirido sua formação em Coimbra, sendo que essa

porcentagem se manteve na composição dos representantes daquela província na Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro ou na ocupação de cargos como os de senador ou de presidente de província. Tal fato nos ajuda a compreender a trajetória de Cipriano Barata como então pertencente a esta “elite letrada” cuja formação, associada a um reconhecimento popular adquirido ao longo dos anos, lhe garantiu tanto o acesso ao posto de representante da Bahia nas Cortes de Lisboa quanto o assento na Assembleia Constituinte brasileira, de 1823, posto que não chegou a assumir, tendo sido preso e enviado forçadamente à capital, supostamente em virtude desta sua recusa.

Cipriano matriculou-se na Universidade no ano de 1786, período no qual já estavam estabelecidas as chamadas reformas pombalinas. Não se deve pensar, entretanto, que entre sua criação e as ditas reformas, a universidade tenha tido uma orientação monolítica, sem nenhuma alteração, ou mesmo que esta fosse a primeira iniciativa de se modernizar o ensino na instituição. Cristiane Nunes, em artigo publicado em 2013, destaca que, já no século XV, havia iniciativas por parte dos humanistas no sentido de combater a perspectiva escolástica solidificada dentro da instituição, o que levou a formulação do seu segundo estatuto, mas que, entretanto, demorou quase cem anos para começar a surtir seus primeiros efeitos práticos no que diz respeito a reformulações dentro das ações da universidade. Assim, vivendo e funcionando sob a dependência do mosteiro da Santa Cruz, a Universidade de Coimbra foi um centro privilegiado de formação de saber das elites, que permaneciam, no entanto, ainda sob as diretrizes implantadas pela Igreja Católica, particularmente dentro do raio de atuação da ordem dos Jesuítas.

Este cenário somente seria alterado, em certa medida, a partir das reformas implementadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Sua atuação tem merecido destaque, tal como aponta Paulo H. M. Arruda (2009), em alguns aspectos principais, tal como sua atuação no processo de reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, bem como em seu empenho em “regenerar” o Império Português, palavra recorrente no que dizia respeito às reformas implementadas em seu governo. Conhecedor da situação secundária que Portugal ocupava no cenário europeu de então, em especial na sua dependência da Inglaterra, foi do interesse do Marquês reformar estruturas sociais e educacionais que promovessem uma modernização do país, sem contudo enfraquecer a atuação do soberano. Pelo contrário, uma marca bastante característica do projeto iluminista português foi o reforço da figura do rei enquanto aquele capaz de levar adiante as transformações necessárias para que o pequeno país ibérico retomasse a glória dos tempos da expansão ultramarina. Para tanto, várias medidas tornaram-se necessárias, como o

fortalecimento do poder real perante a nobreza, assim como da diminuição da influência da Igreja Católica, sendo que neste sentido a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias marcou um importante ato de Pombal neste esforço.

A atividade de Pombal, enquanto ministro, deve ser vista não enquanto um divisor de águas absoluto, como se de sua própria vontade e gênio tivesse surgido e se desenvolvido a intenção de se fazerem reformas. Pode-se recuar até o final d século XVII para se buscar as origens de tais transformações quando, pela ação dos chamados “estrangeirados”, os primeiros esforços de renovação intelectual já começassem a se esboçar, a partir dos trabalhos de Luís da Cunha, Luís Antônio Verney, Ribeiro Sanches ou mesmo Pombal, enquanto ainda em seu cargo de diplomata. No dizer de Lilia Moritz Schwarcz, estes intelectuais “atribuíam o atraso do Império à falta de cultura e, em consequência, defendiam a chegada ‘das luzes da razão moderna’ como única maneira de garantir o progresso nacional” (2012, p. 89).

Devemos compreender a reforma da Universidade de Coimbra em um contexto mais amplo, não apenas como fruto da atuação de Pombal, mas no que se materializou enquanto um “Iluminismo português”, eivado de limites e pleno de objetivos específicos. Uma ampla gama de pesquisadores tem trabalhado sobre o impacto da chegada das ideias iluministas ao contexto intelectual português, o que não se materializou na construção da ideia de revolução, mas no que se convencionou chamar de “despotismo esclarecido”: uma via de fortalecimento do governo absolutista por meio das propostas apresentadas pelo Iluminismo. Para Ana Rosa Cloquet Silva (2006), este uso das ideias iluministas demonstra que, no pensamento daqueles ilustrados portugueses, o fortalecimento da instância política “passava, necessariamente, pelo desenvolvimento científico” (p. 47), para uma possível racionalização das atividades estatais.

Para compreendermos as reformas, efetivadas nos Estatutos de 1772, é necessário que se conheça qual a situação que se apresentava em Coimbra naquele momento. Neste sentido, demonstra Cloquet da Silva,

“Reclamava-se aqui a falta de uma orientação *prática* aos estudantes, sufocada pelo emprego de raciocínios e procedimentos especulativos, inibidores tanto da *erudição* – requisito para a interpretação de textos antigos, cuja revisitação esteve no próprio seio do Iluminismo – quanto da *experimentação* e, portanto, do próprio empiricismo das Luzes” (2006, p. 73 – grifos do autor)

Desta forma, ao menos em teoria, diversas reformas foram estabelecidas, como a própria adoção de métodos mais experimentais na faculdade de Medicina, como a dissecação de corpos; houve a criação de vários anexos à Universidade, como o jardim botânico, o

laboratório químico, o museu natural, entre outros; houve a criação do curso de Filosofia, dividido entre a Filosofia Racional e Moral e a Filosofia Natural; assim como a reestruturação do curso de Direito, com maior ênfase no “papel da Razão e do jusnaturalismo” (SILVA, 2006, p. 74). Trabalhando nesta linha, o que se buscava era uma instrumentalização do saber com o sentido prático de se formar o homem público português, cujo conhecimento científico poderia contribuir para o abandono do atraso econômico, o que por sua vez, tornaria mais forte o poder político, em uma junção considerada fundamental no pensamento de Pombal. Ao lado deste racionalismo, necessário para o projeto regenerador do ministro português e que buscava dinamizar a economia e reformular alguns papéis sociais, buscava-se também afastar as influências do Iluminismo francês, “pois continha elementos capazes de por em perigo a autoridade em geral e a autoridade do rei em particular” (CARVALHO, 1981, p. 53).

As reformas foram bastante intensas neste início do último quartel do século XVIII, mas decaíram quando da queda de Pombal, após a morte do rei, no contexto da “Viradeira”. Esta foi a época do governo de D. Maria I, marcado por um processo de expurgo dos partidários do antigo ministro, além dele mesmo, chegando-se a expulsar diversos professores e alunos da Universidade de Coimbra, sob a acusação de heresia. Entretanto, não se perdeu de todo o espírito das reformas, as quais foram, de certa forma, conciliadas durante a reitoria de Dom Castro, entre 1786 e 1799, o qual buscou amalgamar as novas tendências com um certo espírito de reação.

Segundo José Murilo de Carvalho (1981, p. 66), 72% dos ministros do Primeiro Reinado estudaram em Coimbra, o que demonstra a importância da instituição enquanto centro formador da inteligência e dos quadros administrativos do império, situação muito coerente com a intenção primeira de Pombal de estabelecer reformas pedagógicas com o intuito de construir o homem público, capaz de superar o cenário de crise e decadência da economia portuguesa, sempre em débito com outras potências. Ainda segundo Carvalho, Coimbra foi um importante centro formador no sentido de garantir uma homogeneidade ideológica à elite política imperial brasileira, particularmente ao fornecer uma formação jurídica que sustentava a supremacia do rei nas questões políticas (1981, p. 29).

Foi neste ambiente que Barata estudou, graduando-se em Filosofia no ano de 1790, e não chegando a concluir os cursos de Matemática e Medicina, embora tenha trabalhado enquanto “cirurgião aprovado” em seu retorno ao país. Podemos perceber que, dentro dos limites daquilo que se configurou enquanto Iluminismo dentro de solo português, Barata foi atingido pela filosofia da Ilustração, fazendo uma leitura que, como posteriormente será discutido, não se caracterizou por aquilo que Lucia Maria B. P. das Neves como

“homogeneização, em termos de valores e padrões de comportamento dos indivíduos que pertenciam à elite” (2003, p. 29). Sua atuação política e os valores que defendeu ao longo da vida vão em sentido contrário ao de muitos de seus contemporâneos e colegas de Universidade, tal como José Bonifácio.

Morel (2001) ressalta que, para esta compreensão, para além dos muros da Universidade, outros locais também poderiam influenciar os rumos do pensamento de Barata, tal como a Academia Real de Ciências, as lojas maçônicas e as sociedades secretas. Paulo Garcia (1997), em biografia sobre Cipriano Barata, retoma várias vezes a importância da maçonaria na formação do futuro jornalista, ao postular que “a grande maioria dos brasileiros que estudaram em Portugal nos fins do século 18 e primeiras décadas do século 19, quando regressavam, já haviam se iniciado na Maçonaria. Isso ocorreu, também, com Cipriano Barata” (p. 177). Embora não trabalhe diretamente com documentos que comprovem esta tese, mas apenas com relatos provenientes de outras obras, Garcia aponta em uma direção que auxilia na demonstração da presença de mais um círculo que Barata poderia ter frequentado e que teria colaborado para sua formação.

Deve-se perceber também que a própria convivência em um ambiente com grande circulação de informações pode ter forjado diversas concepções dissonantes a respeito do poder e do governo, entre outras matérias. Portugal contava com um serviço de censura a mando do Estado, mas este não conseguia impedir que informações relativas a outros países chegassem aos moradores do país. Assim, a Revolução Francesa, que se inicia quando Barata ainda está presente em Portugal, pode e deve ter chegado a seu conhecimento, tal como demonstra, por exemplo, a citação que faz ao abade Sièyes, quando, em 13 de agosto de 1822, discutia a questão da cidadania nas Cortes de Lisboa (BARATA, 2008, p. 104), embora suas atividades no território português, enquanto estudante, sejam pouco documentadas.

2.3 Da Conjuração dos Alfaiates às Cortes de Lisboa

Em 8 de novembro de 1823, escrevia Cipriano Barata em seu periódico *Sentinela da Liberdade*:

“um segredo em que por bem da Pátria eu estive nu em suores, com um grande bispote no nariz; com um monte de correntes por travesseiro, e uns chichelos que foram de um Enforcado por fronha; e o meu rosto achou tudo bem macio, e mais uns grilhões aos pés com

36 arretéis de peso; roído de piolhos, percevejos, ratos; picados de lacraus, etc” (2008, p. 554)

Esta declaração, junto a outra, mais curta, de maio de 1823, são as poucas referências que Barata fez de sua prisão em 1798, quando fora acusado de ser partícipe do movimento que se desenvolveu na Bahia e que ficou conhecido sob diversas alcunhas, tais como Conjuração Baiana ou Conjuração dos Alfaiates. Há de se notar que, nesta passagem como na outra que aqui lembramos, Cipriano não nega sua participação no “ensaio de sedição”, tal como nomeado por Jancsó (1996), mas tampouco esclarece qual seu papel em tal movimento. Denunciada por dois escravos convidados a tomar parte no levante, a conjuração passou à história enquanto uma tentativa de sublevação de cunho eminentemente social, cujos participantes visavam à instalação de

“uma República Democrática, onde todos seriam iguais, onde os acessos e lugares representativos seriam comuns, sem diferença de cor, nem de condição, onde eles ocupariam os primeiros Ministérios, vivendo debaixo duma geral abundância, e contentamento, trazendo-lhes à lembrança para mais os iludir e surpreender o exemplo do infeliz e desgraçado povo Francês” (apud GARCIA, 1997, p. 33)

Assim, perpetuou-se uma certa visão a respeito de tal movimento enquanto intentado por negros e mulatos, os quais, diante de suas condições de exclusão e exploração, derrubariam o governo e criariam um ambiente democrático radical, no qual estariam superadas as diferenças de raça e de riqueza. Seria um movimento de perspectiva bastante diferente ao que havia se tentado nove anos antes em Minas Gerais, quando parte da elite mineira se voltou contra o governo português com o escopo de libertar sua província, a qual vivia debaixo de severas cobrança e vigilância. De uma sedição elitista, preocupada com os interesses de uma classe em particular, a qual pretendia inclusive a manutenção da escravidão, passar-se-ia a outra, mais popular e mais democrática, de intenções mais sociais.

No entanto, Garcia (1997) afirma que uma leitura mais cuidadosa dos fatos e da própria condição social de muitos dos acusados “autorizam a crença segura de que o governo procurou minimizar os acontecimentos, tentando difundir a ideia de que o movimento não tinha acesso às camadas mais altas da sociedade e receptividade nos meios intelectuais” (p. 40). Desta forma, a tese clássica de Affonso Ruy (1942) a respeito da Conjuração, edificada a partir de pressupostos também trabalhados por Caio Prado Júnior (1953), em seu esboço biográfico de Cipriano Barata, de que esta sublevação teria sido a “primeira revolução social

do Brasil” fica bastante comprometida, já que, embora houvesse uma predominância social de homens negros e pobres em sua composição, a mesma não objetivava apenas a construção de uma ordem social mais justa, tal como aquela difundida pelos “boletins que os comunistas distribuem entre os proletários e as classes menos favorecidas” (1942, p. 85). Não se pode, tal como pretenderam os autores citados, apenas buscar enxergar na conjuração as sementes de uma luta de classes, em especial no que toca à composição dos envolvidos. Podem-se perceber outras possíveis intencionalidades no movimento ao se analisar a condição de um acusado, tal como Francisco Agostinho Gomes, “homem de vasta fortuna, portador de sólida cultura” (GARCIA, 1997, p. 40) ou mesmo a de Cipriano Barata naquele momento, o que é digno de análise.

István Jancsó (1996), em sua tese de livre docência, inicialmente apresentada ao público em 1976, a qual foi retrabalhada e ampliada para seu lançamento enquanto livro, faz fundamental levantamento da historiografia a respeito do ensaio de sedição tentado na Bahia em 1798, apresentando junto a isto uma importante interpretação do movimento. Situa-o dentro de um quadro particular, a crise do Antigo Sistema Colonial, manifestação específica de um fenômeno mais amplo que se desenvolve na Europa, a ruína do Antigo Regime, fissura essencial cujos ruídos se disseminaram ao longo de todo o mundo colonial, provocando consequências diversas. Em meio à crise mais ampla, o abalo da concepção de Monarquia, tomada até então enquanto a base comum sobre a qual se formavam os impérios, em particular os ultramarinos, fez com que surgissem novos pensamentos a respeito da forma do Estado, embasados em particular pelas *francesias*, em referência aos projetos da Ilustração.

Assim, mesmo que os governos ibéricos, como outros do continente, tenham buscado se apropriar das ideias ilustradas e reformar-se administrativa e economicamente por este meio, sua efetividade não atingiu plenamente os confins coloniais, o que levou a tentativas de superação da situação existente, através de uma configuração inédita: a aliança de classes sociais diversas em torno de propostas explicitamente políticas no Brasil (JANCSÓ, 1996, p. 56). Desta forma, as atuações de Agostinho Gomes ou de Cipriano Barata tornam-se mais claras no sentido de se pensar uma união de grupos sociais díspares ao redor de um propósito mais amplo, o da reorganização política do Brasil em um momento no qual as reformas previamente tentadas no bojo do reformismo ilustrado não tenham surtido efeito.

A sedição, porém, não logrou obter êxito e o que se materializou da mesma foram apenas panfletos, afixados na cidade de Salvador na madrugada do dia 12 de agosto de 1798, o que levou às investigações e a prisão de diversos elementos, tal como Manoel Faustino e Lucas Dantas, negros, o primeiro alfaiate e o outro soldado, os quais, em seus depoimentos,

acabam por incriminar Cipriano enquanto “sabedor” do levante. Em outros depoimentos, tal como o de João de Deus, Cipriano é inocentado, sendo que o mesmo alegou em sua defesa que nada sabia de conspiração, e que se lhe acusavam, era pelo fato de manter conversas públicas sobre o estado político da Europa, o que teria sido ouvido e mal interpretado pelos “pardos, interessantes da revolução” (apud MOTA, 1997, p. 31).

Nesta época, após seu retorno dos estudos em Coimbra, motivado pelo falecimento do pai, sabe-se que Cipriano situava-se enquanto lavrador¹¹ arrendatário nas terras de Inácio de Siqueira Bulcão, além de praticar a atividade médica e publicizar ideias consideradas “depravadas paixões” entre as camadas mais baixas da sociedade, os “rústicos povos”. Desta maneira, deve-se perceber uma intensa circulação de Barata entre os vários estratos sociais, já que podia discutir ideias políticas com seus iguais ao mesmo tempo em que as divulgava entre o povo. Era, ao mesmo tempo, o lavrador de cana, inferior em posição e riqueza ao senhor de engenho, dormindo sob o mesmo teto que os escravos, tal como sugerem os Autos da Devassa de 1798, ao listarem que o baiano possuía, entre os pertences de sua casa, “três camas de pretos”, e o representante da elite letrada, possuidor de formação superior na Europa e dotado de certas ideias e convicções políticas.

Tais ideias políticas podem ser, em certa medida, encontradas na relação de livros apreendidos feita pela autoridade portuguesa quando da prisão de Barata, mesmo que ali se encontrem imprecisões derivadas do intuito de coagir e não de criar um testemunho sobre o que lera o acusado de participação na sedição de 1798. Octávio Tarquínio de Sousa diz sobre esta biblioteca que “as obras sobre assuntos políticos se emparelhavam com os compêndios de medicina prática e os tratados filosóficos e científicos com os cartapácios históricos” (1988, p. 214). Sabe-se que dois terços dos livros encontrados estavam em francês, o que demonstra a possível proximidade de Cipriano com as ideias iluministas, já que este idioma havia se tornado “como que um idioma das *Luzes*” (MOREL, 2001, p. 54), conhecida internacionalmente por aqueles que desejavam entrar em contato com as críticas ao Antigo Regime.

Mattoso nos apresenta uma lista das obras possuídas por Barata (1969, p. 19 – 20), entre as quais consta um manual de geometria de Euclides, cursos de matemática, volumes a respeito de química e medicina, além de outras obras de cunho político, tal como o panfleto *O Orador dos Estados Gerais*, de Jean Louis Carra, escrito em 1789, assim como uma cópia do

¹¹ Deve-se atentar para o fato de que, no contexto em que Cipriano Barata vivia, o termo “lavrador” não se refere ao trabalhador do eito, mas sim ao pequeno proprietário, oposto ao latifundiário. Este possuidor de grandes extensões de terras pode ser conhecido enquanto o “senhor de engenho”.

discurso, proferido em janeiro de 1795, de Boissy d'Anglas, deputado francês do Terceiro Estado nos Estados Gerais, entre outras. Neste discurso, em particular, o deputado exaltou os feitos da Revolução Francesa no que diz respeito a conquista da liberdade perante o modelo político do Antigo Regime, o que teria tornado a França modelo para outras nações. Também fazia fortes acusações contra as políticas externas de Rússia, Áustria e Inglaterra, conclamando o povo a resistir contra a investida de tais potências que apenas desejavam destruir o que a Revolução havia construído.

Assim, temos conhecimento daquilo que, através do registro do auto da devassa, nos chegou enquanto propriedade de Barata. Pode-se supor que o mesmo os tenha lido e absorvido seu conteúdo, tal como, por exemplo, no que diz respeito à própria composição e importância da nação, assim definida por Carra: “As naçoens são as que jurão os Reys, e não os Reys as naçoens” (sic) (apud MATTOSO, 1969, p. 75), o que sugere um elemento de soberania popular que irá, posteriormente, fazer parte do discurso do jornalista baiano. Da mesma forma, podemos compreender que a leitura do texto de Boissy D'Anglas, deputado da ala moderada que assume o poder após a queda dos jacobinos, poderia forjar no mesmo as críticas que tanto dirigiu à Santa Aliança e sua política restauradora. No entanto, não desejamos nos aprofundar em discutir as ideias contidas nesses materiais, mas sim em perceber que a posse de tais materiais pode nos dar alguns indicativos de quais princípios podem ter norteado sua formação intelectual, mas isto não garante que Cipriano os tenha lido e apreendido completamente suas ideias.

Além disso, devemos atentar para o fato de que a censura existente no Brasil colonial não impediu em absoluto a circulação de vários escritos e impressos. Assim muitas obras chegaram clandestinamente ao país e delas não se tem notícia ou mesmo possibilidade, em um primeiro momento, de avaliação de sua circulação. Sabe-se o que pode ter lido Cipriano Barata a partir do que estava contido em sua biblioteca, mas não se pode esgotar tal informação ao pensarmos, por exemplo, na coleção de livros presente na casa do padre Francisco Agostinho Gomes, homem rico e cuja participação alegada no movimento de 1798 não foi apurada (TAVARES, 2003, p. 127 - 128), sendo-nos impossível verificar quais obras possuía e que poderiam ter chegado ao conhecimento de Barata. Em segundo lugar, não há informações detalhadas sobre seus estudos na Europa, mesmo que neste ponto pesem as considerações a respeito da liberalidade da reforma da Universidade de Coimbra. Por fim, ao pensarmos em sua formação, deve-se ainda lembrar o fato de que as leituras não se davam em ambiente privado, e que a rua e os locais públicos em geral constituíam importantes pontos de divulgação de ideias, tal como apontado anteriormente.

Estas leituras formaram, de qualquer forma, o que Paulo Garcia afirma em seu estudo acerca de Barata, que o mesmo “foi o mais autêntico representante do pensamento liberal brasileiro dos fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX” (1997, p. 19). Este mesmo autor faz uma diferenciação entre o que qualifica enquanto o liberalismo francês, voltado à defesa dos direitos e por conseguinte da liberdade política, e o liberalismo inglês, cuja tônica também se volta para o bem estar humano, com base no jusnaturalismo, mas enfocando em particular os aspectos materiais e de produção de riqueza, sendo assim um liberalismo econômico. Para Garcia, o desenvolvimento de ambas as ideias tornou-as incompatíveis, já que o viés econômico do liberalismo pressupõe a defesa da propriedade e o exercício do poder por seus detentores, o que não garante a democracia, defendida pelo liberalismo francês. Neste sentido, o autor coloca que Barata estaria vinculado à doutrina de tipo francês, uma vez que sua defesa dos direitos inalienáveis dos povos o tornava, de acordo com o autor, um democrata.

O que se sabe, com base no que relatam seus biógrafos, é pouco ou praticamente nada da biografia de Cipriano Barata nos anos que se estendem entre 1800, quando é solto, pela “nímica debilidade de provas”, e 1821, quando reaparece na cena pública; no entanto, suas críticas posteriores deixam entrever que sua percepção a respeito do governo joanino não era positiva, em virtude do aumento de impostos, da corrupção e da violência do governo, tal como transcreveu posteriormente em seu periódico.

Há neste íterim ao menos dois fatos de fundamental importância para a compreensão do período. Em 1808, transferia-se ao Brasil a família real portuguesa, chegando primeiramente a Salvador, no mês de janeiro, e vindo a se estabelecer em definitivo na capital da colônia no mês de março. Assim, acontecia no país um fato inédito, o da vinda e estabelecimento de uma corte europeia em seus domínios coloniais na América. Tal fato fora motivado pelas circunstâncias mais imediatas: diante do avanço napoleônico sobre a Europa, a política portuguesa de neutralidade pouco conseguiu fazer para se desvencilhar da ameaça francesa. Parceiros históricos dos interesses ingleses, os portugueses apenas adiaram a decisão de Napoleão Bonaparte de invadir seu país, em virtude do Decreto de Berlim, que vedava aos continentais o comércio com a Inglaterra. Dessa forma, tornados alvos pelo interesse expansionista napoleônico, os portugueses tomaram a decisão de abandonar a Europa e partir rumo ao Brasil, sua colônia mais rica e afastada o suficiente das querelas europeias.

A historiografia brasileira dedicou muitas páginas à discussão a respeito da transferência da família real portuguesa. Em uma perspectiva nacionalista, apontou-se, além das caricaturas de Dom João VI, Carlota Joaquina e demais membros do séquito, uma certa

covardia do príncipe ao não permanecer em Portugal e enfrentar as tropas francesas. Sob uma outra ótica, exaltou-se a coragem e perspicácia do líder português que, sabedor de sua inferioridade militar, trouxe ao Brasil sua corte, mantendo a Coroa e mesmo a monarquia portuguesa. Tal como apontou Jurandir Malerba “dom João viveu e morreu como rei, enquanto a maioria das cabeças coroadas da Europa sucumbiu sob Napoleão” (2000, p. 204). No entanto, a esta discussão deve-se somar outra, bastante importante, brilhantemente elaborada por Maria de Lourdes Viana Lyra em *A utopia do poderoso Império* (1994): na verdade, a transferência do rei e de sua grei ao Brasil consolidou um antigo projeto, já presente no século XVII, de tornar o Brasil, por sua pujança, no centro do Império Português (p. 108), não sendo, assim, apenas uma decisão de momento, cuja concretização se deu apenas em virtude das circunstâncias imediatas. Por essa perspectiva, a invasão napoleônica tão somente levou a cabo a decisão de tornar realidade tal proposta.

Desta forma, chegaram o rei e sua corte ao país em 1808, e sua necessidade de transformar a colônia em sede do Império Português exigiu que diversas transformações fossem feitas, no sentido da construção do aparato estatal. Entre estas implementações, destaca-se aqui a instalação da Imprensa Régia, feita por meio de alvará datado de 13 de maio deste mesmo ano, tal como discutido no primeiro capítulo. Lembra-se que serviria tal imprensa à publicação de despachos e ordens reais, mas se abria também a possibilidade de demais usos, conforme autorização real. Assim, inaugurava-se no Brasil a publicação de impressos, em um contexto de diversas remodelações executadas na colônia, tal como afirmou José Marques de Melo: “Observamos, portanto, que a implantação da imprensa não constituiu uma iniciativa isolada, mas vinculou-se a um complexo de medidas governamentais capazes de proporcionar o apoio infra-estrutural para a normalização das atividades da Coroa Portuguesa, aqui instalada de modo provisório” (2003, p. 88)

A mesma veio, para além da publicação dos decretos oficiais, a suprir outras necessidades, como a obtenção de informações a respeito dos eventos que se desenrolavam na Europa, bem como à exigência de produção de livros e impressos destinados a alimentar o ensino superior que começava a se desenvolver no país. Dessa oficina é que sai, em 10 de setembro de 1808, o primeiro jornal a ser elaborado no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, segundo o autor “iniciando assim o jornalismo nacional” (MELO, 2003, p. 90). Além do Rio de Janeiro, também Bahia e Recife tiveram a instalação de oficinas tipográficas, se bem que a última tenha tido vida curta em virtude de seu funcionamento iniciar-se no momento da Revolução de 1817. Assim, até 1821, somente duas oficinas tipográficas produziam impressos, mas, a partir da Revolução do Porto, também Recife, Belém, São Luís e Vila Rica

inauguram seus serviços de impressão. De acordo com Marques de Melo, esse processo de disseminação da imprensa pelo país ainda seria bastante lento, completando-se somente em 1852 com a instalação de oficinas em todas as províncias brasileiras.

Tal instalação da imprensa e a criação de uma nova maneira de comunicar ideias políticas, mesmo que nos primeiros tempos tenha se dado sob a égide da censura real, foi de fundamental importância para a biografia de Barata, uma vez que, a partir de 1823, o médico baiano tornar-se-ia o redator do periódico *Sentinela da Liberdade*.

O outro fato fundamental que ocorreu neste período é o da já citada Revolução Pernambucana de 1817. A região Nordeste era, naquele momento, assolada por grave crise econômica. Por um lado, os efeitos da seca de 1816 tinham feito a produção açucareira cair a níveis bastante baixos. Somado a isso, a expansão algodoeira valorizou as terras, fazendo com que a expansão da cultura do açúcar tivesse que contar apenas com a apropriação de terras de qualidade inferior, o que prejudicava ainda mais a produção. Desta forma, ocorreu o endividamento de muitos proprietários, os quais passaram a perder suas terras e escravos. Por outro lado, disseminava-se uma carestia de gêneros alimentícios, o que passou a prejudicar também enorme parcela da população mais pobre. Ademais, o comércio era dominado pelo elemento português, o qual elevava os preços dos produtos importados, ao mesmo tempo em que deflacionava os produtos a serem exportados, o que juntamente ao aumento de impostos para o sustento da Corte no Rio Janeiro e da guerra na Guiana Francesa, provocaram grande sentimento de insatisfação e mesmo uma “lusofobia”, no dizer de Villalta (2003, p. 61), e para tanto podem ter servido de inspiração algumas revoluções, como o levante norte-americano contra os ingleses de 1776, a Revolução Francesa de 1789 ou mesmo o exemplo do Haiti em 1801.

Desta forma, com a soma de diversos ingredientes de insatisfação, revoltou-se Pernambuco contra o rei, e durante 74 dias, viveu uma experiência separatista e republicana, nos moldes do que acontecia na vizinha América Espanhola. Chegou Pernambuco a buscar o apoio de outras províncias, conseguindo para tanto a adesão da Paraíba, mas não obtendo êxito em sua empreitada em virtude das próprias dissensões internas, em especial no tocante à questão da escravidão (VILLALTA, 2003, p. 72) e também em virtude da própria repressão efetuada pelo governo do Rio de Janeiro, para frear este movimento separatista, em que pese a própria concepção de separatismo em um ambiente colonial marcado pela pouca união efetiva entre as províncias.

Sobre a participação de Barata no episódio insurrecional de 1817, Morel (2001) é bastante sucinto ao afirmar que, uma vez transferidos os participantes presos para a Bahia,

Cipriano lhes teria dado suporte material, além de liderar uma campanha por sua anistia. Entretanto, o aviso que lhe foi dado pelo governador da Bahia, dizendo que se não interrompesse suas atividades, “mandaria lhe cortar a cabeça” nos dá um indicativo que, mesmo após seus anos de prisão em virtude do envolvimento na sedição dos alfaiates, Cipriano não teria abandonado as discussões políticas, o que não demonstra, porém, uma participação ativa no movimento. Pode-se perceber-lo enquanto parelho às ideias defendidas naquele levante, mas não se pode afirmar, como fizeram Juarez Bahia (1964), Caio Prado Junior (1953) ou Fernando Segismundo (1962), que o mesmo tenha participado de forma incontestada da revolta.

3.4 Nas Cortes de Lisboa

A atuação política mais destacada de Cipriano Barata começa no momento em que, em 1821, é escolhido enquanto deputado pela Bahia às Cortes de Lisboa. Estas haviam sido formadas no bojo da Revolução Liberal do Porto, a qual teve início em agosto de 1820. O movimento edificou-se enquanto uma forte crítica à postura do rei, que havia abandonado Portugal em 1808, deixando a maior parte da população à mercê das tropas napoleônicas. Os portugueses, com o apoio de tropas inglesas, enfrentaram os combalidos soldados franceses, levando à sua expulsão, não muito tempo depois, o que, no entanto, não provocou o retorno do rei e de seu séquito. Com a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte e a organização do Congresso de Viena, em 1815, houve a exigência de retorno do rei, que, por sua vez, elevou o Brasil à condição de Reino Unido, garantindo à colônia um grande privilégio político, em detrimento do reino português. Situação semelhante de garantia de condições especiais já havia ocorrido em 1808, quando a Abertura dos Portos às Nações Amigas havia encerrado o monopólio português no comércio do Brasil e promovido o crescimento da participação inglesa nas relações comerciais com os brasileiros.

Assim, uma série de ressentimentos e desejos de mudanças em relação ao sistema político vigente, no qual o poder acabava se concentrado nas mãos do rei, levaram os portugueses a se mobilizarem, e organizarem-se enquanto um movimento de viés liberal, que exigia o retorno do monarca e o juramento de uma Constituição.

As Cortes não constituíam uma prática nova na política portuguesa, fazendo antes parte de sua tradição, ao reunir os representantes dos três grupos que, em sua origem medieval, compunham a sociedade: o clero, a nobreza e o povo. A questão que se coloca é que desde 1698 esta instituição não era reunida, o que demonstra o caráter centralizador que

havia assumido a monarquia portuguesa. Junto a esta grande demora desde sua última reunião, adicione-se o fato de que o abandono do rei e os privilégios concedidos ao Brasil pesaram na decisão de as convocar, com duas novidades naquele momento: em primeiro lugar, tal como aponta Márcia Regina Berbel (1998), as Cortes agora, apesar de se ampararem na tradição portuguesa, tomavam para si a missão de elaborar uma Constituição, bastante de acordo com a tendência liberal que vigorava naquele momento; em segundo lugar, houve a convocação e participação de deputados brasileiros, se bem que estes estivessem em número inferior aos metropolitanos, 74 a 46. Estes brasileiros vinham das diversas regiões do país, como Maranhão, Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outras.

Para que os trabalhos fossem iniciados, houve o juramento prévio da Constituição de Cádiz, originada na Espanha em 1812, como reação a todo o processo de transformação política iniciado desde os avanços napoleônicos sobre a Península Ibérica. Este texto constitucional, que trazia em seu bojo a ideia da soberania popular, da legitimidade do rei e da divisão dos poderes, entre outras disposições, acabou por influenciar o constitucionalismo português, mesmo que tenha vivenciado na Espanha um breve período de vigência, entre 1812 e 1814, tendo sido restaurada posteriormente durante dois curtos períodos.

Os princípios consagrados na Constituição de Cádiz foram apropriados e materializados nas Bases da Constituição Portuguesa, aprovadas em março de 1821. Este documento tinha duas funções elementares: substituir o texto espanhol, servindo como uma “constituição provisória”, além de direcionar os trabalhos que deveriam ser elaborados pelos constituintes, preocupados em fazer valer um novo pacto social no qual a soberania se localizasse na nação. Além disto, em seus 37 artigos, outras ideias de cunho liberal já se mostram presentes, tal como a defesa dos direitos individuais (objeto da primeira seção das Bases), assim como a defesa do direito de propriedade, o que aparece no artigo 7º.

Cipriano chegou a Portugal em finais de 1821, acompanhado de Francisco Agostinho Gomes e Luís Paulino Pinto de França, todos eleitos enquanto deputados representantes da Bahia. Barata acabou por gerar uma grande discussão dentro das Cortes no momento de sua chegada, já que sugeriu a interrupção dos trabalhos até a reunião de todos os deputados representantes do Brasil. Tal proposição tornou-se necessária, em seu entender, pois, chegando a Portugal em dezembro de 1821, o baiano encontrou os trabalhos em estágio avançado, uma vez que os portugueses haviam iniciado suas atividades em janeiro daquele mesmo ano. Tal progresso incluía pontos referentes ao Brasil, o que Barata considerou injusto de ser decidido sem a participação de todas as partes interessadas. Sugeriu inclusive que tais

artigos deveriam ser rediscutidos e alterados, caso a deputação brasileira, quando completa, pensasse neste mesmo sentido.

Vários foram os assuntos discutidos por Barata em sua atuação enquanto deputado, propondo desde a reforma do sistema prisional, de forma a se oferecer condições menos insalubres aos condenados (2008, p. 73)¹², passando pela questão da educação, a qual, em âmbito privado, não deveria ser regulada pelo Estado (2008, p. 79)¹³, até chegar a questões mais delicadas e especificamente políticas, como a permanência de Dom Pedro I no Rio de Janeiro. Narram seus biógrafos, assim como pode ser notado também no registro de suas falas nas Cortes, que suas intervenções causavam furor e intensos debates entre os deputados, tendo o presidente do Congresso que chamar à ordem diversas vezes enquanto Barata se pronunciava.

No conjunto de suas falas, um aspecto, entretanto, se destaca: este é o primeiro corpo documental a testemunhar o que o então deputado imaginava enquanto a ideia de nação na qual estaria inserido o Brasil. Pode-se perceber isto quando, ao se referir a pressão feita pelas Cortes de Lisboa pelo retorno de Dom Pedro, Cipriano aponta para o perigo de “uma guerra civil começada entre as duas partes da nação” (2008, p. 88)¹⁴. Interpretava, deste modo, a união entre Brasil e Portugal como base para a existência da nação naquele momento. Mesmo reclamando que os interesses do Brasil tinham sido ameaçados, tal como pela perspectiva que o controle dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ficassem concentrados em Portugal, Barata ainda apresenta uma ideia de nação enquanto união destes diversos domínios portugueses sob o comando da dinastia de Bragança. Em outros momentos, reforça ainda a identidade do Brasil enquanto parte constituinte do império português, unidas essas parcelas pela fidelidade ao mesmo rei, quando nomeia Brasil e Portugal não como países distintos, mas apenas como dois hemisférios, constituintes de uma mesma nação, de portugueses nascidos em Portugal e no Brasil, ou seja, são “Portugueses de ambos os hemisférios” (2008, p. 101)¹⁵.

Deve-se notar que sua posição em relação a este aspecto se transforma ao longo do debate travado nas Cortes, mesmo que ainda de forma reticente. Neste sentido, é fundamental lembrar-se que o estudo de uma trajetória intelectual não deve primar pela ideia de uma continuidade permanente, como se as ideias, construídas ao longo da existência, fossem de certa maneira inatas aos sujeitos históricos. Da mesma maneira, não podemos tentar enfocar tudo apenas pelo rótulo da descontinuidade ou da ruptura, uma vez que os sujeitos atuantes

¹² Pronunciamento nas Cortes de Lisboa, 07 fev 1822.

¹³ Pronunciamento nas Cortes de Lisboa, 29 mar 1822.

¹⁴ Pronunciamento nas Cortes de Lisboa, 18 abr 1822.

¹⁵ Pronunciamento nas Cortes de Lisboa, 22 jul 1822.

em um determinado período carregam as marcas de seu tempo, mesmo que através de diversas apropriações e reelaborações. Assim, se em um determinado momento Cipriano aponta para a possibilidade de separação do Brasil perante Portugal, ao dizer que “o que fazemos neste Congresso não tende senão a acelerar uma fatal independência do Brasil” (2008, p. 116)¹⁶, deve-se rememorar que tal posicionamento se coloca após sua defesa da permanência da condição de Reino Unido, se bem que o mesmo já desejasse que se fizesse a distinção entre aqueles “portugueses brancos europeus” e os “portugueses brancos brasileiros”, mostrando assim que, embora em seu pensamento talvez ainda não houvesse uma premissa de nação independente formada, havia diferenças entre os povos dos dois hemisférios (tal como coloca o próprio Barata) que deveriam ser levadas em consideração.

Sua última atuação nas Cortes deu-se em 20 de Setembro de 1822, quando alertava ao Congresso que as decisões que ali se tomavam provocariam “um choque de duas metades” (2008, p. 117), levando à definitiva ruptura dos brasileiros com a nação portuguesa, sem saber ainda que no sudeste brasileiro Dom Pedro já havia iniciado o processo de separação definitiva com Portugal. Pressionado pelos deputados, ameaçado pelos populares, Cipriano, junto a um grupo de outros deputados brasileiros, acaba por fim saindo clandestinamente de Portugal, por se recusarem a fazer o juramento prévio da Constituição (2008, p. 137)¹⁷, encerrando-se desta forma sua atuação enquanto deputado.

3.5 A fundação da Sentinela da Liberdade

A fundação de seu jornal, a *Sentinela da Liberdade*, constitui talvez o ponto mais fundamental da trajetória de Cipriano Barata, pois foi através desta publicação que o mesmo pode, de maneira mais aguda, difundir suas ideias. Retomamos aqui alguns elementos desta atuação jornalística para reforçar a importância de sua existência.

Quando retorna da experiência tumultuada de deputado nas Cortes de Lisboa, Cipriano não pode desembarcar na Bahia em virtude da guerra de independência da capitania que então se desenvolve. A mesma se insere no contexto dos conflitos pela independência, que demonstram, tal como vem retomando a historiografia, que o processo de libertação do Brasil não foi pacífico ou consensual, abrigando em seu desenrolar várias disputas em relação ao pertencimento de cada província, antes de formar o conjunto chamado Brasil.

¹⁶ Pronunciamento nas Cortes de Lisboa, 20 set 1822.

¹⁷ *Manifesto à Bahia de Todos os Santos por um Deputado às Cortes Gerais Constitucionais de Portugal*, 18 fev 1823.

Desembarcou em Recife e nesta cidade viveu por algum tempo, até a série de prisões que marcou sua vida tenha início e faça com que Barata seja constantemente transferido entre prisões. Com a liberdade de imprensa já estabelecida por decreto real, houve uma grande multiplicação de impressos, os quais primaram, em sua maioria, pela grande discussão política que promoveram no Brasil, o qual se tornava independente. “Do absolutismo tradicional à república moderna, passando por fórmulas ‘mistas’, pela monarquia constitucional e pela proposta imperial – as proposições colocadas e debatidas na cena pública eram diversas, apesar da repressão governamental” (MOREL, 2001, p. 117). Neste momento, não há uma estrutura próxima ao que se conhece na atualidade enquanto jornal, o qual seria um “mosaico da realidade”, com peças mais ou menos soltas que buscam montar um cenário geral de uma localidade, país ou mesmo do mundo. A ideia de jornal que se dissemina neste início de século XIX prima pela discussão política doutrinária, panfletária, no que hoje se poderia reconhecer enquanto editorial. Na maior parte das vezes, o jornal era fruto do trabalho de uma única pessoa, o redator ou gazeteiro, que a partir de determinados fatos selecionados da realidade, passava a teorizar a respeito dos mesmos. Eram estes os escritores que tornavam públicas suas ideias por meio de livros e jornais, orientando-se no sentido de instruir o Povo e a Nação, “ou, mais precisamente, para formar a estes” (MOREL, 2001, p. 165). A *Sentinela da Liberdade* existiu entre 1823 e 1835, tendo sua circulação marcada por diversas interrupções, em virtude das muitas prisões a que foi submetido o jornalista.

Tal como outros de sua época, era marcado este periódico pela linguagem virulenta, carregada de ataques pessoais e de uma linguagem próxima à oralidade, o que indica a necessidade do impresso de se encaixar dentro de determinadas redes de comunicação já formadas, e pelas quais o mesmo se realimentaria. Podemos perceber essa intensa ligação entre o mundo oral e o mundo escrito quando, por exemplo, relata Cipriano que “Amigos dos meus Leitores têm reparado que eu repito às vezes as mesmas matérias de que já tenho falado, podendo dizer coisas novas” (2008, p. 247)¹⁸, trazendo para as páginas do jornal informações que circulavam nas ruas, em meio a um enorme contingente de analfabetos que constituíam a maior parte da população brasileira naquele momento. No interior as páginas deste jornal é que se pensou no modelo de governo que deveria ser adotado, no justo tamanho a possuir o poder Executivo perante o Legislativo, no dismantelamento de um sistema de repressão que não cabia mais naquele tempo, na união das províncias de forma a se organizar de fato enquanto um território nacional. Enfim, tudo o que seria necessário para que o Brasil se

¹⁸ *Sentinela da Liberdade*, n. 15, 24 maio 1823.

constituísse, afinal, como “Nação livre e poderosa; livre por seu único esforço e heroísmo com plena, absoluta, e legal posse de seus direitos naturais e políticos, inalienáveis e imprescritíveis” (BARATA, 2008, p. 111)¹⁹.

¹⁹ Pronunciamento nas Cortes de Lisboa 19 set 1822

4 A IDEIA DE NAÇÃO EM CIPRIANO BARATA

4.1 A imprensa na discussão sobre a nação

Em 3 de Setembro de 1823, o jornal *Sentinela da Liberdade* já atingia seu número 44, e Cipriano Barata retomou, em suas páginas, um assunto que havia rendido inúmeras discussões em outras ocasiões: a ideia da criação do cargo de Governador de Armas no Brasil. Este era um cargo oriundo do sistema administrativo português, cuja função era ao mesmo tempo administrativa e militar, tendo perdurado em Portugal até o ano de 1836. Cipriano posicionou-se contra tal instituição no Brasil, pois compreendia que a mesma poderia e seria utilizada como instrumento de violência do Estado, por talvez não se submeter, tal como havia sido disposto na portaria que a instituía, ao governo civil. Desta forma, o Governador de Armas poderia converter-se em instrumento de despotismo “ficando o Governo Civil reduzido a Governo só no nome, a Governo de papelão” (BARATA, 2008, p. 420).

Já havia bradado o jornalista, anteriormente, contra o fato de que o imperador concentrasse em suas mãos, além do poder Executivo, também o comando do Exército, tornando-se assim “Imperador Generalíssimo” (2008, p. 195)²⁰. Apontava, por um lado, para a possibilidade de que o governante pudesse morrer em batalha, o que poderia gerar graves perturbações na ordem do país mediante a vacância do poder. Por outro lado, este mesmo imperador poderia utilizar tal força militar para fazer valer arbitrariamente sua vontade, contra os princípios liberais desejados, segundo o jornalista, pelo povo, “que O escolheu para seu Chefe, Amigo virtuoso e Patriota, e não para se transformar em um duro, cruel Aquiles” (2008, p. 194)²¹. Não se deveria, pois, permitir ao Imperador “a tentação de abusar da autoridade e da força, e ganhando o espírito dos soldados aniquilar o Governo Constitucional” (2008, p. 196)²².

Estas são algumas das diversas e variadas observações que Cipriano Barata fez, especialmente ao longo do ano de 1823, em seu jornal *Sentinela da Liberdade*, a respeito de como deveria se portar o Estado brasileiro que naquele momento se construía. Recém-libertado do domínio colonial, o Brasil buscava uma organização política, para a qual foram feitas diversas sugestões, críticas e comentários por meio da grande quantidade de jornais que circulavam naquele momento. Em meio a diversas possibilidades que eram naquele momento

²⁰ *Sentinela da Liberdade*, n. 5, 23 abr 1823

²¹ Idem, ibidem

²² Idem, ibidem

aventadas, Barata pensou em um modelo de Estado que, balizado pelos princípios do liberalismo, fosse capaz de afastar do país o espectro do despotismo, este

“Governo Monárquico absoluto, amaldiçoado, que nos tornava escravos, que trabalhávamos para os Mandões engordarem e oprimirem, pesando sobre nós com seu orgulho, insolência e crueldade. Maldito e amaldiçoado seja aquele que de tal Governo se lembrar, ou mesmo de outro que tenha semelhança com ele!” (2008, p. 228)²³

Contra este despotismo, que para Barata configurava-se enquanto marca de um passado a ser superado, bradou o jornalista que “em uma palavra: o Brasil não admite senão Leis e Constituição Liberais. Para isso é que os povos se ajuntaram e as Províncias se uniram” (2008, p. 423)²⁴. A partir disto, pode-se principiar a inferir o que o periodista baiano compreendia como uma forma de governo adequada à realidade brasileira, que se adaptava e buscava parâmetros para sua existência enquanto país independente. Neste momento de pensamentos e ações intensas rumo à organização do país, diversas fórmulas foram propostas, estando estas em circulação e discussão em meio ao público brasileiro por intermédio dos periódicos. Cipriano Barata também empreendeu esforços neste sentido de procurar formular uma ideia de nação, cujos contornos e delimitações se espalham por todas as páginas de sua *Sentinela da Liberdade*. Como afirmou Gladys Sabino Ribeiro, a discussão sobre a nação no Brasil recém-independente guiou-se por uma nova forma de fazer política, adentrando o espaço público por meio das folhas e periódicos, bradando pela liberdade e lutando contra o despotismo (2009, p. 209)

4.2 A construção do Estado

A discussão sobre a formação da ideia de nação no Brasil, tal como também foi estudada por outros pensadores em outras realidades, passa fundamentalmente pela compreensão do surgimento do seu Estado, entendendo-se aqui que até 1822, mesmo que a família real portuguesa já tivesse por aqui se instalado anteriormente, não se pode falar da existência de um Estado brasileiro. Em verdade, mesmo afirmar que existisse uma unidade a ser chamada de Brasil torna-se sensível, já que a definição mais coerente para aquele momento seria a de um conjunto heterogêneo de províncias, com fidelidades mais ou menos

²³ *Sentinela da Liberdade*, n.12, 14 maio 1823.

²⁴ *Ibidem*, n. 44, 03 set 1823.

fortes a Lisboa e, posteriormente, ao Rio de Janeiro. A independência, entretanto, começou a alterar esta situação, com a edificação de um Estado nacional, necessário para a administração dos territórios que, naquele ínterim, estabeleciam sua ligação com o novo centro de poder. Tal ligação, entre nação e Estado, é de suma importância, já que a primeira depende do segundo enquanto seu suporte material de ação e existência, e definir o que é o Estado e quais seus mecanismos de funcionamento é um primeiro passo para a identificação do projeto de nação a ser implantado. Paulo Knauss e Temístocles Cezar, em prefácio à obra de Manoel Luiz Salgado Guimarães, já reforçavam esta situação, ao postular que

“O processo de construção da ideia de *nação brasileira* deve ser compreendido como um ‘autêntico projeto de Estado’, em que a elite letrada e os agentes estatais (que, na maior parte dos casos, confundiam-se) mobilizam uma série de recursos políticos, econômicos, culturais e simbólicos a serviço de sua criação” (2011, p. 12, grifo dos autores)

O caso brasileiro tornou-se singular na realidade americana pós-independência, pois foi, junto ao México, um dos dois países nos quais se instalou a monarquia como forma de governo, e o único caso no qual essa monarquia foi duradoura, permanecendo até 1889. Um primeiro ponto para a discussão sobre o Estado brasileiro seria, portanto, o entendimento da razão pela qual o país tornou-se exceção monárquica em meio a um enorme conjunto de repúblicas. José Murilo de Carvalho apontou, em *A Construção da Ordem* (1981) que muitas análises já haviam sido feitas a esse respeito, sem que, até aquele momento e no seu entender, houvesse sido aclarada a questão. Para o autor, não foram o sistema de administração colonial português nem a transmigração da Corte ou mesmo os interesses econômicos dos proprietários que garantiram a adoção deste sistema de governo. Para Carvalho, mais central é a importância da elite política brasileira daquele momento, a qual, por meio de sua homogeneidade de formação, de ocupação e de carreira política, fez a escolha, entre variadas opções, pelo sistema monárquico, não sendo este, portanto, mera consequência do passado brasileiro.

Esta opção pela monarquia ter-se-ia dado em virtude de uma homogeneidade ideológica, forjada em meio aos estudos de tais políticos em suas formações universitárias, particularmente no curso de Direito da Universidade de Coimbra. Segundo dados levantados pelo autor, mais de 51% dos ministros do Primeiro Reinado havia feito formação na área de ciências jurídicas (CARVALHO, 1981, p. 68), fato que por si só não possui poder explicativo, mas que se torna mais claro se lembrado que “o direito ensinado em Coimbra era

profundamente influenciado pela tradição romancista trazida de Bolonha” e este “direito romano era particularmente adequado para justificar as pretensões de supremacia dos reis” (1981, p. 29). Desta maneira, a formação jurídica destes ministros, organizados no que o autor chamou de elite política do Império, teria colaborado, embora não determinado, para que a opção monárquica fosse a mais adequada ao país que se organizava naquele momento.

Para Kenneth Maxwell (1999), a opção pela monarquia deu-se especialmente em meio a um panorama de negação da solução republicana, no contexto das alterações das relações entre Brasil e Portugal no final do século XVIII. Este sistema já havia sido apresentado pelos participantes da Inconfidência Mineira, de 1789, enquanto fórmula para o país independente que almejavam formar, tomando como exemplo fundamental para suas ações o caso dos Estados Unidos. Lá, tal como se intentava em Minas Gerais, uma elite de proprietários havia assumido a luta contra metrópole, em 1776, instalando um governo republicano, que não alterou o ponto fundamental das relações econômico-sociais, ou seja, a presença da escravidão. Entretanto, diferentemente do movimento de libertação dos Estados Unidos, a Inconfidência não foi adiante, dada a delação que ocorreu e que colaborou para que o movimento fosse desbaratado.

Anos mais tarde, em 1798 na Bahia, um novo levante de cunho republicano ocorreu, agora envolvendo camadas menos favorecidas da sociedade, como negros e pardos, muito embora estes não tenham sido os únicos artífices de tal movimento, tal como já discutido anteriormente. A revolta, de acordo com Maxwell, desenvolvera-se como uma resposta destas camadas mais empobrecidas à carestia que atingia a província, já que muitas terras estavam sendo monopolizadas pelo cultivo de açúcar. Este produto experimentara um aumento em seu preço no mercado internacional após o colapso da produção nas colônias francesas, o que interessou a muitos proprietários. Entretanto, mesmo estes, em meio a este contexto, não se apresentavam plenamente satisfeitos com as ações do governo, já que “se ressentiam fortemente da obrigação imposta por lei de plantar lavouras de subsistência” (1999, p. 172). Desta forma, o não interesse dos proprietários em produzir alimentos, que provocou sua falta e, conseqüentemente, o aumento de preços, gerando a insatisfação das camadas populares, atingidas pelo desabastecimento, ao lado do desagrado dos latifundiários em virtude da forte interferência do governo em sua atividade, somados à entrada das ideias iluministas no Brasil, foram fatores decisivos para a eclosão da revolta, embora esta tenha sido desarticulada logo em seu momento inicial.

Malogrados os dois levantes, em Minas Gerais e posteriormente na Bahia, a ideia de um governo republicano teria caído em descrédito, como explica o autor:

“O republicanismo havia sido desacreditado pelo aborto da revolta mineira e por sua posterior associação com tumultos sociais e raciais, e os brasileiros discordavam, de formas básicas, sobre as questões mais fundamentais, de maneira que havia espaço para as iniciativas da Metrópole” (MAXWELL, 1999, p. 178).

Pode-se mesmo detectar este descrédito da noção de república em uma carta publicada no número 13 da *Sentinela da Liberdade*, em 17 de maio de 1823, quando leitores da Paraíba afirmam que “se por desgraça for tachado de republicano (que é a calúnia da moda) por tão liberalmente falar, nós nos confessaremos co-reus” (BARATA, 2008. P. 233).

Deste excerto, compreende-se que tais leitores apoiavam as concepções de Cipriano Barata enquanto defensor de leis e de uma constituição liberais, mas que poderia haver, talvez por parte de seus adversários políticos, uma confusão entre esta postura e a defesa de um governo republicano, o que era visto enquanto “calúnia da moda”. Em outra edição da *Sentinela*, voltaria Cipriano a desacreditar a ideia de república, ao afirmar que: “servindo-se das manobras da moda contra a Liberal Constituição, que é o nome de República, e Republicano” (BARATA, 2008, p. 246)²⁵. Assim, a república era vista com maus olhos pelos homens daquele momento, em virtude das diversas conexões elaboradas por aqueles observadores entre os eventos, tal como nos lembra Maxwell:

“O fator tempo da conspiração mineira e da baiana, bem como a relação entre a cronologia dos acontecimentos ocorridos no Brasil, a Revolução Francesa e a revolta dos escravos em São Domingos causaram, entre os brasileiros brancos, a guinada do flerte com o republicanismo para uma aceitação otimista da monarquia” (1999, p. 190)

Tal como colocado anteriormente, foi esta recusa do republicanismo e uma consequente guinada no sentido de aceitação da monarquia que permitiu que as iniciativas da Coroa portuguesa tivessem êxito entre os brasileiros. Entre estas, estaria o trabalho de membros do governo português, em particular Rodrigo de Sousa Coutinho, em incluir o Brasil com maior protagonismo no esforço pela superação da crise, particularmente econômica, pela qual passava Portugal em fins do século XVIII. Tal inclusão, com um papel mais participativo do Brasil no plano decisório, também teria como efeito a diminuição das tensões que marcavam a colônia naquele instante. Esta temática foi o centro das atenções de Maria de Lourdes Viana Lyra em seu livro *A Utopia do Poderoso Império* (1994), no qual

²⁵ *Sentinela da Liberdade*, n. 15, 24 maio 1823

mostra que, em meio a este esforço de regeneração portuguesa, a forma de se pensar o Brasil transformou-se substancialmente.

De acordo com a autora, este esforço de regenerar o Estado português iniciou-se a partir da administração pombalina, quando Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, tornou-se o homem forte dentro do governo português, no reinado de D. José I, a partir de 1750. Partiu o ministro da premissa que a retomada da grandeza portuguesa dependeria de uma modernização em seus aspectos administrativos e econômicos, sem discutir, no entanto, questões como liberdade, igualdade ou mesmo representatividade política. Buscava-se

“conseguir, por meio de uma administração burocraticamente bem organizada e atenta ao incremento da receita – o que pressupunha maior eficiência no desenvolvimento da atividade produtiva – um maior estímulo ao comércio com as colônias, com o Brasil em especial” (1994, p. 35).

Estas medidas reformistas, tal como discutidas no capítulo anterior, tiveram impulso nas diversas áreas consideradas necessárias para que tal administração pudesse ser racionalizada, perdendo, porém, muito de seu vigor quando da morte do rei, em 1777. Neste momento, assumiu D. Maria I, cuja postura religiosa e conservadora fez com que o movimento reformista tivesse certo retrocesso, iniciando-se a *Viradeira* com o afastamento do Marquês de Pombal e outros ministros que havia ascendido ao poder no reinado de Dom José I. Também a influência e o poder da Igreja ganharam novo impulso, o que se refletiu, entre outros aspectos, na expulsão de professores e alunos da Universidade de Coimbra sob a acusação de heresia. No entanto, tal como aponta Ana Rosa Cloquet da Silva,

“Por um lado, deu-se seguimento a várias frentes das reformas pombalinas, cujos resultados iniciais já se faziam sentir; por outro, emergiu uma forte reação aos seus pontos centrais: o antijesuitismo, a reforma do ensino e o mercantilismo econômico” (2006, p. 103).

Para a autora, elementos de avanço e de retrocesso coexistiram neste momento, sem serem necessariamente antagônicos, o que marcou a época pós-pombalina. Pode-se perceber esta ambiguidade no posicionamento governamental pós-1777 quando se pensa que, se por um lado, perderam força as reformas na Universidade de Coimbra, por outro lado certo esforço de continuidade da política de regeneração se observa na criação, em 1779, da Academia Real das Ciências de Lisboa. Deveria esta instituição funcionar como um centro de

produção científica e de debates, para articular o saber com a dinamização da economia. Nas palavras de Ana Rosa Cloquet da Silva,

“Juntamente com as publicações monográficas e expedições científicas, inseriam-se num novo ‘encarar do mundo das ciências’, em que estas começavam a ser vistas como motor do progresso, sendo a expressão primordial do sentido utilitário e pragmático adquirido pelo conhecimento” (2006, p. 111).

Foi no seio desta instituição que despontou uma figura bastante importante para a discussão que aqui se realiza: Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares. Foi Coutinho o responsável por dar seguimento ao projeto reformista de Pombal, mas com uma nova tônica, particularmente após a década de 1790, quando os eventos externos e as próprias manifestações no Brasil começaram a colocar em xeque a unidade metrópole/colônia. Neste sentido, mais do que dinamizar e racionalizar a administração portuguesa, o ministro português buscou construir “a ideia de uma nova unidade imperial baseada na concepção de solidariedade nacional” (LYRA, 1994, p. 44), passando o Brasil a figurar, ao menos na concepção do ministro, não mais como uma colônia cuja subordinação se esperava, mas como uma parte ou “província” do Império, que deveria contribuir na medida de sua capacidade para a grandeza do todo. Assim, pensou e buscou retratar a relação econômico-comercial entre Brasil e Portugal não mais no sentido da exploração, mas no da reciprocidade, sendo que o país europeu aparecia em seu discurso como superior apenas em virtude de sua privilegiada posição de entreposto dos produtos brasileiros.

Desta forma, buscou Rodrigo de Sousa Coutinho trabalhar as relações entre Brasil e Portugal, fazendo com que naquele nascesse uma ideia de nacionalidade ligada ao reino europeu, interpretando-se a porção americana enquanto uma das províncias ligadas à Monarquia portuguesa. Conquanto os fatos que se desenrolaram nos anos seguintes, como a invasão francesa em Portugal, a transmigração da Corte ao Brasil e posteriormente a Revolução do Porto, tenham feito esta relação degradingolar e chegar-se ao ponto de se exigir uma separação,

“essa ideia de grandeza imperial embasaria não apenas o projeto político da unidade luso-brasileira e do império atlântico – que se instituiria em *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* – como marcaria profundamente a mentalidade da época e tornaria singular o encaminhamento do processo de Independência o Brasil, em relação

aos outros modelos de independência colonial na América” (LYRA, 1994, p. 22, grifo do autor)

O que se compreende, afinal, é que tal projeto de reformas, associado ou não aos demais elementos que foram apresentados, criou um determinado imaginário no qual, mesmo após a independência, a solução monárquica não foi contestada de maneira aguda, tornando-se a solução para a formação do Estado nacional brasileiro. Cipriano Barata, em diversos momentos de sua gazeta, apregoaria a defesa do Imperador e do modelo de governo que havia se instalado no Brasil, demonstrando tal herança do imaginário monárquico, tal como se vê quando afirma, em sua *Sentinela* de número 14, de 21 de maio de 1823: ”Mas eu hei de abrir os olhos de Nosso Adorado Imperador e corajosamente hei de bradar: Senhor, as coisas vão pouco bem, os Ministros enganam V.M. que, pela pouca idade, está falto de experiência” (2008, p. 241). Isto não significava, de parte do autor, obediência irrestrita ao governo, e sim uma condição de “súdito, mas nunca vassalo” (2008, p. 252)²⁶, já que “nós não temos criado um Imperador para dali se nos seguirem males e desgraças para o futuro” (2008, p. 287)²⁷. O jornalista defendia a monarquia, mas desejava coibir seus excessos, que eram interpretados enquanto ações de ministros inescrupulosos. Esta atitude poderia ser entendida tal como explica José Murilo de Carvalho, ao trabalhar sobre os panfletos e manuscritos da época da independência: “Inocentava o rei e culpava seus conselheiros, em atitude típica do Antigo Regime” (2012, p. 11), demonstrando a permanência do imaginário criado e fortalecido em fins do século XVIII e início do século XIX.

Embora, ao longo das gazetas, a crítica tenha se deslocado dos ministros apenas, vistos como manipuladores e fiéis ao antigo regime absolutista e colonial, para atingir de forma direta o Imperador, visto posteriormente como instrumento do despotismo, em virtude dos próprios posicionamentos de D. Pedro I, Cipriano Barata não questiona o sistema monárquico, mas sim a maneira como se portavam e os abusos que cometiam (ou desejavam cometer) o Imperador e seus assessores, desprezando os direitos fundamentais do povo. Desta forma, postula

“Ora, a questão parece que não deve ser outra senão qual é o Governo que melhor convém ao Brasil, porque a este alvo é que atiram tanto os Liberais como os Servis Aristocratas, Sequazes do Governo Absoluto. Nós estamos em uma terrível crise. Ou havemos de ficar subdivididos e fracos para trabalharmos como Escravos à maneira dos Egípcios ou

²⁶ *Sentinela da Liberdade*, n. 16, 28 maio 1823

²⁷ *Ibidem*, n. 22, 18 jun 1823

os Chinas, ou unidos, fortes, em Províncias livres, como Povos briosos que prezam a liberdade, governados em grandes massas, reunidas em um todo, a cuja frente fica o Imperador como Chefe do Poder Executivo” (BARATA, 2008, p. 532).

Esta longa passagem, presente na *Sentinela* de número 61, de novembro de 1823, apresenta importantes aspectos da discussão trazida até aqui. Em seu final, Cipriano deixa claro que, independente da forma que a monarquia assumisse, o imperador deveria estar à frente do governo, preferencialmente como chefe do Poder Executivo. Este, junto aos poderes Legislativo e Judiciário comporiam os poderes políticos existentes no Brasil, de acordo com sua visão liberal. Esta filosofia entrava em choque, naquele momento, com os pressupostos de outros que pretendiam a centralização do poder, de forma absoluta, na figura de D. Pedro I, chamados de “Servis Aristocratas”. Assim, o conflito estava posto entre as duas visões a respeito do conteúdo do governo, havendo alguma concordância quanto a seu formato.

A formação do Estado brasileiro, longe de ser um processo ameno, tal como apresentado, contou com diversas dificuldades, o que é reforçado por Maria Elisa Noronha de Sá, ao postular que

“O processo de formação do Estado nacional no Brasil foi marcado por constantes conflitos e envolveu tensas negociações, que conduziram à conciliação de interesses muitas vezes divergentes, tendo em vista a criação e a consolidação de um poder central e nacional” (2012, p. 13)

Também José Murilo de Carvalho aponta que, a despeito deste processo ter se desenvolvido sem tamanhas convulsões tal como seus vizinhos latino-americanos, o conjunto de províncias que ainda se estabelecia enquanto Brasil enfrentou diversas dificuldades na construção de seu Estado. Em primeiro lugar, o fato desta construção do Estado ocorrer em um prazo muito mais curto do que seus congêneres europeus, em virtude da reorganização necessária após o processo de libertação. Ao contrário dos países europeus, cuja formação dos aparelhos estatais atravessou séculos, a América em geral teve de procurar ou adaptar soluções em termos de anos ou décadas. Em segundo lugar, o peso de influências externas, principalmente a dos países controladores dos mercados dos bens exportados pelo Brasil, pois era necessário que houvesse o apoio destes parceiros, sem prejuízo para os mesmos, para a consolidação do Estado que aqui se instalava.

Por fim, a própria variedade de modelos políticos existentes no século XIX causava uma dificuldade em si, já que permitia a grupos rivais terem suporte ideológico para as

diferentes posições que assumiam, sejam estas ideias monárquicas, de cunho absolutista ou constitucional, sejam republicanas, ou mesmo democráticas. Independente da forma que o Estado assumisse, poder-se-ia argumentar, com base em fatos e teorias, a respeito de sua validade. Assim, a construção do Estado nacional brasileiro atravessou dificuldades, traduzidas algumas vezes em conflitos armados, que teriam se encerrado a partir da década de 1840, com a subida de D. Pedro II ao poder.

Não se deterá aqui, mais pormenorizadamente, neste processo de formação do Estado brasileiro, pois este não é o objetivo primordial deste trabalho. Brevemente apresentaram-se algumas possíveis explicações, entre várias, para um fato fundamental: o de que este conjunto que formaria o Brasil, a partir das decisões tomadas particularmente no Rio de Janeiro, tenha feito a escolha por um sistema de governo monárquico, que durou até 1889. Esta escolha estava conectada à própria ideia de nação que naquele momento se imaginava, pois, de acordo com Eric Hobsbawm,

“A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação” (2011, p. 19).

Estabelecida a importância e a necessidade de se discutir, mesmo que rapidamente, a formação do Estado brasileiro pós-independência, cabe agora trabalhar de maneira mais detida sobre a questão do como se pensou a nação, seja em sua forma, seja em seu conteúdo.

4.3 Definir a nação

Em estudo constante na coletânea *Repensando o Brasil do Oitocentos* (2009), Sandra Jatthy Pesavento apresenta uma determinada ideia de nação, balizada em especial por elementos simbólicos. Em suas palavras,

“Uma nação é uma comunidade imaginária de sentido, bem o sabemos. Assim, é uma construção simbólica que elabora elos de pertencimento, forja laços, permite a existência do sentimento de identidade e propicia coesão social. Forjar a nação é, pois, captar a realidade segundo uma percepção muito específica, é enxergar o mundo segundo um viés simbólico que se estrutura em torno de categorias de identificação bem precisas: *nós e os outros*” (2009, p. 573, grifo do autor)

A historiadora discorre sobre o conceito de nação enquanto uma manipulação de símbolos cuja disposição final levaria à ideia de pertencimento, criando um círculo dentro do qual seus participantes ver-se-iam enquanto iguais, necessariamente diferentes de outros, partícipes estes de outras nações. Esta perspectiva, da nação enquanto uma comunidade imaginária, possuidora de uma limitação particular e necessária, retoma uma discussão que, na década de 1980, fora permeada por inúmeros participantes, com destaque aqui para a obra de Benedict Anderson, da qual a autora retira alguns elementos de sua própria definição.

Benedict Anderson, em seu clássico *Comunidades Imaginadas*, lançado originalmente em 1983, propõe que se pense a nação enquanto uma comunidade imaginada, que garantiu para os membros desta comunidade o mesmo pertencimento que anteriormente se encontrava nos grandes sistemas religiosos ou nos reinos dinásticos. Com o enfraquecimento destes, por meio da perda de importância das línguas sagradas e da legitimidade real (vista como oriunda da divindade), a ideia de nação começou a aflorar, preenchendo as lacunas no sentimento de pertença, e criando uma nova forma de apreensão do mundo. Não mais se pensa o outro enquanto igual por ser súdito do mesmo rei, ou por fazer a mesma jornada a um local sagrado ou compartilhar de uma língua considerada sagrada, mas por imagina-lo enquanto membro da mesma coletividade. Tal como sublinha o autor, “O que estou propondo é o entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los” (ANDERSON, 2008, p. 39)

Esta forma de organização da realidade é, de acordo com o autor, um produto específico da modernidade, mais particularmente situando-se seu nascimento no final do século XVIII, mesmo que para seu surgimento tenham concorrido fatores um tanto mais antigos, como o desenvolvimento da imprensa, ao lado de um sistema econômico particular, o capitalismo. Neste sentido,

“O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana” (ANDERSON, 2008, p. 78)

A partir desta conjunção, que no caso do Brasil foi interpretado como sinal de atraso, pois a imprensa só aqui chegou em 1808 (como discutido anteriormente), é que a ideia de

nação pode se desenvolver. O papel da imprensa neste processo é um ponto chave para o autor, pois auxiliou na construção e expansão de uma nova temporalidade, que permitiu aos indivíduos imaginarem-se de enquanto comunidade. Esta temporalidade não mais estava baseada na simultaneidade de cunho religioso, na qual passado e futuro virtualmente não existiam, ou existiam dentro de um eterno presente. A partir do século XVIII, a difusão dos romances e do jornal teria permitido que ganhasse força esta nova configuração do tempo, “em que a simultaneidade é, por assim dizer, transversal, cruzando o tempo, marcada não pela prefiguração e pela realização, mas sim pela coincidência temporal, e medida pelo relógio e pelo calendário” (ANDERSON, 2008, p. 54). Ela teria permitido que os habitantes de diversas regiões, afastados pelas distâncias geográficas, pensassem em si enquanto membros de uma nova forma de comunidade, pois mesmo que não se conhecessem e nem viessem a se conhecer, sabiam da existência um do outro e de suas ações, que se desenrolavam no mesmo instante de sua existência. Esta consciência, para Anderson, seria primordial para que a nação pudesse existir.

Para além disso, na argumentação do autor, a ideia de nação carrega consigo três paradoxos básicos: sua novidade histórica, embora os nacionalistas queiram crer e propagandear sua antiguidade e mesmo perenidade; sua universalidade enquanto parâmetro explicativo, apesar da existência de inúmeras nações particulares; e por fim, talvez o problema mais perto da solução, a incoerência entre a força política do nacionalismo perante a fraqueza teórico-filosófica do conceito. Talvez esta última afirmação fosse uma realidade no final da década de 1970 e início de 1980, quando o autor desenvolveu sua tese, mas hoje se pode citá-la apenas para compreender a dificuldade perante a qual se encontrava o autor e seus pares, pois mesmo Hobsbawm afirmara, naquele contexto, que “nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo” (2011, p. 14).

Focando-se na obra de Anderson, para que se compreenda o que é uma nação, deve-se atentar de forma cuidadosa, em primeiro lugar, para a questão da própria nomenclatura, quando se diz que tais comunidades são “imaginadas”. Para além da associação entre imaginação e invenção, cuja implicação seria a de uma concreta artificialidade, talvez mesmo embasada por um desejo de manipulação, Anderson propôs tal ideia enquanto uma mobilização de sentimentos e desejos, de forma a organizar o entendimento da realidade, e não falseá-la. Tal como apontou Lilia Moritz Schwarcz, no prefácio à edição brasileira da obra, a ideia de nação possui uma “legitimidade emocional profunda” (2008, p. 10), na construção de uma categoria de percepção do mundo.

Esta imaginação se situa no ponto em que não se pode esperar que todos os membros da comunidade venham a se conhecer frente a frente. Esta impossibilidade talvez não seja decorrente daquilo Eric Hobsbawm afirma, quando aponta que uma nação é “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se membros de uma ‘nação’” (2011, p. 18). “Suficientemente grande” seria o fator que os impediria de se conhecerem todos pessoalmente, mas esta se torna uma expressão relativamente vaga, em que o “grande” não tem parâmetro para assim o ser, e para tanto a delimitação de Anderson pode ser proveitosa: “Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (2008, p. 33).

Em carta recebida por Cipriano Barata de suas leitoras da Paraíba, podem-se encontrar elementos neste sentido do imaginar, quando se lê que: “Saudá-lo em nome do Brasil inteiro é um dos primeiros objetos sobre que tocamos” (BARATA, 2008, p. 464)²⁸. O “Brasil inteiro” é a expressão que nomeia a comunidade, imaginada em virtude do fato que estas brasileiras “jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32). Esta comunhão é ressaltada ainda na mesma missiva, quando as leitoras afirmam: “sabemos mortalmente que, sob as abóbadas da Guarita de Pernambuco, existe o Campeão da Liberdade”. Sabem de sua existência, conhecem sua escrita, mesmo que talvez não venham nunca a conhece-lo pessoalmente, mas entendem que a elas e a outros leitores que Cipriano se dirige, com um intuito bastante claro: “das trevas da ignorância tirar a maior parte dos homens” (BARATA, 2008, p. 465)²⁹.

Esta expressão, “maior parte dos homens”, nos liga a outra característica da nação trabalhada por Benedict Anderson: a compreensão de que esta é limitada, ao incluir um número determinado de pessoas em seu bojo. Cipriano apresenta este entendimento quando diz, em 6 de setembro de 1823, no número 45 de sua gazeta que

“Nós, Brasileiros, somos Senhores do País, com exclusão de todos os Portugueses e de todas as Nações. Nós somos os únicos Senhores do País, como verdadeiros naturais e legais possuidores. Os Portugueses são inteira e absolutamente Estrangeiros, nossos cruéis inimigos e como tais devem ser tratados” (BARATA, 2008, p. 429)

Por mais que a presença portuguesa fosse uma realidade, sendo tolerada ou não pelos brasileiros, tal como se materializou em alguns conflitos pós-independência, Cipriano limita,

²⁸ *Sentinela da Liberdade*, n. 50, 24 set 1823

²⁹ *Sentinela da Liberdade*, n. 50, 24 set 1823

ao menos nesse momento, quem faz parte do povo desta nação, sendo estes a quem chama de Brasileiros. Esta definição de “brasileiro” será tratada mais adiante, mas cumpre agora o dever de explicitar o que, de maneira teórica, Benedict Anderson aponta. Não são todos os que, por razões fortuitas, estivessem no território brasileiro, ou que assim o desejassem, que poderiam ser nomeados enquanto brasileiros, mas apenas uma parcela limitada da humanidade, pertencendo os demais a outras nações. E, mais ainda, nos dirige para o terceiro aspecto de sua definição sobre a nação: a questão da soberania, conceito que, no contexto de surgimento das nações, ao final do século XVIII e início do século XIX, contrapunha-se à noção de legitimidade, característica do Antigo Regime.

Barata, em janeiro de 1831, escreveu uma “breve dissertação sobre a legitimidade”, tal como a chamou no subtítulo do número 3 da *Sentinela da Liberdade*, agora em sua nova fase, após os sete anos que esteve na prisão. Nesta dissertação, o jornalista aponta que a “legitimidade” seria um princípio falso, adotado em especial na Europa e que embasava a atuação de suas monarquias, sendo “um atributo essencial da realeza, emanado imediata e misteriosamente da Divindade para as testas coroadas, o que é absurdo revoltante” (BARATA, 2008, p. 661). Não se opunha ao conceito em si, pois o mesmo poderia e deveria, segundo seu entendimento, ser interpretado enquanto

“tudo quanto pende essencialmente das convenções sociais e legais do povo, as quais se consolidam com a possessão tranquila de longo tempo, ou vontade perene do {mesmo} povo, que as tornava {torna} sagradas, *posto que sempre sujeitas a essa vontade do Povo, a qual não é alienável, nem pode prescrever*” (2008, p. 661, grifo do autor)

Desta maneira, Cipriano entendia a legitimidade não mais enquanto um atributo divino, concedido apenas e exclusivamente a uns poucos indivíduos, dando-lhes a prerrogativa de uma liberdade irrestrita. Postulava o jornalista que a legitimidade era derivada do consentimento popular, ou seja, a partir da soberania do povo poder-se-ia construir a legitimidade. Esta certeza é que o leva a escrever que “Parece que Sua Majestade está persuadido que ele é que dá Constituição ao povo, quando é o contrário, pois o povo é que dá Constituição ao Imperante. O Brasil agora é que está se Constituindo, o povo é o verdadeiro Soberano” (2008, p. 285)³⁰

A ideia de soberania popular, que expressa o povo enquanto fonte última da legitimidade governamental (ou real, no caso específico do Brasil), é elemento bastante

³⁰ *Sentinela da Liberdade*, n. 22, 18 jun 1823

presente na obra de Cipriano Barata. Em uma das primeiras edições do jornal, em 23 de Abril de 1823, Barata já expunha que “Porventura, nós O pusemos em nosso trono para Ele nos premiar com desconsolação e pranto?” (2008, p. 193)³¹, tendo sido o corpo de cidadãos do Brasil “que O escolheu para seu Chefe, Amigo virtuoso e Patriota” (2008, p. 194)³². Queria o jornalista deixar claro, já em outra *Sentinela*, em Julho de 1823, que

“Reis e Imperadores só existem nos tronos enquanto os povos os querem, ou enquanto não abrem os olhos. Ele teria refletido que um Rei ou Imperador não passa de ser um Cidadão, uma Criatura do Povo, que, apenas os Cidadãos querem, derrubam e aniquilam. Um Rei ou Imperador não passa de um homem escolhido, e quando degenera torna-se um Ente desprezível” (2008, p. 348)³³

Entende-se por soberana a premissa de que esta é a entidade cujo poder não conhece superior e, conseqüentemente, aquele que possui a soberania é livre. No pensamento de Benedict Anderson, toda nação é uma comunidade imaginada marcada pela posse de tal soberania, além dos outros elementos já apontados. Mas há um ponto fundamental, quando se pensa sobre este elemento nas discussões de Barata: a soberania passa a ser visto como um atributo popular, repousando a atuação do governo no consentimento que lhe é dado pelo povo. Esta perspectiva, surgida em meio ao liberalismo, particularmente na França, ganhou sua expressão máxima no pensamento de Jean-Jacques Rousseau, que pensou ser a soberania a guia última da atuação dos governos, que não poderiam se furtar à vontade geral. Esta vontade se dirige, de acordo com o pensamento de Rousseau, sempre ao bem comum, e não ao estabelecimento de vontades ou vantagens particulares.

Assim, em última instância, o que deve prevalecer é a vontade popular, que faria do país uma entidade livre. Para que esta vontade fosse garantida,urgia, no pensamento de Cipriano Barata, a feitura de uma Constituição, que seria responsável pela preservação destes direitos básicos, inalienáveis e imprescritíveis dos cidadãos. Este corpo de cidadãos, detentores dos mesmos direitos naturais, e protegidos por uma Constituição, seria afinal o conteúdo desta nação pensada por Barata, tal como se discute a seguir.

³¹ Ibidem, n. 7, 26 abr 1823

³² Idem, ibidem

³³ Ibidem, n. 32, 23 jul 1823

4.4 A Nação de Cipriano Barata

No número 61 da *Sentinela da Liberdade*, Cipriano Barata discutiu e questionou vários dos artigos que vinham sendo elaborados para a Constituição brasileira. Esta discussão, a respeito da necessidade de uma Constituição para o Brasil e qual o modelo segundo o qual ela deveria ser feita, atravessa praticamente todo o conjunto de seus jornais aqui analisado. Nesta edição em específico, indo além da argumentação da necessidade da mesma, que deveria “ser arranjada à vontade dos povos, e não à vontade do gabinete ou sistema ministerial” (2008, p. 285)³⁴, também fez proposições para sua alteração, de acordo com a matriz liberal de seu pensamento. Criticou, nesta edição, o artigo 36 do projeto de Constituição, que dizia que “A Constituição do Império do Brasil é Monárquica Representativa”, o que aos olhos do jornalista soava como falsidade, já que o país não deveria retroceder ao governo “monárquico”. Cipriano associou a palavra Monarquia, neste momento, a uma forma de governo absoluto, no qual toda a soberania residia na pessoa do governante, o que era incoerente com as máximas que defendia.

Para se reformar tal deformação, Barata propôs que o artigo 36 viesse grafado como “A Nação Brasileira é a reunião voluntária de todas as Províncias e de todos os Brasileiros nela existentes”, ressaltando ainda que o artigo 41 deveria constar com o seguinte texto: “A Soberania reside essencialmente em a Nação não se alienar ou delegar”, sendo apenas esta Nação responsável pela feitura de suas leis, e estando seus poderes políticos divididos em “Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário”, sendo estes poderes “Doações da Soberania do Povo” (2008, p. 531)³⁵.

Esta foi uma das poucas vezes que Cipriano buscou, de maneira mais efetiva, definir, em seus escritos, o que entendia por nação, mesmo que não tenha aprofundado a teorização a respeito da mesma. Ainda assim, pode-se enxergar com clareza o que o jornalista baiano entendia enquanto concepção de nação, que aparecia enquanto uma construção cívica, com caráter voluntarista e contratual, de conteúdo “essencialmente político, correspondendo à iniciativa de se criar na região instituições que desempenhem as funções atribuídas ao Estado” (RICUPERO, 2004, p. XXII). Estas instituições derivariam da soberania popular, que substituíria a antiga legitimidade real, residindo nesta vontade popular a fonte última para o estabelecimento de leis, que visariam nesse sentido ao bem comum.

³⁴ *Sentinela da Liberdade*, n. 22, 18 jun 1823.

³⁵ *Sentinela da Liberdade*, n. 61, 01 nov 1823

A concepção cívica de nação foi a primeira forma moderna de se pensar esta comunidade, em especial no caso das Américas, e do Brasil em particular, tomando enquanto parâmetros para a sua definição os pressupostos iluministas. Hendrik Kraay, em ensaio publicado na coletânea *Nacionalismo no Novo Mundo* (2008), por um lado, postula que, na ausência de grandes símbolos do passado, não poderia haver uma outra forma de mobilização de tais sentimentos e desejos “nacionais” senão através da discussão política (p. 332). Por outro lado, Doyle e Pamplona afirmam, na mesma coletânea, que “em sua juventude, o nacionalismo estava firmemente alinhado com o movimento humanitário liberal pela liberdade, igualdade e autonomia” (2008, p. 20), ressaltando a ligação fundamental entre esta primeira concepção de nação e os ideais da Ilustração, os quais já haviam sido buscados por meio da luta na Revolução Francesa. Em um sentido ou em outro, foi através da discussão política, da natureza do contrato que regeria a organização do novo Estado e da defesa dos direitos básicos dos homens que se encaminhou a discussão sobre a nação nesse contexto. A comunidade que então se construía, e que era alvo do discurso de Barata, era formada por cidadãos, portadores de direitos e que buscavam no Estado a expressão desta sua autonomia.

Várias passagens da *Sentinela da Liberdade* são indicativas deste conteúdo cívico, mas uma em especial merece maior atenção. Tais palavras foram publicadas no número 24 da *Sentinela*, em junho de 1823, onde se pode ler que

“havendo os Portugueses pretendido ingrata e cruelmente tiranizar os Brasileiros, estes se apartaram deles e entraram a mover suas Províncias e a tomar posse de seus naturais direitos, de modo que a independência estava conhecida, efetuada e clara” (2008, p. 293)

Cipriano ressalta, neste trecho, elementos essenciais à compreensão desta concepção cívica de nação, a começar pela ideia de que os brasileiros eram detentores de “naturais direitos”. Esta foi uma das máximas fundamentais do movimento da Ilustração,

“que se colocava em confronto com o poder absoluto do soberano, adquirindo um caráter revolucionário, uma vez que a função do governante no sistema monárquico passava a ser entendida não mais como a de senhor absoluto investido de vontade e autoridade superior, mas como a de executor de leis elaboradas por representantes da sociedade livre e soberana que concedia ao rei a missão de administrador e mantenedor do bem comum” (LYRA, 1994, p. 31)

A partir deste reconhecimento dos direitos, pelos quais combateram os brasileiros por meio de sua união voluntária, não seria mais possível aceitar um governo que os desrespeitassem e fizesse o Brasil voltar a uma condição de colônia. Portanto, a esse desrespeito, responderam os brasileiros com a luta pela independência, e iniciou-se esta construção de uma nação livre.

Conforma-se assim uma nação enquanto corpo de cidadãos dotados de direitos, em uma discussão essencialmente política, tal como afirma Hobsbawm ao especificar o que chama de “nação revolucionária” (2011, p. 34), que não se expressa apenas pela ação do Estado, mas também pela participação de inúmeros atores sociais, que buscam explicitar suas posições por variados meios. O aspecto mais fundamental da conformação desta nação foi a busca pela construção das leis, que deveriam ser garantidas por meio de uma Constituição, que caracterizaria o Brasil enquanto uma entidade diferente de Portugal e das intenções de suas Cortes, de restabelecer um sistema que não respeitasse tal soberania. Barata deixa clara esta intenção ao preconizar: “Meus Senhores, eu desejo o Sistema Constitucional do Império bem direito e firme. Desejo que o nosso Imperador seja bem obedecido” (BARATA, 2008, p. 237)³⁶, pregando a necessidade da ordenação do país por meio da carta constitucional, que colocaria o Imperador como chefe do Executivo. Se por algum acaso, tais coisas não seguissem seu caminho, alerta “mas ao mesmo tempo desejo e recomendo que todos persigam o despotismo, venha ele de onde vier” (2008, p. 237), devendo o governante ser apenas “nosso Imperador Constitucional Liberal” (2008, p. 237).

Assim, esta concepção cívica de nação tem uma historicidade particular, situada nas lutas anti-recolonizadoras entre o Brasil e sua antiga metrópole, mesmo após a independência já haver sido proclamada. Este é o ingrediente primordial que separa este momento, de viés político e de discussão a respeito da Constituição, do que se seguiria nas décadas de 1830 e 1840, quando, de acordo com Bernardo Ricupero (2004), a discussão a respeito da ideia de nação adquiriu aspectos de cunho cultural.

Bernardo Ricupero aponta que, em meio ao processo de construção da nação, houve dois momentos: um primeiro, da independência até aproximadamente 1850, quando os esforços dos intelectuais dirigiam-se primordialmente ao campo político, pois era necessário ajustar os elementos que dariam forma ao novo Estado. Partia-se de pressupostos iluministas para justificar o rompimento com a antiga metrópole e a criação de novos elementos políticos, já que, desrespeitados os direitos, “o povo reassume sua autoridade e Direitos imprescritíveis,

³⁶ *Sentinela da Liberdade*, n. 13, 17 maio 1823

e destrói o seu Governo, aniquila os Reis, as Leis e tudo velho para criar tudo novo, segundo sua Soberana Vontade” (BARATA, 2008, p. 291)³⁷. Neste contexto e com este embasamento é que surgiu a concepção cívica, da qual nos ocupamos até agora. De 1850 em diante, com um Estado já consolidado após a subida de D. Pedro II ao poder, houve uma discussão de sentido cultural, que foi marcado pela intenção de se mostrar porque as existências de Brasil e Portugal deveriam seguir em separado, já que suas cultura e história eram diferentes.

Pensadas enquanto projetos diferentes, ao enfocarem matrizes diversas para a construção da nação, as ideias cívico-iluminista e romântica foram, muitas vezes, apresentadas como projetos dicotômicos. Para Maria Elisa Noronha de Sá (2006), a nação cívico-iluminista era apresentada “como um fenômeno político construído, como uma associação contratual e voluntária, baseada em uma escolha individual, de pertença a um Estado organizado, acentuando o argumento de que o Estado e a nação foram forjados ao mesmo tempo” (p. 15). Eric Hobsbawm reforçou ainda esta ideia, ao afirmar que

“Não podemos, portanto, ler na nação revolucionária nada parecido com o programa posterior de estabelecer Estados-nações para corpos (sociais) definidos em termos dos critérios tão intensamente debatidos pelos teóricos do século XIX, tais como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns (para citar de novo John Stuart Mill)” (2011, p. 33)

Nesta interpretação, o que contava era a preocupação de se formar um Estado, que garantiria os direitos fundamentais dos homens ali postados perante sua autoridade. Fatores étnicos, linguísticos, religiosos, entre outros, não teriam uma importância primordial para a formação da nação. Ainda de acordo com Hobsbawm, “o conceito central era o de soberania do povo-cidadão = Estado, a qual constituía uma ‘nação’ em relação ao restante da raça humana” (2011, p. 35)

Já para os românticos, cuja atuação tomaria maior proporção a partir de meados do século XIX, o relevante seria

“o caráter ‘natural’ da nação, acreditando na existência prévia de atributos biológicos e culturais, como parentesco, língua, religião costumes, território histórico e outros, que dariam sustentação ao sentimento de pertencimento comum e formariam, assim, a base do subsequente surgimento das nações e dos nacionalismos. Para estes, as identidades coletivas que tais características comuns geram não são inventadas, nem imaginadas, são simplesmente dadas, historicamente

³⁷ *Sentinela da Liberdade*, n. 24, 25 jun 1823

determinadas, e dependem de características prévias à formação de Estados” (SÁ, 2006, p. 15)

A ênfase deslocava-se do aspecto político da comunidade imaginada para outros elementos mais ligados à cultura e mesmo a características biológicas, que anteriormente não tinham despertado maiores discussões. Foi este romantismo o responsável por dar, no Brasil, fôlego aos estudos históricos, vínculo analisado por Manoel Luiz Salgado Guimarães em seu livro *Historiografia e Nação no Brasil* (2011). O autor buscou compreender como o desenvolvimento da pesquisa histórica, materializado na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e em particular através da obra de Varnhagen, auxiliou na elaboração de certa visão a respeito da nação brasileira. Este Instituto, de acordo com Guimarães, tinha o dever de “apresentar o processo civilizador que o país atravessou e durante o qual se aproximou do padrão europeu” (2011, p. 73). Por meio disto, “tratava-se da busca das raízes nacionais e da construção e difusão de uma imagem da nação que dela resultava” (2011, p. 103).

As raízes que eram procuradas deveriam se transformar em símbolos nacionais, em um processo que Hobsbawm havia nomeado enquanto “invenção de tradições”. Este trabalho dos pensadores do Romantismo

“Considera que as principais características da nação brasileira estariam na exuberante natureza americana, e em seu habitante original, o índio. Essa operação ideológica, de escolha da natureza americana e do índio como símbolos nacionais, talvez se deva mesmo ao fato de que o último, praticamente dizimado, já não incomoda muito” (RICUPERO, 2004, p. XXVIII).

A figura do indígena, habitante original da terra depois ocupada pelos portugueses, oferecia uma imagem bastante positiva para se desenhar o passado brasileiro: guerreiro valoroso, havia lutado contra a dominação estrangeira e simbolizava as ideias de liberdade e pureza.

Pensando no indígena, mas também nos demais ingredientes étnicos e culturais que haviam formado o país, no entendimento de Ricupero, o romantismo se incumbiu de uma tarefa particular:

“A busca, na história, da legitimação do Brasil como entidade separada de Portugal e com organização política baseada no Rio de Janeiro. Complementariamente, elabora uma imagem da nação

brasileira como formada pela relação harmônica entre brancos, índios e negros” (2004, p. 113)

No entanto, dicotomizar em absoluto estas interpretações a respeito da nação seria uma tarefa que, perante uma análise mais detida, não se sustentaria. Não se pode imaginar como razoável uma defesa da necessidade de uma Constituição, baseada na soberania popular, e com vistas a salvaguardar os direitos do povo, sem ao menos supor que o autor desta defesa tivesse uma ideia do povo ao qual se refere. Outro tópico fundamental neste encaminhamento é pensar a respeito do território, já que, mesmo não havendo para os cívico-iluministas uma ligação entre homem e terra com a mesma intensidade que pensam os românticos, é sobre um determinado território que se estabelece o comando do governante, no sentido da preservação dos direitos constitucionais. Por fim, pensar a ideia da história, elemento caro aos românticos enquanto fonte de legitimidade para a nação que projetavam, mas também algo presente nos escritos de viés iluminista, embora com menos intensidade e em sentido diverso. Estes são os elementos que ocupam as discussões neste momento, para que se possa compreender o que representavam dentro da concepção de nação de Cipriano Barata.

4.4.1 O território

Em 14 de Junho de Junho de 1823, o jornal *Sentinela da Liberdade* trazia impressa a seguinte afirmação: “As Províncias deram as mãos e condescenderam para fazer a união com a mira em ficarem mais fortes e apertarem os laços de fraternidade por via de uma só Constituição feita metódica e legalmente” (BARATA, 2008, p. 280).

Neste trecho, afloram elementos que permitem iniciar uma discussão cara às duas concepções de nação que apresentamos, a cívico-iluminista e a romântica. Se na proposição romântica o território é dado como natural, como o espaço fundamental no estabelecimento da nação, uma vez que o povo a ele estaria ligado por sua origem e/ou tradição, o que transparece na concepção de Barata é que esta unidade territorial chamada de Brasil nada tem de natural. Ela aparece enquanto uma unidade contratual, pois as províncias “condescenderam” para que a união ocorresse.

Esta concordância dava-se com um objetivo bastante claro: para além dos laços de fraternidade, buscavam ficar “mais fortes”, compreendendo-se que esta força seria derivada da feitura da Constituição. Assim, pode-se entrever que, no pensamento do jornalista, não

havia uma unidade pré-nacional, mas sim um conjunto de territórios cuja lealdade se ligava a Lisboa. No dizer de João Paulo Garrido Pimenta, “não existiu portanto, em termos administrativos-territoriais, uma única ‘América Portuguesa’ a qual pudesse ser tomada como o ‘passado colonial’ do Brasil nacional” (2006, p. 54).

O autor aponta que, durante a época colonial, as fronteiras eram bastante imprecisas, o que permitiu avanços e retrocessos no processo de ocupação das terras, levando a tratados como o de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), os quais foram pouco eficazes para uma delimitação precisa e definitiva destes territórios. A explicação para esta imprecisão pode ser buscada no que analisa Benedict Anderson, ao afirmar que “no imaginário mais antigo, onde os Estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra” (2008, p. 48), diferentemente dos Estados modernos, nos quais a unidade é dada pela nação, pois neste o “Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado” (2008, p. 48).

Neste contexto, os Estados nacionais que passam a ser construídos no processo de independência buscam criar uma identidade diversa daquela de seus antigos dominadores, mas acabam se edificando sobre as ruínas do sistema montado por suas ex-metrópoles. Precisam delimitar qual é o seu território, e tomam como base os locais que pertenciam, na forma de colônia, aos reinos ibéricos, porém exaltando o elemento contratual como essencial para a sua existência enquanto Estado nacional.

A tese de Cipriano que as províncias se uniram em torno de um projeto constitucional se justifica mediante o entendimento de que, se territorialmente ainda se mantinha a divisão das províncias tal como antes da independência, o projeto político deveria trabalhar no sentido de superar esta antiga ordem. Senão, haveria uma simples substituição de Lisboa pelo Rio de Janeiro, mantendo a situação tal como já existia, o que para Barata era inaceitável. Afirmava ele que a independência e a convocação da Constituinte “foi um convite ou convocação amigável para as Províncias se separarem de Portugal e se unirem como Nação Brasileira de que o Rio de Janeiro havia de ser o centro” (2008, p. 446)³⁸. Este centro deveria ser o catalisador dos esforços na edificação de leis que superassem a antiga ordem e consagassem as garantias para cada região aderente ao projeto, pois caso isto não ocorresse, “as Províncias podiam e podem, sem dúvida alguma, e devem desunir-se logo e buscar todos os meios de rebaterem o Despotismo” (2008, p. 447)³⁹.

³⁸ *Sentinela da Liberdade*, n. 48, 17 set 1823.

³⁹ *Idem*, *ibidem*

Só através deste contrato é que se construiria o território que, abrigando um determinado povo, e governado por um determinado Estado, formaria a nação brasileira. Hobsbawm reafirma esta proposição ao dizer que “A equação nação=Estado=povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais” (2011, p. 32).

Porém, duas questões ainda restam pendentes nesta discussão. A primeira se extrai da passagem na qual Barata aponta “que não haverá uma só pessoa de juízo e que tenha saboreado as doçuras da liberdade, a qual não clame que o Governo Confederativo Representativo com o Imperador é o único que mais convém ao Brasil” (2008, p. 532)⁴⁰.

O jornalista aqui retoma uma questão que várias vezes já havia apontado: a da necessidade de cada província “em atenção à sua remota posição e dificuldade de receber providências, deve formar e conservar seu Exercitozinho à parte e fazer suas promoções e defesa” (2008, p. 291)⁴¹. Reconhece Barata que, em virtude da extensão territorial, havia inúmeras dificuldades de comunicação entre as províncias, e a garantia de que cada uma, em vistas de sua melhoria, pudesse tomar decisões autônomas, lhe parecia o melhor sistema de governo. Não apregoa que se aprofunde esta divisão, já que o Brasil, “apesar de ser uma massa imensa, dividida em grandes sessões ou Províncias, todas estas se comunicam e seguem o mesmo Plano, aspiram e defendem a liberdade, procuram e de fato praticam a união” (2008, p. 292)⁴².

O federalismo, entendido com a possibilidade de cada província formular leis e executar ações de maneira autônoma, desde que estas não se colocassem em discordância com o poder central, era vista como a melhor forma de governo por Cipriano. Colocava-se o escritor contra as pretensões do Rio de Janeiro, particularmente materializadas na atuação de José Bonifácio, de tornar o Brasil um Império centralizado, cujas decisões, em nível político, militar ou econômico, fossem todas tomadas na capital. Cipriano rejeita esta proposta, ao postular que “as Províncias têm formado um pacto condicional ainda subsistente com o Rio de Janeiro e que nunca pensaram que se maquinasse uma armadilha só com o nome de Constituição, para as reconduzir ao antigo estado de Colônias’ (2008, p. 529)⁴³.

Este componente federalista do pensamento de Cipriano Barata é bastante característico de suas discussões, e suas raízes podem ser buscadas em duas situações particulares. Primeiramente, na própria percepção que tinha o autor da fragmentação

⁴⁰ Ibidem, n. 61, 01 nov 1823.

⁴¹ Ibidem, n. 24, 25 jun 1823.

⁴² *Sentinela da Liberdade*, n. 24, 25 jun 1823

⁴³ Ibidem, n. 61, 01 nov 1823

territorial existente na “América Portuguesa” antes de sua independência, quando as províncias deviam sua lealdade e obediência ao governo português, situado além-mar. Conquanto estas lealdades tenham mudado de direção, quando da instalação da família real portuguesa no Rio de Janeiro, tornado a sede do Império, ainda assim havia poucas possibilidades de integração entre as províncias.

Outra raiz possível para tal comportamento pode e deve ser identificada na influência decorrente do projeto reformista proposto por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que moldou a ideia de império federativo como uma tentativa de sair da crise que abatia no sistema colonial no final do século XVIII e início do século XIX. O jornalista poderia, por meio de sua presença em Portugal na época das ditas reformas, ter absorvido este modelo de organização, traduzindo-o posteriormente enquanto fórmula para a organização do Brasil independente, inclusive na defesa da monarquia enquanto componente para a organização governamental. O monarca poderia ser o centro ao qual tais províncias se refeririam, pois enquanto representante da soberania popular, elaboraria uma Constituição para preservar os direitos de todas as províncias.

A segunda questão ainda pendente refere-se ao vocabulário, particularmente ao termo Pátria. Segundo Lucia M. B. P. das Neves (2003), o período da independência brasileira registrou o nascimento de uma nova cultura política, e esta se concretizou de forma clara no vocabulário da época, expresso principalmente nos folhetos políticos e jornais. Os termos pátria, assim como patriotismo, patriota ou patriótico, são bastante frequentes no conjunto de impressos produzido por Cipriano Barata. Em sua obra, pátria toma o sentido de lugar do nascimento, não sendo necessariamente ligado à ideia da nação. Percebe-se tal separação quando diz o jornalista, ao criticar os portugueses, “que só abomino os furiosos ingratos que nos atacam no nosso País e nossa Pátria” (2008, p. 256)⁴⁴.

A pátria é o local com o qual o homem estabelece seus primeiros vínculos, e ao que devia sua lealdade, em um contexto em que, mesmo após a independência, a unidade era fraca, senão inexistente ainda. Por isso, “o homem ama a sua pátria mais do que outro qualquer País” já que este é “o lugar em que o homem nasceu e se criou, onde brincou, correu, saltou, onde, para assim dizer, deitou raízes profundas por meio de amigos, parentes, relações, etc” (BARATA, 2008, p. 329)⁴⁵. A solidariedade com as demais províncias, locais de nascimento de outros homens, era algo a ser construído, e isso se daria mediante o respeito a leis liberais, objetivo pelo qual, na visão do jornalista, as províncias haviam se unido. Mesmo

⁴⁴ *Sentinela da Liberdade*, n. 17, 31 maio 1823

⁴⁵ *Ibidem*, n. 29, 12 jul 1823.

assim, deveriam unir em forma de federação, tendo preservada a sua singularidade e compreendendo-se que as distâncias prejudicavam uma administração centralizada.

Restava ainda a antiga questão da porosidade das fronteiras, que para ser superada, precisava delimitar onde começava e onde terminava cada uma destas novas unidades. Para esta questão, Cipriano não apresenta uma resposta satisfatória, mas se nega a aceitar que sejam estabelecidas fronteiras com base em marcos naturais. Estes limites “são rios consideráveis, serras, desfiladeiros, costas do mar, etc.” (2008, p. 502)⁴⁶, e devido a sua arbitrariedade, não serviriam senão para subdividir as províncias e tornar sua dominação mais fácil. Portanto, “as Províncias devem ficar inteiras e unidas federativamente, fazendo-se o arranjo Civil e Político pelo modo que mais lhes convenha, conforme os arranjos de uma Constituição liberal, e não escrava” (BARATA, 2008, p. 503)⁴⁷, sugerindo que embora uma nova configuração a respeito do território surgisse em seu pensamento, alguns elementos constantes de uma antiga ordem territorial ainda permeavam seu entendimento.

Desta maneira, Cipriano Barata definia uma das questões mais fundamentais de sua discussão sobre a construção da nação. Posteriormente, outras formas de se pensar o território emergiriam, em particular dentro do Romantismo. Pensar-se-ia este território de forma idealizada, portador de uma grandeza natural, dada, no caso brasileiro, pela riqueza dos solos e das matas, pela abundância de águas, pelo ouro das minas, em uma visão de um “paraíso tropical”. Com este embasamento, a noção da grandeza brasileira, se ainda não tornada realidade, aparece como potencial dentro da visão romântica, inscrito nestes recursos naturais. Mesmo Cipriano, de forma breve, já havia reconhecido tal grandeza e percebido sua importância: “Nosso aumento e prosperidade estão em nós mesmos, na fertilidade do nosso terreno, [ilegível], nosso Clima, na nossa lavoura, na nossa indústria e capitães, em nossos braços peitos e espadas” (2008, p. 430)⁴⁸.

Para tanto, era necessário o trabalho, a ordem (vista enquanto tranquilidade política, de acordo com Lucia M. B P. das Neves) em um esforço conjunto do Estado e de seu povo.

4.4.2 O povo

Talvez a questão mais problemática no interior do pensamento de Cipriano Barata a respeito da conformação da nação brasileira seja a que diz respeito ao povo. Cipriano, em

⁴⁶ Ibidem, n. 55, 11 out 1823.

⁴⁷ Idem, ibidem

⁴⁸ *Sentinela da Liberdade*, n. 45, 06 set 1823

diversos momentos, fornece indicações a respeito do que é, em seu pensamento, este povo brasileiro. Entretanto, não se deve pensar neste conceito enquanto uma unidade que atravesse sua obra, mas sim enquanto uma construção que se altera conforme se alteram as circunstâncias. Ou seja, é necessário historicizar, mesmo que em pequena escala, a trajetória desta ideia em seus jornais.

Em 6 de Setembro de 1823, assim se posicionava o autor a respeito do que seria o povo brasileiro: “Os Brasileiros são unicamente os Cidadãos do Brasil e não esses encarniçados, que nos não devoram porque não tem forças como evidente provam os Malvados que evacuaram a Bahia” (2008, p. 428 – 429). Esta *Sentinela*, de número 45 começava a mostrar um aspecto mais agressivo da postura de Cipriano Barata, em particular com relação aos Portugueses. Este comportamento, particularmente expresso nesta gazeta, tem como base uma Portaria expedida pelo Ministro da Justiça Caetano Pinto de Miranda Montenegro, em julho de 1823, reproduzida no jornal, a qual trazia expressa a ideia de que, “sem que o lugar do nascimento tenha influência alguma para serem considerados de modo diverso” (2008, p. 427), os nascidos em Portugal ou no Brasil deveriam, desde que obedientes às leis e de “pacífica conduta”, serem considerados cidadãos brasileiros.

Cipriano revoltou-se com tal postura, pois era “preciso considerar os Portugueses como inimigos abomináveis” (p. 429), já que estes haviam sido responsáveis pelos tempos nos quais os brasileiros viviam sob os grilhões da dominação colonial, não tendo acesso a seus “imprescritíveis direitos”. Entretanto, ao final da gazeta, Cipriano faz uma indicação bastante relevante, ao pontuar que

“Minhas ideias e opiniões são muito claras nas minhas *Sentinelas*. Eu tenho muitos amigos Portugueses, que tem esposado a nossa causa de coração. Eu não falo senão da admissão de Portugueses de Janeiro para cá deste corrente ano, e destes mesmos se devem excetuar os conhecidos Liberais que são Cidadãos do Mundo, que participam dos nossos bens e males (p. 431)”.

Não há, neste excerto, uma condenação peremptória do elemento português, mas uma ressalva em relação àqueles portugueses que já houvessem abraçado a causa brasileira, ou seja, a defesa de uma Constituição liberal, em oposição ao antigo sistema de despotismo. Esta ideia, da adesão dos portugueses (que poderia ser estendida a qualquer outro povo) à causa da defesa constitucional, já havia sido demonstrada na *Sentinela* de número 29, de Julho de 1823, quando Barata afirmou: “Um Português ou Marinheiro que se uniu conosco desde longos tempos, que é bem conhecido e que já nos tem acompanhado em nossos trabalhos e desgraças,

e mostrado por obras seu amor e adesão, esse Português é verdadeiramente Brasileiro” (2008, p. 327). O pertencimento aqui apontado não está condicionado ao lugar de nascimento, a uma terra em particular, mas se conecta ao fato de haver nestes cidadãos o desejo de se envolver em uma determinada causa, que no caso analisado, era a defesa do constitucionalismo.

Hobsbawm aponta um paralelo para esta situação na França revolucionária, ao postular

“Mas o que deve ser notado é que, na teoria, não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês – e como poderia sê-lo se a própria Revolução gastou tanto tempo provando que poucas pessoas na França realmente dela se utilizavam? – e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com as outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns do povo livre da França” (2011, p. 34)

A França de 1789, de acordo com o autor, pensava-se enquanto nação a partir de uma junção voluntária de seus cidadãos em uma comunidade, adotando a partir de então aqueles pressupostos colocados como fundamentais à cidadania e, portanto, ao seu reconhecimento enquanto nacional. Não se pensava na ligação orgânica com a terra, com o lugar de nascimento, para a inserção dentro desta comunidade imaginada. A partir da união ao redor da causa dos direitos e da constituição, as diferenças de origem desapareceriam, e o que diferencia os brasileiros dos portugueses seria exatamente esta postura política. Os que não a aceitassem, deveriam ser tomados como inimigos, pois diz Barata que “Nós não precisamos, nem queremos Portugueses, pobres ignorantes e bárbaros, sempre malvados, dispostos a nos dominarem” (2008, p. 430)⁴⁹. Trazendo de volta ao país o espectro do despotismo e da dominação antiga, estes se tornavam estrangeiros.

Esta concepção apresenta um aspecto positivo no que diz respeito à forma como se define o que era o povo, entendido como o conjunto voluntário dos cidadãos defensores da causa constitucional e de onde emanava a soberania nacional. Mas Jesús Martín-Barbero nos lembra que:

“À noção política do povo como instância legitimante do Governo civil, como gerador da nova soberania, corresponde no âmbito da cultura uma ideia radicalmente negativa do popular, que sintetiza para os ilustrados tudo o que estes quiseram ver superado, tudo que vem a razão: superstição, ignorância e desordem” (1997, p. 24)

⁴⁹ *Sentinela da Liberdade*, n. 45, 06 set 1823

Para Martin-Barbero, esta ideia iluminista de povo carrega dois conteúdos diferenciados: por um lado, tem uma implicação política, servindo para legitimar o que faz o governo, que atua sempre em nome desta coletividade; por outro lado, é uma concepção extremamente negativa do ponto de vista cultural, pois enxergava estes indivíduos enquanto ignorantes, desconhecedores das verdades que este movimento filosófico pretendia demonstrar. Este segundo conteúdo vai de encontro ao que já fora discutido anteriormente a respeito da imprensa no Brasil, no início do século XIX: “Destá forma, todos os redatores concordavam quanto a um ponto: antes de tudo era preciso ‘educar’ politicamente o povo. E os arautos dessa empreitada eram, sem dúvida, eles próprios” (SLEMIAN, 2006, p. 152). Ao tomarem a missão de educar os povos, os jornalistas do princípio do século XIX estavam partindo da premissa da ignorância, e o povo a que eles apelavam em sua busca pela legitimação do governo era visto, culturalmente ao menos, pelo aspecto da falta. Esta concepção somente seria alterada pela discussão feita pelos românticos, que propuseram inclusive uma perspectiva de “cultura popular”, ausente na premissa iluminista. No entanto, não nos cabe discutir esta alteração nos limites deste trabalho.

Deve-se, para além disto, lembrar de outro aspecto essencial para a compreensão do que seria o povo e a nação no Brasil daquele momento: a presença da escravidão negra. Esta instituição, e mesmo as referências aos negros, são bastante escassas ao longo das gazetas de Cipriano, ao menos dentro do período de qual aqui nos ocupamos. Por um lado, pode-se compreender que esta ausência se justifica na medida em que a questão da escravidão diz respeito à base produtiva do país naquele momento, constituindo a principal forma de propriedade que havia aqui, não havendo grandes possibilidades de se pensar a realidade nacional, pelo menos para aqueles proprietários, a partir da extinção desta instituição. Esta extinção, além da desorganização da base produtiva, causaria um grande prejuízo a estes escravocratas, categoria na qual o próprio Cipriano se encaixa, sendo possível supor que seu silêncio sobre esta questão remeta a uma omissão em virtude de seus próprios interesses. Por outro lado, pode-se entender esta ausência também mediante a retomada do que Eric Hobsbawm havia teorizado, sobre a pouca ou nenhuma importância dada pelos cívico-iluministas às questões étnicas.

Barata, mesmo não se focando exclusivamente sobre o assunto, deixa entrever, em alguns momentos, sua visão a respeito da etnicidade, ao afirmar que “o forte não é a cor, é, sim, o bom comportamento particular e público, merecimentos, patriotismo e virtudes” (2008,

p. 331)⁵⁰. Em outra ocasião, ressalta a importância da Constituição, “em benefício de todos os Entes da nossa Espécie, seja qual for a cor que Deus os tenha criado” (2008, p. 443)⁵¹. A partir de tais excertos, pode-se chegar a conclusão de que para Barata, negros, pardos, brancos, todos deveriam ser incluídos sob a proteção da Constituição.

Porém, a conclusão seria precipitada, pois outros excertos nos poderiam encaminhar a uma percepção diferente, Na mesma gazeta onde afirma que “o forte não é a cor”, deve-se ler que tal excerto inclui-se em uma passagem mais longa, em que se discute o “estado de desconfiança das pessoas de cor relativamente aos Brancos do País” (BARATA, 2008, p. 330)⁵². Cipriano desejou explicar que a questão étnica era ponto irrelevante e que tal diferenciação só poderia ser tomada em prejuízo da nação, que seriam “frivolidades na presença das Leis Constitucionais” (2008, p. 331)⁵³. Mas então se se confrontam estas passagens com a seguinte afirmação: “Eles de Cor, livres, e Brancos fazem o total do povo Livre” (2008, p. 331)⁵⁴. Desta maneira, percebe-se que a preocupação de Barata não se volta ao escravo em particular, sobre o qual pontualmente e significativamente se fala, mas fala apenas aos negros livres, que tomariam parte na composição do povo brasileiro.

Pode-se também lembrar que, durante a devassa da conspiração de 1798, vários documentos haviam sido apreendidos na casa de Barata, sendo um bastante relevante: a carta que enviaria ao amigo Luís Gercent, na qual, além de se queixar da sua condição de lavrador de cana em declínio, aponta também para a necessidade de circunspeção naqueles tempos, tendo “cautela com essa canalha africana” (apud MOTA, 1996, p. 77). Carlos Guilherme Mota analisa que esta postura, verificada no comportamento de Barata à época da Conjuração Baiana, demonstraria o medo dos proprietários rurais com a participação dos negros no movimento. Lutava-se pela liberdade, mas não se tinha a exata noção do que poderia ocorrer, caso se concretizasse a participação de negros no movimento, fossem livres ou escravos. Refletia esta preocupação um preconceito da época, do qual nem mesmo uma pessoa de esclarecimento tal como Cipriano Barata conseguiu se libertar. Pesa para a existência deste preconceito a questão do escravo enquanto propriedade e base da cadeia produtiva, tendo em virtude disto um pressuposto ideológico que sustenta esta condição. Mesmo que fosse Cipriano um lavrador de cana arrendatário, possuidor de cinco escravos (ou principalmente

⁵⁰ *Sentinela da Liberdade*, n. 29, 12 jul 1823

⁵¹ *Ibidem*, n. 47, 13 set 1823

⁵² *Ibidem*, n. 29, 12 jul 1823

⁵³ *Idem*, *ibidem*

⁵⁴ *Idem*, *ibidem*

em virtude disto), sua postura em relação aos cativos reflete uma forma de pensamento presa a sua época.

Em uma passagem da *Sentinela* de número 25, de junho de 1823, Cipriano incluiu uma discussão a respeito da ocupação de postos de trabalho:

“tenho a perguntar ao senhor Lumachi qual será a razão por que trabalham na casa do selo uns poucos de pretos e moleques cativos, que podem ir para o exercício da Lavoura, deixando aqueles lugares de seladores para alguns pais de família pobres que estimam ganhar doze vinténs por dia, especialmente porque ainda lhes fica parte do [ilegível] dias para se ocuparem no que quiserem. Daqui se tira [ilegível] outra vantagem, além do bom serviço de gente livre que sempre tem responsabilidade. E é evitar-se que às vezes esses negros e moleques levem entre as unhas retalhinhos daqueles gêneros, que lhes passam pelas mãos como diz a fama, sucede algumas vezes (valha a verdade)” (2008, p. 298 – 299).

Não se expressa aqui, tal como anteriormente, um medo específico em relação aos negros, mas fica evidente a preferência que Cipriano expressa em relação aos pobres livres, pois estes não seriam “irresponsáveis”, ou mesmo “ladrões”, tal como sugere que seriam os cativos. A postura que se apresenta é justificável se se entende que, em um momento de grandes transformações políticas e sociais, os homens buscam se alinhar a determinadas causas, mas demoram a abandonar preconceitos presentes em sua formação.

Esta concepção alterou-se ao longo do tempo, tal como se percebe na gazeta de 12 de Janeiro de 1831, quando afirmou que “Não receberei anúncios sobre vendas e fugas de escravos. Minha gazeta não é leilão, nem capitão-do-mato” (2008, p. 654). Já havia Barata inserido estes anúncios em seus jornais, mas neste momento partia para uma negação da escravidão, que se dava apenas pelo silêncio em relação aos seus mecanismos de funcionamento, e não em uma crítica aberta ao sistema.

Desta forma, pensou um modelo de povo, que havia se unido em torno de uma questão política e para o qual a questão étnica, linguística ou religiosa tinha pouca importância. Expressou muitas vezes, ao falar sobre este povo, preconceitos oriundos da presença da instituição escravista. Esqueceu-se, ao longo de sua discussão, da questão fundamental do indígena, citado uma única vez, quando afirmou que esta terra, na qual se situava o Brasil, “Deus deu em partilha exclusiva aos Homens cor de cobre ou caboclos e seus descendentes, misturados e únicos herdeiros e naturais e Senhores” (2008, p. 296). No entanto, apresentou os indígenas como habitantes e senhores naturais da terra apenas como contraponto à figura do português, considerado invasor. Defendeu que a comunidade que aqui se formava era

marcada pela presença de direitos naturais, “inalienáveis e imprescritíveis”. Porém, estes eram elementos que valiam apenas para a porção livre da sociedade, em um contexto de clara cisão do corpo social sobre cuja situação Barata pouco ou nada falou.

4.4.3 A história

Pierre Nora, ao trabalhar o verbete Nação no Dicionário Crítico da Revolução Francesa postula que

“Foi a Revolução que conferiu à palavra Nação a sua sinergia e a sua energia. Coube-lhe ter coagulado os três sentidos. O sentido social: um corpo de cidadãos iguais diante da lei; o sentido jurídico: o poder constituinte com relação ao poder constituído; o sentido histórico: uma coletividade de homens unidos pela continuidade, por um passado e um futuro” (1989, p. 804).

O sentido histórico da nação, apresentado como um dos componentes de uma formulação, é o último ponto que aqui trabalhamos no sentido das intersecções entre o Iluminismo e o Romantismo. Para ambas as perspectivas, a história tem importância crucial, pois delimita que essa coletividade não se situa apenas em um momento específico, mas vem de eras passadas e caminha em direção ao futuro, se bem que existam diferenças fundamentais entre elas.

O Iluminismo, enquanto movimento de ideias que caracterizou especialmente a França do século XVIII, surgiu em reação aos aspectos fundamentais do Antigo Regime, como o direito divino dos reis, a desigualdade natural da sociedade de ordens que garantia privilégios a alguns estratos sociais, além do obscurantismo do ponto de vista do conhecimento. Sua luta se travou no sentido de combater o poder tirânico dos reis, através do reconhecimento de que a soberania residia no povo, composto por homens igualados em sua racionalidade.

Junto a isto, o Iluminismo trouxe consigo uma determinada visão da temporalidade, marcada pelo ideal de progresso. Caminhava-se em um tempo linear, em direção a um futuro, que em meio ao desenvolvimento da ciência e da técnica, traria substantivas melhorias para a vida dos homens. O sentido do tempo, da elaboração de uma visão de mundo era adiante, rumo ao futuro, em um processo de ruptura com o passado.

Em 1831, já na nova fase que se inaugurava de sua *Sentinela*, publicou Cipriano Barata uma crítica a respeito da memória dos governos anteriores, dizendo: “Nos tempos lastimosos do governo absoluto passado (maldito e amaldiçoado ele seja! E despedaçado se

veja quem o deseja!), nesses tempos de cativoiro” (2008, p. 657). Queixava-se que, no passado, nada de positivo havia sido realizado pelos governos, para os quais trabalhavam os brasileiros sem retorno, sem garantias de seus direitos fundamentais. Eram tempos de cativoiro, nos quais a liberdade ainda não era uma realidade. Por isso, em maio de 1823, já havia bradado: “Maldito e amaldiçoado seja aquele que de tal Governo se lembrar, ou mesmo de outro que tenha semelhança com ele” (2008, p. 228).

Nas poucas citações que remetem ao passado do Brasil e a sua história, Barata reforça este aspecto característico do movimento iluminista: uma ruptura com antigos modelos de governo que, ao privilegiarem um e outro estamento, deixavam o povo a mercê da vontade dos governantes. Do passado, a única imagem que se poderia retirar serviria para negá-lo, superá-lo e ir adiante, na construção de um futuro promissor. É neste sentido que se compreende a grande preocupação de Cipriano com a Constituição que, em 1823, está por ser feita: ela poderia garantir um futuro redentor perante as mazelas do passado brasileiro, cheio de tiranias e violências “cuja memória ainda hoje suspende a circulação do sangue a todos os corações sensíveis” (BARATA, 2008, p. 273)⁵⁵.

O sentido da história dirige-se ao futuro, promissor, onde estes eventos não mais repetir-se-ão, pois “hoje todos estão ilustrados e decerto hão de resistir à opressão” (2008, p. 282)⁵⁶, consolidando o ideal iluminista do progresso e da melhoria da vida dos homens. Não mais haverá o desrespeito aos direitos do homem, já que estes estão conscientes disto e lutarão por sua preservação, pois “já lá se foi o tempo do despotismo; tempo em que o Brasil gemia debaixo dos pés de homens vis, tiranos e desumanos” (2008, p. 458)⁵⁷.

A construção de um sistema de leis, baseado na soberania popular, e consagrado na Constituição seria o ponto chave de tal ruptura, e não mais se poderia aceitar princípios vistos como falsos, tais como a legitimidade dos reis, as naturais desigualdade entre os homens, “pois é pretender que o novo Sistema Constitucional Liberal seja continuação do infame Governo passado, com o qual o Brasil nada tem e de que nem quer conservar a memória” (2008, p. 334)⁵⁸.

Em sentido absolutamente diverso, os românticos foram responsáveis inclusive pela sistematização dos estudos de história no país, tal como percebido por Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011). Reunidos, a partir de 1838, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estes pensadores tomaram para si a missão de escrever uma história do Brasil, retirando o

⁵⁵ *Sentinela da Liberdade*, n. 20, 11 jun 1823.

⁵⁶ *Ibidem*, n. 21, 14 jun 1823.

⁵⁷ *Ibidem*, n. 49, 20 set 1823.

⁵⁸ *Ibidem*, n. 30, 16 jul 1823.

passado do país da obscuridade em que se encontrava, trazendo “luz e ordem” a esta trajetória. Guimarães aponta que naquele instante a ordem associava-se também aos desejos dos estadistas, preocupados em superar as tensões e conflitos que se desenvolviam ao longo do Brasil e, principalmente, em afastar-se do caos das nações republicanas ao nosso redor (2011, p. 116). Criava-se, então, uma história oficial, com o fito de legitimar o Estado e suas ações, com base no instrumental retirado do passado.

Foi a partir do trabalho do Instituto que se lançou uma linha interpretativa da história do país que, mesmo após mais de um século de sua fundação, ainda percebe o Brasil como o resultado de uma mistura, preferencialmente harmoniosa, entre três “raças” distintas: o branco, o índio e o negro. Este processo de integração estaria nas origens do país, e de lá é que se deveria resgatar a essência da nação, “resultado da herança dos antepassados, o que estabeleceria uma espécie de relação orgânica entre seus membros” (RICUPERO, 2004, p. 19).

Esta harmonia, fruto de um processo histórico, serviria de base para “acelerar o curso do progresso econômico mediante a criação de um clima e conciliação política como premissa indispensável” (GUIMARÃES, 2011, p. 243). Desta maneira, a história tornava-se essencial para a imaginação da nação, atendendo simultaneamente a objetivos políticos bastante específicos. Naturalizar a nação como fruto de um processo histórico auxiliaria na legitimação de um Estado e na confirmação de seus projetos políticos, pois este é o representante institucional da daquela. A história, de grande serventia e por isso entendida de forma altamente positiva, serviria para descobrir o véu sob o qual estariam encobertos os elementos fundamentais desta nação.

Por meio de uma história que deveria ser superada, e assim pouco digna de atenção, a não ser no sentido de diferenciar o que foi do que virá a ser, ou por intermédio de uma história redentora, que “busca” no passado todas as raízes da realidade presente, a nação foi sendo pensada e construída. Seja enquanto projeto político ou cultural, a nação brasileira foi imaginada ao longo do século XIX, sendo tais expectativas, desejos e sentimentos mobilizados particularmente por meio da imprensa.

A atuação de Cipriano Barata por meio desta imprensa, especificamente através de seu jornal *Sentinela da Liberdade*, se revela de fundamental importância, pois este veículo de comunicação foi capaz de criar, em nível coletivo, uma consciência de pertencimento que até então não existia. Tal como aponta João Paulo Garrido Pimenta,

“ao organizar atitudes individuais em escala coletiva, oferecendo a indivíduos a possibilidade de compartilhar uma mesma experiência mesmo sem o conhecimento recíproco uns dos outros, a imprensa periódica constitui-se em instrumento privilegiado para a formação e reiteração de consciências de pertencimentos políticos, nacionais e territoriais” (2006, p. 22).

Assim, os jornais, ao informarem fatos e acontecimentos de um determinado local a habitantes de outro, com efeitos sobre as vidas destes outros, faziam com que surgisse a ideia de uma simultaneidade que tornava a todos pertencentes a uma mesma realidade ou, como postula Benedict Anderson, de uma mesma comunidade. Isso era possível em virtude, particularmente, da presença de uma língua comum, não sagrada, da qual participavam apenas alguns milhares, ou no máximo, milhões de pessoas. Tal como explica Anderson, os indivíduos “com isso, foram tomando consciência gradual das centenas de milhares, e até milhões, de pessoas dentro daquele campo linguístico particular, e ao mesmo percebendo que *apenas essas* centenas de milhares, ou milhões, pertenciam a tal campo” (2008, p. 80, grifo do autor). Certamente que este argumento, bastante válido no caso europeu em particular, perde bastante de sua força explicativa se se pensa que o Brasil compartilhava a língua pertencente à sua metrópole. Ou seja, uma consciência nacional não foi criada, no Brasil, a partir da língua especialmente, tal como Anderson quer sugerir ao explicitar, na Europa, a perda de importância do latim enquanto língua sagrada. Porém, não se pode negar que uma relativa uniformidade linguística no Brasil foi bastante relevante na edificação de tal simultaneidade, que embasou a ideia de uma comunidade imaginada.

Junto a isto, os jornais surgiram com a intenção de serem guias para a instrução do povo, conscientizando-o a respeito da necessidade da luta por seus direitos, inalienáveis e imprescritíveis, da maneira como Cipriano várias vezes enunciou. Em nível prático, porém, a conquista efetiva dos direitos demorou muito mais a se concretizar, se pensarmos particularmente no caso do fim da escravidão, encerrada apenas 50 anos após a morte do jornalista. Surgida em um contexto de intensas mudanças, noticiando, analisando e produzindo acontecimentos, a imprensa periódica foi basilar para a edificação de uma opinião pública, de um novo espaço no qual, não mais presa aos gabinetes ministeriais e aos recintos reais, a informação ganhou força e passou a ser, mais do que ouvida, discutida. A propalada liberdade de imprensa, entretanto, que teria caracterizado o país na segunda metade do século em especial, seguiu meandros bastante complexos, mas não se pode negar que um outro ambiente de informação foi criado a partir do surgimento de tal imprensa periódica. Não houve, tal como tanto discutiu Cipriano Barata, o surgimento de um governo que se pautasse

pelo respeito a uma Constituição liberal, mas sim um panorama no qual as características de um Antigo Regime se tornaram mais evidentes. Não foi concretizada, afinal, sua ideia de Brasil, mas suas propostas e ideias serviram, ao menos, enquanto elementos de reflexão para o país que se construía.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 13 de Setembro de 1823, assim escrevia Cipriano Barata, no número 47 de sua *Sentinela da Liberdade*:

“Temos uma anedota muito importante do Rio de Janeiro sobre o cunho das moedas. Não havemos notícia que se tenha feito novo cunho de moedas desde o primeiro de Dezembro passado de 1822, o que é o avesso de todos os Estados, que se regeneram, ficam independentes. Assim o têm praticado a América do Norte, Buenos Aires, Chile, México, etc. etc. Da omissão do Rio de Janeiro tiro por consequência que há mistério, ou manejo doloso, a fim de conservar o negócio da nossa independência” (2008, p. 444)

Neste excerto, tal como em muitas outras passagens de seu periódico, o jornalista faz uma crítica a um aspecto do cotidiano, que em seu entender era bastante relevante para a constituição de uma nação livre: a cunhagem de novas moedas, já que o país se tornara independente. Duas semanas depois, no número 51 da *Sentinela*, Cipriano ainda retomaria esse assunto, ao postular sobre a não existência de novas moedas, queixando-se inclusive que moedas diferentes circulavam em províncias diferentes, mostrando a falta de unidade que ainda caracterizava o conjunto que formaria o Brasil.

Tal como apontamos ao citar Sandra Jatahy Pesavento (2009), a nação tem por base a ideia de uma comunidade imaginada, na qual símbolos acabam por ser compartilhados. Na visão de Barata, a falta de uma unidade entre as moedas, além do fato de se utilizarem as mesmas moedas que circulavam na época da colônia, mostrava, por um lado, certa desordem ou confusão, mas também indicavam, por outro lado, que talvez a independência do país não estivesse consolidada, e que seria necessário grande esforço para sua consecução.

Cipriano não estava errado. Muito esforço foi necessário para que o Brasil se tornasse de fato um país. A adesão das províncias ao comando do Rio de Janeiro só se completou em 1824, havendo mesmo neste ano uma revolta, iniciada em Pernambuco e espalhada por outras províncias, que buscava separar tais territórios do país. Superada esta crise, o governo de Dom Pedro I ainda teve de se confrontar com outras problemáticas, tais como a guerra na Província Cisplatina ou mesmo os embates decorridos da questão sucessória em Portugal. Tais eventos acabaram por minar a governabilidade de Dom Pedro I, levando à sua abdicação em 1831.

Neste momento, teve início o governo regencial, que duraria até 1840 e que teve como sua principal característica a eclosão de diversas revoltas que, com maior ou menor

intensidade, colocaram em xeque a unidade territorial. Levadas adiante por estratos mais populares, como a Cabanagem, ou por setores da elite, como a Farroupilha, as revoltas regenciais marcaram sua época, tendo arrefecido apenas com a chegada de Dom Pedro II ao poder. Lembrado, particularmente pela iconografia, como um governante que conseguiu estabilizar a questão territorial, Pedro de Alcântara conviveu com outro problema: como conciliar a questão da escravidão, em virtude tanto das questões internas a respeito de tal instituição quanto em razão das pressões externas, capitaneadas pelos ingleses. Com a presença dos cativos, que compunham a maior parte da população, era tarefa inglória pensar a respeito de um povo de fato. Em 1888 a escravidão ruiu, ao menos em termos legais, e levou consigo o trono, no ano seguinte. Os negros conquistaram a liberdade, mas foram abandonados à própria sorte, não tendo de fato se integrado ao conjunto da população.

Ao mesmo tempo que se pensa nestas questões, sobre o território e sobre a população, pode-se lembrar também que a política não caminhou exatamente da maneira como projetaram vários dos pensadores da época da independência, tido muitas vezes como “radicais”. Apesar de suas defesas em favor de uma Constituição e de um governo liberal, tal como Barata tantas vezes enunciou, a carta outorgada em 25 de Março de 1824 garantiu ao imperador um quarto poder, o Moderador, que lhe dava, na prática, preeminência sobre os demais poderes. Assim, sob uma fachada constitucional, funcionou um governo que em muito lembrava o Antigo Regime, com a concentração de poderes nas mãos do monarca.

Pensando por este caminho, poderíamos imaginar que todas as propostas de Barata foram, afinal, derrotadas. Não se formou o governo constitucional cuja soberania emanava do povo; não foram garantidos, de forma plena, os imprescritíveis direitos que o jornalista defendia; não se abandonou o passado, marcado por um governo absolutista, despótico, em nome de uma mais ampla participação.

Esta seria uma conclusão precipitada. Seria imaginar que toda uma vida de combates e defesa de importantes causas fora desperdiçada, afinal. Seria pensar que seu envolvimento na Conjuração Baiana, sua participação nas Cortes de Lisboa, sua atuação como jornalista, teriam sido inúteis, em virtude da não concretização de suas causas. Porém, imagine-se uma realidade convulsionada tal como a de 1822/1823. Imagine-se um momento no qual a imprensa, livre de algumas de suas amarras, podia debater, com base em argumentos racionais, os destinos da nação.

Imagine-se que estes escritos, lidos em praça pública, em voz alta e com diferentes entonações, chegavam a um número cada vez maior de pessoas, que agora poderiam debater

ideias, formular propostas, mesmo criar boatos, que realimentariam a grande rede informacional que existia no país.

Imagine-se que toda a experiência e vivência deste médico e jornalista tornavam-se, naquele momento, textos, que logo se difundiam em domínio público e traziam para a população ideias tanto locais como globais, fruto de discussões que se travavam no Rio de Janeiro, em Lisboa, em Paris.

Imagine-se que, por mais que a realidade dos direitos tenha degradingolado em ficção, que o governo tenha se tornado despótico, que o povo não tenha se formado enquanto um conjunto homogêneo de pessoas com acesso aos mesmos direitos, ao menos uma nova perspectiva de futuro se descortinava. Mesmo que até, talvez, a atualidade, haja muito o que se fazer, ao menos as tentativas de se imaginar a nação, em meio a tantos descaminhos, tenha valido o esforço de Cipriano. Pois tal como disse Lilia Moritz Schwarcz, “nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar” (2008, p. 16).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRUDA, Paulo H. M. As reformas pombalinas na Universidade de Coimbra: algumas considerações. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3341_1811.pdf. Acesso em 11 de Janeiro de 2015.
- BAHIA, Benedito J. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 2 v.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade e outros escritos** (1821 – 1835). Organização e Edição de Marco Morel. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1800 – 1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Dumará, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. B. P. (orgs.) **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Poesia e Polícia**: redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**. Rio de Janeiro, v.10, n.19, p. 7 -16, jul – dez 2009.
- DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GARCIA, Paulo. **Cipriano Barata, ou a Liberdade acima de tudo**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

GUIMARÃES, Manoel L. S. **Historiografia e nação no Brasil: 1838 – 1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

HOSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JANCSÓ, Istvan. **Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798**. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina**. São Paulo: Contexto, 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821 – 1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LYRA, Maria de L. V. **A utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil – bastidores da política (1798 – 1822)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MATTOSO, Katia M. Q. **Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798**. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

MELO, José M. de. **História Social da Imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MELO E SILVA, Luana. A Universidade Coimbra e a formação das elites mineiras. Disponível em <http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Luana.pdf>. Acesso em 12 de Janeiro de 2015.

MENDES, Jairo Faria e RABELO, Ernane. A censura no período colonial. **Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia**. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4xLmpFY1kuQJ:www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos> Acesso em 22 de Abril de 2014.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500 – 1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco. **Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

_____. **Cipriano Barata: o panfletário da independência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana M. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTA, Carlos G. **Ideia de Revolução no Brasil (1789 – 1801)**. São Paulo: Ática, 1996.

NEVES, Maria L. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820 – 1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____. Leitura e Leitores no Brasil, 1820 – 1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. In **Revista Acervo**. Rio de Janeiro, v.8, n. 1-2, p. 123 – 150. Jan/Dez 1995.

NUNES, Cristiane T. F. M. **A Universidade de Coimbra reformada**. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07> Acesso em 09 de Janeiro de 2015.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H (orgs). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PIMENTA, João P. G. **Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 – 1828)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830 – 1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSOLEN, Solange M.; COSTA, Célio J. Reflexões sobre a influência da Universidade de Coimbra na colonização do Império Português. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364824533_ARQUIVO_Anpuh2013.pdf. Acesso em 11 de Janeiro de 2015.

RUY, Affonso. **A primeira revolução social brasileira (1798)**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

SÁ, Maria E. N. **Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação (Brasil e Argentina)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SANTOS, Luís C. V. G. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. Biografia como gênero e problema. **História Social**. Campinas, n. 20, p. 51 – 73, jan – jun 2013.

SEGISMUNDO, Fernando. **Imprensa Brasileira**: vultos e problemas. São Paulo: Editora Alba, 1962.

SILVA, Ana R. C. **Inventando a Nação**: intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750 – 1822). São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

SLEMIAN, Andrea. **Vida política em tempos de crise**: Rio de Janeiro (1808 – 1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUSA, Octávio T. de. **Fatos e Personagens em torno de um Regime**: História dos Fundadores do Império do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. V. 9

TAVARES, Luis H. D. **Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia**: estudos sobre a Sedição de 12 de agosto de 1798, o soldado Luis Gonzaga das Virgens, os escravos no 1798, Francisco Agostinho Gome, Cipriano Barata e o Levante dos Periquitos. Salvador: EDUFBA; Campinas: Unesp, 2003.

VILLALTA, Luiz C. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontros” do império luso-brasileiro: notas sobre as ideias de pátria, país e nação. In **Revista USP**. São Paulo: EDUSP, n. 58, v.1, jun-ago 2003.